

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Pós-graduação em Psicologia Cognitiva

O Processo de Transformação da Comunicação entre Terapeuta
e Paciente

Recife, 2012

Ana Claudia Alves da Silva

O Processo de Transformação da Comunicação entre Terapeuta e Paciente

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva como requisito para obtenção de grau de doutorado sob a orientação da professora Dra. Maria C.D.P. Lyra e coorientação do Prof. Dr. Miguel Gonçalves.

Catálogo na fonte

Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

S586p Silva, Ana Cláudia Alves da.

O processo de transformação da comunicação entre terapeuta e paciente / Ana Cláudia Alves da Silva. – Recife: O autor, 2012.

200 f. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria C. D. P. Lyra.

Coorientador: Prof. Dr. Miguel Gonçalves.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Psicologia cognitiva. 2. Psicoterapia. 3. Comunicação. 4. Terapeuta e paciente. I. Lyra, Maria C. D. P. (Orientadora). II. Gonçalves, Miguel (Coorientador) II. Título.

150 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2012-36)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Claudia Alves da Silva

O Processo de Transformação da Comunicação entre Terapeuta e Pacientes

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Psicologia Cognitiva da
Universidade Federal de
Pernambuco para obtenção
do título de Doutor.

Área de Concentração:
Psicologia Cognitiva

Aprovado em: 28 de Maio de 2012

Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria da Conceição Diniz Pereira de Lyra

Instituição: UFPE

Assinatura: _____

Profa. Dra. Izabel Augusta Hazin Pires Loreto

Instituição: UFRN

Assinatura: _____

Profa. Dra. Ana Lúcia Francisco

Instituição: UNICAP

Assinatura: _____

Profa. Dra. Selma Leitão Santos

Assinatura: _____

Profa. Dra Glória Maria Monteiro Carvalho

Instituição: UFPE

Assinatura: _____

Resumo

Neste estudo partimos da compreensão de que as trocas executadas entre terapeuta e cliente em processo psicoterápico podem ser compreendidas como um sistema de comunicação (Fogel, 1993; Fogel & Lyra, 1997). Baseando esta concepção, tomamos como paradigma teórico a ideia de que relações interpessoais podem ser metaforicamente entendidas como sistemas de comunicação em processo de desenvolvimento. Estes sistemas geram significados para seus participantes e transformam tanto a relação estabelecida entre eles, como os indivíduos participantes, em si (Lyra & Fogel, 1997). Uma segunda premissa neste estudo é que trocas de comunicação podem ser descritas como sendo organizadas, ao longo do tempo, em padrões de organização que emergem como estados atratores ao longo de diversos processos de comunicação, dentre eles as trocas entre terapeuta e cliente (Fogel, 1993; Lyra, 2006^{a,b}). A compreensão destes padrões é importante para entender como os processos de mudança fluem em diferentes contextos de relação. Entendendo esta premissa, buscamos por padrões de organização num processo psicoterápico de um casal, num formato breve de 10 sessões psicoterápicas videografadas. Aplicamos o método microgenético (Lavelli & cols., 2005), oriundo dos estudos do desenvolvimento da comunicação no início da vida. Como resultado, encontramos três padrões de organização da comunicação: estabelecimento de temática, exploração de temática e co-construção de significado. Estes padrões revelam um processo em que terapeuta e clientes mudam, estabelecendo um processo criativo que permite a emergência de novos significados.

Palavras-chave: Psicoterapia, processo de comunicação, relação terapêutica.

Abstract

Neste estudo partimos da compreensão de que as trocas executadas entre terapeuta e cliente

We approach Psychotherapy from the comprehension that the exchanges between psychotherapist and client can be understood as a system of communication (Fogel, 1993; Fogel & Lyra, 1997). We take as theoretical paradigm the assumption that interpersonal relationships are dynamic systems of communication in process of development. These systems generate meanings to the participants and transform their relationship and also themselves as individuals (Lyra & Fogel, 1997, p.76). A second assumption in this study is that the exchanges of communication can be described as being organized in patterns of exchanges (Fogel, 1993; Lyra, 2006^{a,b}). The comprehension of these patterns is important to understand how the process of change flows in different contexts of relationship. Understanding these assumptions, we search for patterns of organization that emerge in the process of communication between therapist and client. Therefore, we apply the microgenetic method (Lavelly, 2005) in the analysis of the exchanges featured in a psychotherapy process composed by 10 meetings and registered in videotape. As a result, we found three patterns of organization: establishment of theme, exploration of theme and co-construction of meanings. These patterns reveal a process in which therapist and clients change, establishing a creative process that allows the emergence of new meanings.

Keywords: Psychotherapy, process of communication, therapeutic relationship

Sumário

1. Apresentação-----	1
2. Algumas Considerações sobre Comunicação-----	22
2.1- Modelo de Estados Discretos-----	22
2.2- Modelo de Estados Contínuos-----	23
2.3- A Co-regulação na Comunicação Humana-----	28
3. Sistemas Dinâmicos-----	31
3.1- A Perspectiva Dinâmica no estudo das Interações Humanas-----	35
3.2- O Modelo EEA-----	46
4. O sujeito Psicológico e o seu Funcionamento Simbolico-----	56
4.1 A emergência do Sujeito e as relações humanas-----	60

4.1.1- Alguns Conceitos de Self-----	66
4.2- Questões Relevantes sobre o Sujeito e a Gênese das funções Simbólicas-----	78
4.2.1- O Papel central dos signos na relação humana-----	81
4.2.2- Considerações sobre as trocas de comunicação em Psicoterapia-----	90
5. A Psicoterapia como Processo Relacional-----	101
6. Plano Metodológico-----	130
6.1- Estudo de Caso-----	131
6.2- O Método Microgenético-----	134
6.3- O setting e os participantes-----	135
7. Resultados-----	137
8. Conclusão-----	184

1. Apresentação- situando este estudo

Este estudo tem como principal propósito analisar, a partir da perspectiva de sistemas dinâmicos, a forma como ocorre a transformação da comunicação entre psicoterapeuta e paciente ao longo do processo psicoterápico. Entendemos que as trocas comunicativas assumem formas de organização ao longo do tempo, e que isto se dá em diferentes contextos de interação. Em nosso caso, em particular, seguimos a tradição de alguns estudos que nomeiam estas formas de organização da comunicação padrões de organização ou de ordem (Lyra, 2006b). A meta central desta pesquisa é a de entender que formas de organização emergem, ao longo do tempo, na psicoterapia. Tomamos como caso de estudo um processo que se dá em uma terapia de casal com a presença de um bebê.

Tradicionalmente, as trocas que ocorrem ao longo do processo psicoterápico são estudadas tendo como objetivo entender mudanças de posicionamento do paciente. No entanto, alguns autores que se dedicam ao estudo da psicoterapia têm assumido o desafio de entender a relação terapêutica a partir do paradigma sistêmico, que preza pela ênfase nas trocas, em detrimento da ênfase em uma das partes que compõe o setting psicoterápico (Breunlin, Schwartz & Kune-Karrer, 2000). Historicamente, alguns autores são reconhecidos como tendo lançado a pedra angular para esta compreensão que põe a relação em foco. Um deles, reconhecido como tendo papel primordial nesta mudança paradigmática, é Salvador Minuchin.

Há pouco mais que três décadas atrás, Minuchin (1999/1974) lançava uma primeira obra que trazia luz para a forma como os sintomas dos pacientes que atendia

pareciam ter sua gênese nas relações familiares, e não apenas no funcionamento intrapsíquico destes. Rompendo uma tradição histórica, Minuchin lança *Families and family therapy*, ilustrando, empiricamente, a ideia de que os sintomas, que até então eram considerados como resultantes de estados internos ou inconscientes, poderiam ser entendidos como algo que emerge na interação entre as pessoas. Minuchin não apresentava uma ideia totalmente singular ou nova; antes dele, Bateson (1956) já se destacava por chamar a atenção para a comunicação humana como tendo um papel relevante na gênese dos fenômenos psíquicos.

Bateson liderou um projeto de pesquisa a respeito da etiologia, natureza e tratamento da esquizofrenia. Este trabalho teve um impacto considerável sobre o estudo da manifestação dos sintomas psíquicos, pois, baseados na análise da comunicação (especialmente na forma como se estabeleciam os duplos vínculos em tais quadros psicopatológicos), Bateson e seu grupo de pesquisa passaram a propor que a família, e não mais o indivíduo, fosse vista como *unidade de disfunção* (Souza, 1984).

Paul Watzlawick, Janet H. Beavin e Don D. Jackson (1973/2007) já haviam, antes de Minuchin, publicado um livro intitulado *Pragmática da Comunicação Humana* em que defendiam a ação humana como direcionada ao outro, portanto como ação de comunicação. Na obra citada, estes autores apresentam de forma singular a compreensão de que sintomatologias como a esquizofrenia eram marcadas por formas específicas de comunicação e de relação, não só do paciente mas da família como um todo sistêmico.

Nesta obra, o sintoma passa a aparecer como algo relacional e que produz e reproduz padrões específicos de relação, muitas vezes vitais para a forma de funcionamento de determinado sistema familiar. Ao falar de como a informação circula

no sistema familiar, e como há uma espécie de retroalimentação nos comportamentos familiares, Watzlawick, Beavin e Jackson (2007/1973) afirmam que,

Pelos estudos feitos com famílias que continham um membro esquizofrênico, poucas dúvidas restam de que a existência do doente é essencial para a estabilidade do sistema familiar e de que o sistema reagirá rápida e eficazmente a quaisquer tentativas internas ou externas para mudar a sua organização (...). Como as manifestações da vida se distinguem, evidentemente, pela estabilidade e mudança, os mecanismos de retroalimentação positiva e negativa devem ocorrer em formas específicas de interdependência e complementariedade (p.28).

Anos depois da proposta de Watzlawick, Beavin e Jackson, surge a terapia familiar, sob a influência das ideias de Bateson, da teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy (1968/1977), e da cibernética de Wiener (Chaves, 1984). Este modelo psicoterápico emerge propondo a compreensão de sintomas psíquicos como algo relacional.

O modelo de terapia familiar sistêmica apresentada por Minuchin propõe que os comportamentos são endereçados e têm sua gênese nas relações, devendo, portanto, ser compreendidos a partir dos padrões relacionais que lhe conferem sentido. Esta premissa passou a representar, posteriormente, não só uma forma de compreensão dos sintomas trazidos à psicoterapia como resultantes de uma configuração relacional, mas do próprio *setting* terapêutico com um espaço construído nas trocas protagonizadas por seus participantes. Abre-se, então, o espaço para novos modelos psicoterápicos. Estes trazem para a psicoterapia algo já reconhecido em outros campos das ciências psicológicas, ou

seja, a concepção de um sujeito que nasce e se sustenta na ação conjunta. Partindo desta perspectiva, surgem inúmeros modelos psicoterápicos que passam a enfatizar a importância das relações, mormente, através da ênfase no paradigma sistêmico.

É importante ressaltar que o paradigma sistêmico se desdobra em diferentes vertentes teóricas e modelos de intervenção psicoterápica; sob o rótulo de psicoterapia sistêmica ou relacional, existem diferentes abordagens que têm em comum o fato de, de alguma forma, terem o pensamento sistêmico como paradigma de base. A perspectiva dos sistemas dinâmicos é uma dentre estas muitas possibilidades de aplicação do pensamento sistêmico à psicoterapia. Esta abordagem é tomada de diversas formas, representando também uma possibilidade de compreender a natureza do fenômeno psicoterápico.

Neste estudo compartilhamos a mesma visão trazida pelos autores acima destacados de que o sujeito psicológico se constrói nas relações sociais, num processo perene e ininterrupto. Partilhamos, também, a compreensão disseminada por diversos autores de que a perspectiva dos sistemas dinâmicos (van Geert, 2003; Lyra e Fogel, 1997; Masterpasqua & Perna, 1997, Thelen & Smith, 1994; Fogel, 1993; Lewis, 2000; Valsiner, Molenaar, Lyra & Chaudhary, 2009), da qual falaremos a seguir, pode servir de forma metafórica como fundamento à compreensão das relações interpessoais como fenômenos em transformação. Esta compreensão é, do ponto de vista teórico e metodológico, devedora aos estudos do desenvolvimento, especialmente os que tratam da comunicação na primeira infância (Fogel, 1993; Lyra, 2007a, b). A partir da última década do século passado, as pesquisas em psicologia do desenvolvimento têm encontrado na perspectiva dos sistemas dinâmicos a possibilidade de construir um enquadre teórico e metodológico voltado para a investigação de processos de mudança (Valsiner, 2002). Esta perspectiva tem fornecido uma série de conceitos aplicáveis ao

estudo da comunicação como processo de transformação.

Os estudos do desenvolvimento, especialmente da comunicação na primeira infância, tem sido bastante elucidativos para a compreensão das relações interpessoais, assim como têm sido abordados com bastante interesse para o desenvolvimento de ferramentas que permitam estudar o fenômeno psicoterápico (Gonçalves, no prelo). O entendimento de que o tempo transforma as características dos parceiros envolvidos no processo de comunicação é visto como bastante promissor por autores que, ao longo dos anos, têm percebido a psicoterapia como um espaço em que a mudança ocorre protagonizada pela trajetória da ‘díade terapêutica’, e não apenas por uma transformação no dinamismo intrapsíquico do paciente, que é entendido como necessariamente inserido nessa trajetória. A forma como alguns estudos da infância, desenvolvidos a partir desta perspectiva, têm concebido o desenvolvimento de diferentes aquisições como caracterizado pela constante emergência de padrões construídos através da comunicação, e não como processos puramente internos que se exteriorizam posteriormente, tem permitido a possibilidade de pensar na natureza dos fenômenos psicológicos como relacional e histórica. Esta visão de fenômeno tem se constituído como uma abordagem histórico-relacional em que o tempo e a natureza das trocas protagonizadas pelos participantes da relação passam a ser considerados como aspectos centrais (Fogel, 1993; Pantoja, 1996; Lyra, 2006 a, b).

Entendemos que este paradigma nos permite investir na possibilidade de expandir estudos que dão conta da mudança que ocorre na relação terapêutica como histórica, por se basear na história construída a cada sessão psicoterápica que serve como base para a emergência de novas formas comunicativas, e relacional, pois ambos os participantes são transformados e afetados pela relação construída ao longo do processo.

Esforços têm ocorrido no sentido de desenvolver estudos nesta direção, tendo como objeto a psicoterapia. Dentre eles, destacamos os estudos de Gonçalves e colaboradores (Gonçalves & Cunha, 2006; Gonçalves & Gilfoyle, 2006; Gonçalves, Matos & Santos, 2009; Gonçalves & Salgado, 2011) que sedimentam a compreensão de que a mudança em psicoterapia ocorre de forma histórica e processual, marcada pela constante emergência de momentos de inovação.

Os estudos desenvolvidos por Gonçalves são baseados na análise de sessões terapêuticas ocorridas sob as abordagens narrativista (Matos, Santos, Gonçalves & Martins, 2009), focada na emoção (Gonçalves, Mendes, Ribeiro, Angus & Greenberg, 2009) e construtivista (Ribeiro, 2008). Nesta perspectiva, entende-se que as vivências trazidas por clientes são construídas em forma de narrativas que, quando problematizadas na psicoterapia, aparecem num formato saturado - caracterizadas pela predominância de determinado tipo de discurso trazido repetidamente pelo cliente (Payne, 2000).

No entanto, apesar das narrativas saturadas dominarem o *setting* terapêutico, Gonçalves e colaboradores apontam para a existência de momentos de inovação, que se diferenciam das narrativas saturadas e aparecem ao longo de todo o processo psicoterápico, apesar de não predominarem por um tempo. Posteriormente, percebe-se que, quando bem-sucedido o processo psicoterápico, tais momentos de inovação começam a ter um maior destaque e espaço nas trocas.

Estes estudos apontam para a possibilidade de pensar nas trocas terapêuticas como marcadas pela predominância de certas formas ou padrões comunicativos que vão sendo modificados ao longo do tempo. Além disto, estes padrões trazem à tona a ideia da mudança como construída na história da relação e não como algo que emerge num

determinado momento X, sem a necessidade de traçar a sua história. É, especificamente neste aspecto, que focamos nosso estudo; ele é construído visando compreender a partir de uma análise microgenética a forma como a mudança se constrói no decorrer do processo psicoterápico e, partindo desta análise, entender que formas estáveis de organização desse processo de comunicação vão emergindo ao longo do tempo.

Seguindo uma direção próxima da que tomamos nesta pesquisa, os estudos de Gonçalves têm se caracterizado pela construção de um Sistema de Codificação de Momentos de Inovação, que permite ‘capturar’ momentos de emergência de alguma novidade nas narrativas saturadas, que predominam no *setting* psicoterápico. No entanto, estes estudos carecem da compreensão ‘microscópica’ do processo que ocasiona a emergência e elaboração de tais mudanças. Assim, espera-se entender a história ou o processo de transformação que constitui a emergência de novas narrativas que vão se sobrepondo ao longo do processo (Gonçalves, Matos & Santos, 2009a;). Ribeiro e Gonçalves (2011) reconhecem a necessidade deste tipo de estudo para enriquecer a abordagem já realizada por eles.

Esta necessidade de compreender a transformação da relação terapêutica nos faz entender a relevância de estudar a mudança em psicoterapia como fenômeno processual, através do método microgenético¹ (Lavelli, Pantoja, Hsu, Messinger & Fogel, 2005), detendo uma atenção mais detalhada ao percurso construído na relação terapêutica. Este olhar voltado para o percurso da mudança que se processa em psicoterapia só é possível quando se atenta para uma perspectiva que disponibiliza ferramentas teórico-metodológicas voltadas para os fenômenos em transformação a partir do conceito de microgênese (Diriwatcher, 2009; Valsiner, 2000; Lyra, 2006 a, b).

¹O método microgenético é oriundo dos estudos do desenvolvimento que se ocupam dos processos de transformação e mudança. Este método se caracteriza pela escrutínio de momentos cruciais de mudança acompanhando passo a passo como esta ocorre ao longo do tempo. Ao longo deste projeto, descreveremos melhor as características e aplicações deste método.

Historicamente, o emprego do termo microgênese na psicologia diz respeito, de acordo com Diriwachter (2009), ao interesse por processos psicológicos, primeiramente representado pela tradição da psicologia alemã, com especial destaque para Wundt. Esta pode ser definida como uma dentre outras formas de considerar a emergência dos fenômenos psicológicos (filogênese, ontogênese e sociogênese, por exemplo). Grannot e Parziale (2002) afirmam que o termo microgênese foi originalmente proposto por Werner, em meados de 1956.

Os autores também ressaltam que este termo tem sido utilizado em Psicologia ligado ao estudo de fenômenos em desenvolvimento estudados em um curto período de tempo (Microdesenvolvimento). Isto significa dizer que em psicologia, um estudo é considerado microgenético ao se dedicar à história do desenvolvimento de determinado processo psicológico, considerando os microprocessos que se desenvolvem em toda sua dimensão temporal. O estudo da microgênese ou história do processo é primordial quando se quer entender especificamente os efeitos da passagem do tempo, causando transformação em um fenômeno.

É importante ressaltar que nem todo estudo de fenômenos que passam por transformação ou mudança tem como objeto de estudo o seu aspecto microgenético. Alguns estudos, por exemplo, podem considerar a mudança de um outro ponto de vista. É o caso de alguns estudos longitudinais que se dedicam a entender processos de mudança, tendo como foco o que mudou de um determinado momento a outro. Os estudos que se dedicam à microgênese têm como foco a forma como tal mudança se processou, ou seja o processo de transformação em si. Talvez uma forma simples de designar esta diferença seja afirmar que um estudo microgenético se dedicaria a estudar a história da mudança, em vez de contabilizar as diferenças não existentes num momento A que passam a existir a partir de um momento B.

Ao designar a comunicação humana como fenômeno em transformação constante, torna-se primordial estudá-la ressaltando a passagem do tempo sobre ela. Em nosso estudo, ao considerar a relação terapêutica como sistema dinâmico ou fenômeno em transformação, a ênfase é retirada, então, da compreensão das causas da mudança, e o interesse passa a ser direcionado à forma como este sistema vai sendo afetado pelo fluxo do tempo irreversível (Valsiner, 2000). Tratando especificamente da psicoterapia como um sistema dinâmico de comunicação, o uso do método microgenético é importante por permitir ao pesquisador a descrição da forma como ocorre a auto-organização deste sistema (Thelen & Smith, 1994; Lyra, 2006a, b)

Além de estudar a relação terapêutica, dando especial relevância à microgênese do processo, faz-se importante ressaltar a importância de considerar este fenômeno como sistema. Segundo Lyra (2006b, p.173) “a grande diferença em considerar um fenômeno como um sistema é vê-lo não como composto de entidades ou elementos separados, mas na relação que eles estabelecem entre si”. Consideramos que, no *setting* psicoterápico, os participantes - terapeuta e paciente(s) - desenvolvem formas comunicativas que são de vital importância para que exista o que alguns autores nomeiam como relação empática, que permite aos participantes da psicoterapia seguir adiante em suas trocas. Entendemos, portanto, que na relação terapêutica a possibilidade de uma relação empática é possível a partir do conhecimento mútuo entre os parceiros e da emergência de formas comunicativas compartilhadas e construídas por ambos ao longo das sessões psicoterápicas. Sem tempo compartilhado, não há conhecimento mútuo; não há, também, possibilidade de vínculo ou relação empática.

Entendemos também que a psicoterapia, de forma geral, pode ser definida como um sistema que implica a transformação, ao longo do tempo, tanto do paciente como do terapeuta. Baseamos esta premissa na observação dos diferentes autores (Gonçalves &

Ribeiro, 2011; Grandesso, 2000) que assumem que o processo psicoterápico transforma seus integrantes, permitindo-lhes ajustarem-se mutuamente ao logo da história que compartilham. Portanto, esta visão requer, também, considerar a relação como construtora das individualidades dos participantes da relação. Esta compreensão demanda, de certa forma, uma visão em que se veja o sujeito a partir da relação, sem diluí-lo nela. Este tem sido um desafio para os estudos que concebem as relações sociais como tendo papel preponderante e central na formação da psique humana.

Nossa definição da relação terapêutica como um sistema de comunicação se baseia na perspectiva assumida por Fogel & Lyra (1997, p.76) de que “relações interpessoais são sistemas dinâmicos de comunicação em desenvolvimento, sistemas que geram significados para os participantes e que estão relacionados diretamente à dinâmica da mudança”. Nesta visão, o funcionamento do sistema de comunicação ocorre num movimento dinâmico entre novos processos emergentes, que são criados numa ação corregulada, a partir de padrões de organização que emergem da historicidade da relação (Fogel & Lyra, 1997; Fogel, 1993; Lyra, 2006a,b; Lyra 2007a,b).

A compreensão advinda dos estudos que priorizam o caráter histórico (no sentido que abordamos acima) e relacional das trocas interpessoais denota a necessidade de encontrar que mecanismos ou formas de organização vão guiando a comunicação humana, ao longo do tempo em que esta se processa. A compreensão dessas formas de organização é primordial na construção de um modelo explicativo que permita perceber a passagem do tempo sobre o fenômeno em destaque ou estudo.

No estudo da comunicação no início da vida, especialmente do modelo desenvolvido por Lyra e colaboradores (Lyra, 2000; Lyra, 2006a, b), percebe-se que as

trocas podem ser descritas como organizadas a partir de determinada dinâmica. A forma encontrada por Lyra (op.cit.) para descrever essa forma de organização, que se processa ao longo do tempo, toma como base o conceito de Dinâmica Dialógica de Recorte. Este conceito advém dos estudos de De Lemos (1985), a partir dos quais se propõe que num sistema de comunicação “(...) as trocas entre parceiros ocorrem através do destaque ou recorte de pelo menos uma ação (ou conjunto de ações) que se torna objeto de negociação” (Lyra, 2006b).

Nesta ação conjunta, entende-se que a díade elege uma ou mais ações e as destaca dentre outras. Isto começa a ocorrer de forma sucessiva e as ações ‘recortadas’ anteriormente passam a servir como base para o recorte de novas ações, fazendo com que ao longo do tempo estas se organizem e emerjam em forma de padrões de organização (Lyra, 1998; Lyra 2006b). Em nosso estudo, partimos do entendimento de que as trocas em psicoterapia se dão a partir do recorte de certas ações - sejam elas verbalizações ou não - que passam a ser destacadas por paciente e terapeuta e permitem a ambos seguir adiante nas trocas e construir a história da relação.

Nos capítulos que se seguem, fazemos uma apresentação dos pressupostos que baseiam as ideias que ora apresentamos. Inicialmente, tratamos de duas grandes matrizes conceituais de comunicação que predominam na psicologia. Apresentamos o conceito de comunicação com que este estudo compactua e esboçamos uma discussão sobre o papel desta perspectiva na compreensão das relações interpessoais. Em nossa discussão, consideramos que a perspectiva de comunicação que adotamos requer uma visão de sujeito que não trate sujeito e relação como advindos de processos diferentes. Situamos, então, nossa discussão sobre esta questão, tendo como referência uma perspectiva de sujeito que não só se constrói nas relações, mas sua própria natureza é constitutivamente relacional, sendo os seus processos psicológicos de natureza social.

Tomamos como fundamento teórico e metodológico a perspectiva de sistemas dinâmicos, usada como metáfora para entender as relações de troca e tomada numa abordagem histórico-relacional, algumas concepções da psicologia cultural e o dialogismo descendente das ideias de Bakhtin, em sua aplicação à psicologia. Inicialmente, apresentaremos nossa compreensão de como a perspectiva dos sistemas dinâmicos tem fornecido conceitos que permitem estudar processos em constante dinamismo e transformação.

Traremos à discussão a forma como alguns estudos do desenvolvimento, especialmente da comunicação na primeira infância, têm aprimorado um aparato conceitual e metodológico relevante para o estudo de processos psicológicos, utilizando como exemplo o modelo EEA de comunicação na primeira infância. Na sequência, propomos alguns conceitos advindos da psicologia cultural e do dialogismo como centrais na nossa visão de sujeito e na compreensão que temos das trocas que se processam em psicoterapia.

Baseados no entendimento de que o campo psicoterápico é bastante heterodoxo e marcado pela existência de diferentes visões de sujeito e modelos de intervenção psicoterápica, apresentaremos uma revisão conceitual que focaliza a forma como as perspectivas relacionais tratam as trocas estabelecidas entre pacientes e terapeuta.

No que diz respeito ao plano metodológico, tecemos uma discussão sobre algumas decisões teórico-metodológicas que caracterizam este trabalho, enfocando a coerência de nossa escolha pelo estudo microgenético de um caso clínico pela possibilidade de escrutínio da história do processo terapêutico. Apresentamos também a descrição de nosso método. Por fim, apresentamos os resultados deste estudo, tendo por propósito contribuir na discussão sobre a psicoterapia como sistema de comunicação,

apontando também para as conclusões e possibilidades de estudo que entendemos como decorrentes de nosso trabalho de pesquisa.

2. Algumas considerações sobre comunicação

“To be is to communicate”

(Bakhtin, 1984, p.187)

Neste trabalho nos deteremos em duas grandes concepções que trabalham com o conceito de comunicação voltado ao estudo das interações humanas. Tomaremos por base a categorização apresentada por Fogel (1993), que delineia duas diferentes formas de conceber as trocas comunicativas. São elas: o modelo de estados discretos e o modelo de estados contínuos da comunicação.

2.1- Modelo de Estados Discretos

A concepção de comunicação como modelo de estados discretos nasce da observação de trocas que envolvem a linguagem falada. Nesta visão, embora não necessariamente se neguem as formas de comunicação não-verbal, a língua aparece como instrumento principal da comunicação. O processo de comunicação é visto como contendo minimamente três distintos componentes: aquele que comunica algo, o destinatário da mensagem e a mensagem. Estes três componentes aparecem como partes separadas de um mesmo processo. Entende-se a informação como propósito final da comunicação (Blikstein, 1982).

Esta concepção circunscreve o processo de comunicação à soma das ações de cada parceiro que formam um conjunto de elementos discretos, que funcionariam como unidades diferentes (Fogel, 1993). Os autores que compartilham desta visão em estabelecerem o foco naqueles considerados protagonistas do ato de comunicação. Estes são vistos como componentes da comunicação que desempenham seus papéis e que podem, em certos momentos, confundir-se ou alternar-se. São estes, portanto, papéis separados e complementares. Ambos operam, em diferentes momentos, como codificador e decodificador, e compartilham um código que torna a comunicação possível. A função da comunicação é, portanto, a transmissão de uma mensagem que, se bem sucedida, resultará em informação. Esta visão trata emissor, mensagem e receptor

como entidades separadas, embora, em algum aspecto, dependentes. Ela se baseia numa perspectiva objetivista e individualista que exalta a cognição como processo individual e o contexto em que a comunicação emerge como algo exterior a ela (Fogel, 1993).

Esta visão, em muitos aspectos compartilhada por outros autores, é devedora a uma tradição de pensamento em que a comunicação aparece como filiada à cognição, que é vista como processo individual independente do contexto, que apenas funciona para esta como uma influência externa. O contexto, enquanto fator principal da função referencial, basicamente corresponde a um conjunto de crenças, tabus e costumes que exercem alguma influência sobre a comunicação (Fogel, 1993). O processo de comunicação é concebido, então, como mental e resultante de informações transmitidas por um emissor a um receptor e influenciada por uma série de elementos que não são considerados parte de sua gênese. Cognitivamente, o processo de comunicação seria a transmissão de algo construído mentalmente como representação do mundo externo e a recepção desta informação por outro indivíduo.

2.2- Modelo de Estados Contínuos

Uma concepção de comunicação que contrasta com o modelo de estados discretos de comunicação é o modelo de estados contínuos de comunicação. Nesta perspectiva, os integrantes do processo não podem ser entendidos como entidades separadas ou independentes, pois estes modificam uns aos outros continuamente ao longo do tempo. Esta abordagem parte de estudos do desenvolvimento e, portanto, se estabelece de forma diferenciada em comparação a uma visão que caracteriza a comunicação partindo do estudo de trocas estabelecidas com o uso da língua.

Os aspectos qualitativos da comunicação não são descritos a partir de um modelo que enfatiza as trocas verbais ou de informação, mas a transformação mútua de parceiros ao longo do tempo. No modelo de processos contínuos, o foco da comunicação não é a transmissão de uma mensagem, mas a formação contínua de um espaço de ação conjunta que os indivíduos constroem mutuamente e vão, ao mesmo tempo, constituindo-se ativamente como sujeitos, num processo dinâmico e ininterrupto ao longo do tempo em que a relação se processa. A partir deste modelo, concebe-se que o sistema de comunicação é formado por vários elementos (gestos, expressões faciais,

fala, etc.) que aparecem numa combinação complexa e singular que se organiza e reorganiza. Na base do processo está, portanto, a ação conjunta para que posteriormente dela derivem as aplicações da linguagem verbal. Uma ação comunicativa ocorreria, nesta concepção, na construção de um *setting* de ação conjunta, em que os participantes vão construindo e modificando seu repertório de ações possíveis ao longo do tempo.

Esta abordagem não se coaduna, portanto, com a concepção de que a comunicação é um processo que se serve do sistema linguístico como instrumento ou veículo de transmissão de uma mensagem. No modelo de estados contínuos a comunicação não é vista como resultante de um uso instrumental das funções linguísticas, mas como um processo imprescindível para a construção da experiência do indivíduo no mundo. Ela, enquanto processo, estabelecerá as bases para a emergência do sujeito psicológico e, conseqüentemente, a sedimentação de seus processos psicológicos mais refinados, especialmente a entrada no domínio simbólico (Lyra, submetido; Fogel, 1993).

Para chegar a esta compreensão, é primordial pensar no processo de comunicação que ocorre desde o início da vida, a partir de uma perspectiva cultural, que compreende os processos mentais como um sistema complexo que se desenvolve num contexto de relações correguladas (Fogel, 1993; Lyra 2006a). Afirmar que as ações no processo de comunicação são correguladas significa dizer que os participantes do processo vão se adaptando e readaptando um ao outro, tornando suas ações interdependentes e impossíveis de serem compreendidas separadamente (Fogel, 1993; Lyra, 1988).

A relação construída no processo de comunicação é vista no modelo de estados contínuos como fruto de constantes negociações que vão permitindo aos parceiros construir modos de interação partilhada que passam a servir como *background* para novas negociações. É importante ressaltar que o simples fato de se estabelecerem trocas entre um ou mais indivíduos num episódio de interação não é por si só suficiente para caracterizar aquele evento como uma relação. Segundo Fogel (1993, p. 85), uma relação se estabelece quando a comunicação ocorre repetidas vezes, permitindo a criação de significado comum. Portanto, o papel do tempo na construção de uma relação é primordial. A habilidade de engajar-se numa relação e em trocas afetivamente significativas estaria, para este autor, presente no início da vida.

Nesta concepção de comunicação entende-se que é a partir da ação conjunta que ocorrem as primeiras experiências mediadas de onde emana a construção da subjetividade humana. Portanto, a mudança primordial entre este modelo de comunicação e o modelo de estados discretos diz respeito, também, à importância dada à comunicação, como ação conjunta, para a emergência do sujeito. Como já afirmamos, no modelo de estados discretos a comunicação é possível a partir de um indivíduo que comunica aquilo que é fruto de suas operações cognitivas; já no modelo de estados contínuos, os indivíduos constroem e reconstróem sua subjetividade, incluindo aqui a sua cognição, no diálogo com o outro. No início de tudo está, portanto, a ação conjunta.

Lyra (no prelo) ressalta que a visão de um sujeito que se constrói na ação conjunta encontra fundamento no pensamento de diversos autores que se dedicam a este tema e estudam trocas comunicativas no início da vida. Esta autora argumenta, ainda, que alcançar a compreensão da intenção do parceiro em comunicar parece ser o primeiro passo que pode ser reconhecido como uma demonstração do reconhecimento do parceiro como diferente de si mesmo no diálogo. Desta compreensão, pode-se chegar a uma conclusão que se aplica a outros contextos de comunicação, além das trocas no início da vida: a comunicação pode ser entendida como um processo dinâmico de mudança que permite aos parceiros a construção de padrões de ação conjunta.

Esta visão implica também numa visão de sujeito que tem como constante em sua natureza a característica de estar em perene mudança e de ser relacional. Por essa razão, há uma especial atenção aos processos de mudança que resultam do dinamismo das relações humanas, pois se entende que a experiência significativa na constituição psíquica do sujeito não diz respeito apenas à sua história nos primeiros anos de vida, embora estes sejam primordiais, mas a um processo dinâmico e contínuo que vai ocorrendo ao longo da história de vida.

As mudanças que ocorrem na trajetória da existência humana não acontecem como fruto apenas de processos internos maturacionais, mas como construído nas relações significativas que dão voz à natureza relacional que é constitutiva do sujeito. Os diálogos têm, desde os primeiros anos de vida, uma força transformadora em que o indivíduo constrói e é construído.

Ao considerar que os diálogos ocorrem desde o início da vida, é importante dizer que a capacidade de estabelecer diálogo não é entendida na perspectiva de que nos

apropriamos neste trabalho, como uma possibilidade dependente do domínio das capacidades simbólicas por ambos os parceiros. Neste aspecto, tomamos as assunções apresentadas por Lyra e Bertau (2008) de que nos primeiros anos, antes da completa aquisição das habilidades semióticas, o diálogo, numa forma ainda rudimentar, pode ser entendido como existindo enquanto sistema de comunicação que permite à mãe e ao infante construir padrões de trocas que passam a constituir a história da relação e a servir para a futura aquisição das habilidades simbólicas. Damos também especial destaque à compreensão das autoras de que desde cedo as trocas estabelecidas entre a mãe e o bebê podem ser consideradas como diálogo inicial, na medida em que modificam os parceiros ao longo do tempo. Os estudos desenvolvidos por autores que estudam o desenvolvimento nos primeiros anos de vida, a partir de um enfoque relacional, parecem apontar para uma concepção da comunicação como, desde cedo, marcada como um processo relacional, histórico e criativo (Lyra, 2000; Lyra, 2006b).

Acreditamos que esta característica de contínua construção do *self* nas relações é uma constante na vida humana, e entre esses espaços de trocas significativas que se modificam e vão modificando seus integrantes de forma interdependente está a psicoterapia ou terapia psicológica. Esta se constitui historicamente como um espaço que visa a mudança a partir de uma relação afetivamente significativa entre um profissional treinado e um cliente, paciente ou analisando (Cordioli, 1998). Nesta abordagem da psicoterapia, como um espaço marcado por trocas dinâmicas e em constante transformação, é importante entender como a dinâmica do diálogo vai se transformando ao longo do processo psicoterápico para entender como, a partir desse espaço de encontro, ocorre a mudança nos parceiros do diálogo e em sua comunicação, em si².

2.3- A correção na comunicação humana

A forma como a comunicação se processa e modifica os parceiros que estabelecem uma relação de trocas tem como característica a correção, da qual falamos de forma breve anteriormente, neste capítulo, mas consideramos importante abordar agora, de forma mais pontual. A correção caracteriza as relações em que a ação dos indivíduos emerge como um conjunto de ações mútuas e conjuntamente

² Esta ideia será melhor explorada no capítulo IV.

criadas. Isto porque, num processo de estados contínuos de comunicação, os parceiros são continuamente ativos e engajados num processo em que as ações não se sucedem, mas se interpenetram. Há, também, a possibilidade de modificar as ações do(s) parceiro(s) na medida em que elas ocorrem. Não há ações e reações separadas na comunicação, há ação conjunta corregulada.

Fogel (1993, p. 29) ressalta que é difícil determinar quem iniciou a comunicação ou quem respondeu a quem, pois a maioria das formas de comunicação não são processos em que uma mensagem é transmitida apenas numa direção (do emissor para o receptor), mas é um processo complexo e dinâmico e com sua própria forma de organização. A corregulação é responsável pela organização desse processo de comunicação. Há uma coordenação mútua que requer que as ações dos parceiros sejam constantemente suscetíveis a serem modificadas pela ação do outro. É justamente esta contínua coordenação mútua de ações que é chamada corregulação .

É importante entender que as relações correguladas não são caracterizadas por um controle rígido e estereotipante, pois como afirma Fogel (*op.cit.*), a criatividade é a mais notável característica das trocas que ocorrem nas interações humanas. É a abertura para o parceiro e para a novidade que marca a relação. É, também, o que confere liberdade para manipular criativa e dinamicamente as ações do parceiro, produzindo o novo e antecipando as ações do outro no processo de comunicação. Portanto, a consequência direta de um diálogo corregulado é a possibilidade de antecipar a ação do parceiro, a partir do conhecimento mútuo construído. Isto gera padrões de comunicação que passam a ser resultantes da história da relação, repetindo-se através do tempo. Embora esses padrões repitam algo que é construído na relação ao longo do tempo, eles revelam também um processo criativo, na medida em que se reelaboram constantemente.

Portanto, este é um processo que, ao mesmo tempo em que baseia a construção de uma certa ordem, é também preenchido pela adição constante de novos elementos que os parceiros vão construindo ao longo do tempo. Resumindo esta característica, Fogel (1993, p.36) afirma que uma compreensão completa do que vem a ser a comunicação, enquanto processo, exige que se detenha atenção à variabilidade e à constância que caracteriza a comunicação. O conceito de corregulação parece descrever bastante bem o processo de negociações mútuas exercidas pelos parceiros da

comunicação. Isto permite a existência de padrões de comunicação, ao mesmo tempo em que o novo tem espaço para emergir. Esta concepção de comunicação como processo corregulado tem sido construída tendo como metáfora a perspectiva de sistemas dinâmicos que descreveremos a seguir. Esta forma metafórica de entender os elementos da comunicação permite perceber, através de um modelo teórico, como os sucessivos eventos de comunicação demarcam a emergência de uma relação que se estabelece de uma forma dinâmica.

Antes de explicarmos como a perspectiva de sistemas dinâmicos serve como metáfora para as trocas de comunicação, acreditamos ser importante tecer alguns comentários sobre como esta concepção de comunicação traz consequências sobre a forma de estudar e entender as trocas que ocorrem no *setting* psicoterápico. É importante entender a relação terapêutica levando em conta as mudanças que ocorrem em todos os parceiros que constituem o espaço terapêutico. Portanto, não basta assumir teoricamente que todos os participantes do sistema de comunicação são afetados e afetam aos outros na comunicação. É importante perceber o que se modifica na relação, ao longo do tempo, em vez de focar na ação do paciente como passível de mudança. Entendemos que esta visão é importante pois segue em direção oposta à visão do terapeuta como figura neutra que auxilia no processo de desenvolvimento do paciente, situando-o e implicando-o de fato na relação.

2.4- Comunicação como diálogo³

Um outro ponto que consideramos importante discutir é a premissa assumida neste trabalho de que as trocas de comunicação protagonizadas na psicoterapia podem ser nomeadas como diálogo. A nossa definição de diálogo é que o mesmo se constitui como resultado de interação, ocorrendo na imediatez do tempo e do espaço. Este é construído por indivíduos que estão implicados num processo coconstruído que se orienta mutuamente num ato de comunicação (Marková, 1987). Na base deste entendimento está a ideia de que o sujeito se constitui num contexto social caracterizado por dinamismo e ação conjunta com outros parceiros sociais (Marková, 2006; Lyra,

³ Em nosso estudo assumimos a premissa do diálogo como constitutivo do sujeito psicológico. Esta visão de sujeito se sustenta na perspectiva dialógica advinda dos conceitos de Bakhtin. No capítulo IV desenvolvemos esta temática de forma mais específica.

submetido). Entendemos que nas trocas imediatas dos indivíduos envolvidos num sistema de trocas, estes respondem a mais que às ações imediatas de seus parceiros. Nelas, a história prévia dos envolvidos está inserida, mesmo que não seja explicitamente apresentada.

Este entendimento tem raízes na concepção de diversos autores, como Vygotsky (1997), que consideram as ações humanas como fenômenos sociais e históricos por natureza. Assume-se, nesta concepção, que os processos psicológicos surgem inseridos no universo das relações sociais que têm natureza sociossemiótica, por serem construídos de forma mediada por ferramentas culturalmente produzidas (Leitão, 2007). As trocas estabelecidas entre pessoas são, portanto, constitutivas da realidade social a partir da qual o sujeito psicológico vai se constituindo (Marková, 1990). É, então, através dos atos comunicativos que, situando-se como parceiros uns dos outros, os diferentes agentes sociais constroem a realidade social e as suas próprias subjetividades. Em nosso caso, esta compreensão também se baseia na definição do diálogo como sendo um processo aberto e não linear que se estende a partir da criação do novo e da interdependência de seus participantes (Lyra, 1999).

Entendemos, então, que trocas de comunicação podem ser nomeadas como diálogo (de forma intercambiável), dentro da perspectiva que ora defendemos, quando este é entendido como um processo que implica em transformação mútua de seus participantes. Acreditamos, também, ser possível estudar o diálogo em diferentes níveis. Primeiro, naquele nível que ocorre entre indivíduos, numa dimensão interpessoal, mas que é também constituinte dos agentes envolvidos. Também, o diálogo pode ser estudado num nível intrapsíquico, sem perder seu enfoque dialógico, na medida em que se consideram as múltiplas vozes com que os indivíduos dialogam como constitutivas de suas individualidades e processos psicológicos (Lyra, 1999; Marková, 1987; Valsiner, 2007a).

No nosso trabalho escolhemos a comunicação interpessoal por entender que esta aborda os processos de interação que são o foco deste estudo. Sabemos que a literatura que concebe a psicoterapia a partir do dialogismo se dedica mais ao estudo da forma como as múltiplas vozes ou posições assumidas pelo sujeito ocupam seu lugar no discurso da pessoa, casal ou família que procura psicoterapia (Molina & Del Rio, 2008; Cunha, 2007; Gonçalves & Cunha, 2006). O nível interpessoal que a comunicação em

psicoterapia abarca, formando um sistema do qual o terapeuta é parte, é de certa forma, relegado a segundo plano em muitos estudos que têm como foco a mudança que se processa na psicoterapia. Seguindo uma direção diferenciada desta maioria de estudos, estabelecemos como foco questões relativas a como se dá a mudança na comunicação entre terapeuta e paciente, concebendo-a como diálogo.

3. Sistemas dinâmicos: Uma perspectiva para entender relações interpessoais

“A busca de um padrão, ou modelo, é a base de toda investigação científica. Onde existir um padrão, existe significado; esta máxima epistemológica também é válida para o estudo da interação humana”.

Watzlawick, Beavin e Jackson⁴

Outro conceito importante e que está na base do estudo que propomos é o conceito de sistema de relações. Esta ideia, das relações entre os elementos de um sistema definindo-o, não é algo novo em psicologia, mas, embora a ideia das relações como sendo primordiais e estando na gênese dos fenômenos psicológicos não seja nova, considerá-la como unidade de análise não é tradição na ciência psicológica. Mesmo em abordagens interacionistas, há uma tendência em psicologia de considerar os fenômenos que são objetos de estudo como sendo intrapsíquicos (Lyra, 2006a, p.28).

Já no que concerne à psicoterapia, esta tendência também se repete. Em primeiro lugar, cremos que isto se dá porque as abordagens tradicionais em psicoterapia dão ênfase ao indivíduo e situam o conceito de singularidade como estando atrelado a esta visão. As abordagens da psicopatologia tradicional, as teorias de personalidade em geral e até o estudo das relações que se processam no *setting* terapêutico são, em sua maioria, focadas no indivíduo, embora, teoricamente, não neguem o papel da relação na gênese do desenvolvimento humano e até teorizem sobre esta.

Em segundo lugar, embora a relação terapêutica seja considerada de principal relevância nas diversas abordagens, a ênfase no bem estar do indivíduo que procura a psicoterapia, geralmente por vivenciar alguma forma de sofrimento, faz com que, mesmo nas abordagens relacionais, a ênfase recaia na mudança ocorrida no paciente ao longo do processo psicoterápico. Isto ocorre sem que se debruce sobre o assunto e se desenvolvam estudos que tenham por foco as mudanças que ocorrem na relação por si.

Esta é uma visão predominante na Psicologia em geral; Lyra (2006a) ressalta

⁴Citação contida em Watzlawick, P. Beavin, J.H. e Jackson, D.D. (2007/1973). *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix, p.33.

que, na tradição da psicologia ocidental, conceber as relações como unidade de análise é tarefa difícil. Como pontua Marková (1987), a concepção predominante dos fenômenos psicológicos nos leva a uma visão da realidade focada em conceitos que nos distanciam de perceber a dinâmica das relações. Neste projeto, partimos com a concepção de que já que a mudança em psicoterapia se processa na relação terapêutica, entender a relação terapêutica é importante para compreender até mesmo a forma como a mudança ocorre no indivíduo. Portanto, é relevante partir de uma abordagem teórica que ressalte as relações como fundantes para os processos psicológicos que resultam em mudança.

Como afirmamos anteriormente, a perspectiva de sistemas dinâmicos no estudo de um fenômeno psicológico implica trabalhar com a ideia de constante transformação (Lyra, 2000). Portanto, o cerne dos estudos que adotam tal perspectiva é a investigação de como determinados fenômenos mudam ao longo do tempo em que ocorrem (van Geert, 2003; Lyra, 2006a,b; Lyra, 2007a,b). Para compreender esta perspectiva faz-se necessário entender o que vem a ser um sistema dinâmico e a diferença entre este tipo de sistema e os sistemas estáticos.

Um sistema é caracterizado pela existência de variados elementos ou fatores que se apresentam em relação. Quando os elementos de um sistema mudam, ao serem afetados pela relação que se estabelece entre eles e se modificam ao longo do tempo, este sistema é considerado dinâmico.

Segundo van Geert (2003) a palavra *Dinâmica* relaciona-se etimologicamente à palavra grega *Dynamikos*, que se traduz como relacionada a poder ou força. O estudo da dinâmica seria, então, concernente à forma como forças se aplicam, mudam e exercem influência. A palavra sistema, por sua vez, teria sua raiz no grego e seu significado se aproximaria ao verbo *combinar*. A ideia de uma combinação de forças interagindo parece uma metáfora adequada para representar alguns pressupostos básicos na concepção dos sistemas dinâmicos.

Uma outra forma de definir um sistema dinâmico, que se aplica ao estudo científico de forma geral, é que este pode ser definido como sendo um complexo de variáveis, elementos ou mesmo dimensões que se relacionam a partir de uma constante de influencia múltipla (Lewis, 2000).

A adoção recente deste paradigma emergiu de alguns estudos no campo da Dinâmica, tanto na Física como na Matemática. Os referidos estudos demonstraram a existência de um equilíbrio espontaneamente emergente em alguns sistemas. A ideia de que certos sistemas de força tendem a direcionar-se mutuamente para um estado de equilíbrio, que se constituiria como uma forma de estabilidade dinâmica, consolidou-se como um paradigma fundante de uma nova forma de conceber sistemas (van Geert, 2003). Isto levou à conclusão de que algumas formas de estabilidade seriam fruto da relação entre diferentes elementos e teriam natureza dinâmica, e não estática e previsível.

Esta possibilidade de visualizar um fenômeno como provido de regularidade sem repetição foi aplicada a outras áreas de estudo, para além das ciências naturais. O paradigma dinâmico estabeleceu-se como uma possibilidade de estudar fenômenos das ciências naturais, humanas, biológicas, sociais, etc., considerando que relações entre diferentes elementos pudessem ser ao mesmo tempo dinâmicas e estáveis. Esta nova perspectiva alcançou também as ciências psicológicas em seus mais diversos objetos de estudo (Masterpasqua e Perna, 1997; Thelen e Smith, 1994; Fogel, 1993; Siegler, 2002; Valsiner, Molenaar, Lyra & Chaudhary, 2009).

Salvatore, Lauro-Grotto, Gennaro e Gelo (2009, p. 171) afirmam que o reconhecimento da dinamicidade dos fenômenos psicológicos tem ganhado aceitação em diversos campos da ciência psicológica, beneficiando-se da aplicação da teoria de

Sistemas Dinâmicos. Os autores ressaltam que em certos campos da Psicologia tornou-se comum o uso desta teoria em termos metafóricos, como forma de visualização e descrição dos efeitos da irreversibilidade do tempo e do caráter criativo dos fenômenos em estudo. Neste estudo tomamos a perspectiva de sistemas dinâmicos como abordagem que permite compreender as relações humanas como sistemas de relações. Nesta concepção, o sistema é entendido como constitutivo das relações, mas também das partes que o formam. Essa visão não é historicamente comum na ciência psicológica.

Kriz (2009) afirma que, após quatrocentos anos de grande sucesso da ciência clássica mecanicista, coisas e aparelhos mecânicos se tornaram metáforas comumente utilizadas para entender a vida diária (ver Shultz & Shultz, 1981). Esta tendência ganhou espaço também nos modelos explicativos, dentre eles os psicológicos. Este mesmo autor ainda ressalta que a ideologia ocidental mecanicista foi determinada por interações de cientistas com sistemas isolados. Consequentemente, todos os objetos da ciência e os mecanismos que os compõem passaram a ser descrito por leis mecânicas.

Nesse paradigma, mesmo movimento e mudança são compreendidos como estáticos, portanto lineares e caracterizados por somatividade. Isto se revelaria no que Toomela (2009) nomeia como sendo o tradicional raciocínio linear causa-efeito da psicologia moderna. Este modelo de fazer psicologia está circunscrito a procurar respostas sobre o porquê dos fenômenos psicológicos, em detrimento do entendimento da natureza e da dinâmica que lhes é característica.

Lyra (2006, p.26) descreve tal perspectiva como uma tendência que “encontra sua expressão nas perspectivas em Psicologia que compreendem a explicação do funcionamento humano através das relações entre antecedentes e consequentes”. Em

oposição a esta visão, apresenta-se o *contextualismo* como uma forma de estudar fenômenos que se diferencia do *mecanicismo*. O *contextualismo* “(...) põe em destaque a natureza histórica dos eventos. O fenômeno humano é analisado e compreendido a partir de sua inserção no tempo e no espaço (Hermans & Kempen, 1993). Trata-se de uma posição que destaca o caráter relacional e dinâmico do funcionamento humano, sobre tudo de seu desenvolvimento (p.26)”. Esta abordagem contextualista caracterizaria algumas abordagens paradigmáticas em psicologia, dentre elas a abordagem histórico-relacional que baseia este estudo.

O que propomos é a adoção do paradigma de sistemas dinâmicos como possibilidade de compreender a natureza dos fenômenos psicológicos, escapando ao modelo causa-efeito característico e herdado da ciência moderna. Entendemos que compreender como se dá o processo psicoterapêutico, em termo das mudanças e emergência de padrões de comunicação que o caracterizam, é relevante para compreender a natureza do fenômeno psicoterápico.

3.1- A Perspectiva Dinâmica no estudo das interações humanas – Alguns conceitos importantes

Como afirmamos anteriormente, a perspectiva de sistemas dinâmicos é utilizada neste estudo como metáfora que permite entender o dinamismo da psicoterapia como relação interpessoal. Diferentemente dos sistemas estáticos e fechados, os sistemas dinâmicos são vistos como sensíveis a condições que permeiam sua existência. Estes estão, portanto, complexamente imbricados ao contexto de relações em que se desenvolvem. A relação de um sistema aberto com seu ambiente confere não apenas a esta relação, mas ao próprio sistema, dinamismo. Assumir esta perspectiva no estudo do

processo de comunicação terapeuta-paciente, significa entender tal relação como marcada por constante transformação caracterizada por momentos de estabilidade e mudança; significa, também, assumir a “trajetória” de um sistema de relações como não-linear, complexa e marcada por uma relação constante com o ambiente (Thelen & Smith, 1994; Lyra, 2007b; van Geert, 2003; Salvatore e cols., 2009).

Quando falamos em sistemas dinâmicos como parte de um ambiente de relações, é importante entender que o ambiente ao qual o sistema dinâmico está relacionado não é definido como aquilo que o circunda. Este é, sim, definido como tudo que se apresenta numa relação de codependência com o sistema em questão. No estudo científico, especialmente na ciência psicológica, a relação que o pesquisador define como seu objeto de estudo determinará o sistema e o seu ambiente de relações. Neste contexto, é possível compreender que um sistema dinâmico afeta e é afetado por outros sistemas e também pelas relações entre seus elementos ‘internos’ (van Geert, 2003).

Ao olhar a psicoterapia como sistema dinâmico, entendemos que é importante entender o contexto de relações em que ela está implicada. Neste sentido, não há como pré-determinar aquilo que será levado em conta como contexto, sem perceber o que realmente afeta a relação terapêutica. É importante entender, por exemplo, que mesmo não tendo uma história prévia, terapeuta e paciente compartilham, em certo sentido, um arcabouço histórico-cultural que permite que as primeiras trocas sejam estabelecidas e estendidas, ou não, para que novos formatos comunicativos emergjam.

Além da relação dinâmica com seu contexto, os sistemas dinâmicos também são caracterizados por uma relação dinâmica entre seus componentes. Este dinamismo não gera um caos total, pois é regulado por uma capacidade de auto-organização. Tal capacidade determina a forma como as relações entre os componentes de um sistema se

dão. A auto-organização não é uma característica de qualquer sistema. De acordo com van Geert (2003), ela ocorre em processos ou sistemas que possuem já certo nível estrutural em seu funcionamento. Ou seja, este é um princípio próprio de sistemas complexos, que são caracterizados por essa dupla relação dinâmica (com o contexto e com as partes que o integram).

Nos sistemas complexos, o grau de conectividade entre os elementos seria crítica para a existência da auto-organização, que emerge como característica espontânea. O conceito de auto-organização é importante não só por fornecer a este modelo de estudo a compreensão da forma como os sistemas se organizam. Tal conceito permite, também, entender como estabilidade e mudança, geralmente entendidos como opostos, se integram na existência de um sistema complexo (Lyra, 2007b; Fogel, 1993; Thelen & Smith, 1994; Lauro-Grotto, Salvatore, Genaro & Gelo, 2009; Lewis & Granic, 1999).

Thelen e Smith (1994, p.55) ressaltam que sistemas caracterizados por auto-organização não são apenas complexos, mas são, também, especificamente abertos. Neles, não há o predomínio de nenhum elemento sozinho, mas a complexidade das relações que se processam em tais sistemas é que determinam as configurações que esses sistemas assumem (Smith & Thelen, 2003). Sistemas “complexos e heterogêneos” têm uma “enorme variabilidade comportamental e um grande número de modos cooperativos potenciais”. Isto gera ‘espaços’ de instabilidade que servem como atratores de novos elementos para o sistema. Sistemas homogêneos, simétricos e estáveis não têm tais fontes para novas formas. Os sistemas dinâmicos, a partir da auto-organização, ‘selecionam’ ou são atraídos para uma configuração com muitos ‘estados possíveis’.

Lyra (2007b, p.), ao explicar o conceito de auto-organização, afirma que “ a auto-organização é um mecanismo que resulta das trocas entre os elementos que

compõem o sistema, possibilitando novos níveis de organização (...). A tarefa do investigador consiste no discernimento dos padrões de ação conjunta que definem as transformações e os níveis de organização de um sistema ao longo do tempo. Esta investigação possibilita a compreensão tanto dos períodos de maior estabilidade do sistema como dos períodos de instabilidade, que caracterizam as fases de mudança”.

Ao definir um fenômeno como um sistema dinâmico, define-se também a relevância do estudo do processo de microdesenvolvimento desse sistema. Isto porque ao entender o dinamismo do sistema e sua forma de organização, a partir da auto-organização, entende-se a organização desse sistema em configurações atratoras ou momentos de quase-estabilidade, em que podem ser observados determinados padrões de organização (Lyra, 2007; Pantoja, 1998). É a partir da auto-organização que os sistemas complexos se transformam e assimilam a mudança, assumindo novas formas de funcionamento que caracterizam novos momentos conhecidos, nesta perspectiva, como momentos de quase-estabilidade. Estes momentos de quase-estabilidade são momentos, na trajetória de um sistema, caracterizados por uma maior estabilização do sistema em determinada “região” ou forma de comportamento que funciona como um estado atrator (Thelen & Smith, 1994; Fogel & Lyra, 1997; Lyra, 2006a).

Os momentos de quase-estabilidade não são caracterizados pela ausência da mudança, mas neles ocorre a emergência de padrões de organização que predominam no funcionamento de tais sistemas. Estes se organizariam em torno de um ou mais modos que o sistema ‘privilegia’ sobre todos os modos possíveis de funcionamento (Thelen & Smith, 1994; Lyra, 2000; Fogel, 1993; van Geert, 2003; Lewis, 2000). A mudança num sistema dinâmico corresponde a uma certa instabilidade no sistema que o conduz a uma nova configuração. Isto ocorre nos sistemas abertos, sobretudo, pela sua relação com o contexto. O dinamismo que caracteriza tal relação requer a substituição

de um padrão por outro, ocorrendo uma transição caracterizada pela instabilidade causada pelo dinamismo entre os padrões existentes e a novidade emergente no sistema. É nesses momentos em que o princípio da auto-organização se aplica, permitindo, ao sistema, permanecer num estado de constante mudança. O processo de auto-organização implica, portanto, no aumento de complexidade e funcionalidade ao longo do tempo (Lewis, 2000).

Enfim, como afirma van Geert (2003, p. 653-654), em sistemas complexos o desenvolvimento constante de estruturas mais complexas parece ser mais a regra que a exceção. A auto-organização não é, então, um processo guiado do exterior do sistema para o interior. É um processo de criação constante que ocasiona ao sistema estrutura e ordem, e que possibilita a emergência de novas formas ou novos padrões de organização cada vez mais complexos (Lyra, 2006a). Os estudos que assumem a perspectiva de sistemas dinâmicos para compreender as relações humanas são sensíveis à ideia de que, ao longo do tempo, as relações humanas vão se organizando em padrões de ação corregulada entre seus integrantes. Perceber essas formas específicas de auto-organização é primordial, nesta abordagem, para entender como ocorre a mudança em tais relações. Em nosso estudo, entender que padrões de comunicação emergem e vão se organizando ao longo do processo psicoterápico é importante para compreender as transformações que ocorrem na relação terapêutica.

Segundo Thelen e Smith (1994, p.56), sistemas, ao experimentarem mudança, se auto-organizam em uma ou mais formas de funcionamento. Este modo de funcionamento é conhecido como um estado *atrator*. Lyra (2007b) destaca que o conceito de *atrator* é um dos conceitos mais importantes para o discernimento de um processo de estabilidade e mudança. Um estado *atrator* é um estado que, metaforicamente, corresponderia a uma região em que o sistema se estabiliza (Thelen e

Smith, 1994; Lyra, 2007b).

Segundo Lyra (2007b), um exemplo de estados atratores, em trocas comunicativas, pode ser a permanência em um padrão característico de trocas comunicativas ou uma flutuação sistemática entre dois padrões característicos de trocas comunicativas. Ao estar sob influência de estados atratores, o sistema apresenta estados de quase-estabilidade. Embora o termo utilizado seja quase-estabilidade, é importante não confundir esta forma de ordenação com um estado estático. Quando novos estados de quase-estabilidade ou padrões de organização emergem, eles indicam uma crescente complexidade em que o sistema funciona com um certo padrão de estabilidade, mas dentro dele não deixam de existir microprocessos que estabelecem um certo dinamismo ao sistema. Estes microprocessos, no entanto, só são percebidos em estudos que possam capturar a gênese da mudança num sistema, e não o momento pontual em que a mudança pode ser vista num estado macro (como já estabelecida). Esses microprocessos de mudança ocorrem continuamente num sistema.

No entanto, ao longo do tempo, novos estados *atratores* surgem, e o sistema volta a viver momentos de instabilidade (Fogel & Lyra, 1997; Lyra, 2000; Thelen & Smith, 1994). De acordo com Lyra, o sistema passa por um processo de transformação ou de mudança, permanecendo instável durante certo período de tempo, até que, novamente, se estabiliza em um novo padrão de organização. Nestes períodos de instabilidade, diferentes *atratores* atuam ao mesmo tempo no sistema. Cada estado *atrator* representa uma opção de trajetória que pode vir a caracterizar o desenvolvimento futuro deste sistema (Lyra, 2007b, p.6). O sistema modificará suas configurações de acordo com novas configurações *atratoras*, determinadas por um diferente modo de se relacionar que os elementos do sistema virão a assumir (Thelen & Smith, 1994). Não há, portanto, uma pré-determinação, mas uma abertura de

possibilidades que apontam caminhos possíveis ao sistema.

Entendemos que a perspectiva de sistemas dinâmicos se aplica ao estudo do processo de comunicação que se desenvolve no *setting* psicoterápico pela forma metafórica como permite entender o dinamismo constante que caracteriza a mudança em psicoterapia. A partir de conceitos como o de estados *atratores* e o mecanismo de auto-organização, é possível compreender a mudança na relação terapêutica como resultado de um constante estado de tensão construtiva entre comportamentos co-construídos e já existentes e a emergência do novo.

A ideia do novo como emergindo sempre numa relação, sem que necessariamente exista a iminência da mudança, pode ser aplicada à psicoterapia, pois nem sempre que um fato novo, um posicionamento diferente, ou alguma novidade emerge no *setting* psicoterápico, ocorre necessariamente mudança no padrão de comunicação dominante (Gonçalves, no prelo; Gonçalves & Ribeiro, 2011). Isto nos leva a pensar no conceito de estados *atratores* como uma metáfora propícia para entender a comunicação em psicoterapia. No entanto, esta visão não abarca o fenômeno psicoterápico se utilizada isoladamente. Se partirmos do pressuposto que, enquanto sistema de comunicação a psicoterapia se constitui como processual, pois a mudança não ocorre de forma pontual, mas sim ao longo da trajetória da relação, a noção de tempo se torna necessária na abordagem deste fenômeno.

A ideia de um sistema aberto, caracterizado pelo dinamismo das relações complexas que o formam, é bastante eficaz para explicar fenômenos relacionais. Porém, quando se trata de retratar a forma como se dá a mudança em processos psicológicos, esta abordagem, se desprovida da noção de tempo, pode corresponder apenas a uma visão relacional. Este paradigma pode até abordar a mudança, mas não necessariamente

de forma processual, tendo a preocupação de entender como esta ocorre ao longo do tempo histórico, considerando passado, presente e futuro. Um importante conceito, que somado a esta perspectiva, permite o uso dos sistemas dinâmicos como metáfora para entender processos é, sem dúvida, o conceito de historicidade, especialmente na forma como é apresentado numa perspectiva histórico-relacional.

Segundo Zittoun e colaboradores (2010) qualquer estudo científico sobre fenômenos que ocorrem ao longo do curso de vida carece de uma visão calcada no desenvolvimento. Esta compreensão deve, para os autores, alcançar ciências como a psicologia, biologia, antropologia e sociologia que lidam com fenômenos processuais. Esta abordagem se aplica ao estudo de fenômenos caracterizados por constante mudança que são considerados como objeto de uma ciência do desenvolvimento que nasce a partir da compreensão da mudança como propriedade dos fenômenos humanos.

Estes fenômenos podem ser caracterizados como sistemas abertos que experimentam transformação de uma forma qualitativa, por estarem em constante relação com seu ambiente e serem marcados pelo tempo irreversível. Detendo esta discussão em nosso objeto de estudo, é possível afirmar que este é um alicerce importante a partir do qual se pode estudar o fenômeno psicoterápico de uma forma diferenciada. Se partirmos da compreensão de que a psicoterapia é um espaço que visa a emergência do novo e a mudança, podemos assumir que este é um fenômeno processual ou em desenvolvimento.

Sendo nosso estudo sobre a emergência de padrões de organização no processo de comunicação entre terapeuta e cliente, este não pode ser concebido sem que se pense no papel do tempo na emergência e transformação de tais padrões de organização. É, portanto, imprescindível a inclusão do tempo irreversível como elemento integrante da

dinâmica que caracteriza tal fenômeno (Valsiner, 2002). Isto porque entendemos que os padrões de organização que emergem ao longo do processo de mudança que caracteriza um sistema aberto são decorrentes da trajetória do sistema que lhe concede certas características.

A inclusão do tempo é necessária quando se tem como objeto de estudo a forma como os fenômenos se transformam. Uma forma simples de dizer isto seria afirmar que o foco é entender como os fenômenos se tornam algo em detrimento de um interesse descritivo estático em como eles são num determinado momento *x* (ver Lyra & Valsiner, 2011).

Segundo Lyra (2007b) a inclusão de um tempo irreversível no estudo de um fenômeno tem como imprescindível a compreensão de que os elementos envolvidos no processo de mudança devem ser considerados como sendo modificados - ou podendo ser modificados - porque estes são passíveis de transformação ao longo de todo o processo. Isto resulta em considerar que o tempo histórico carrega a abertura de inúmeras possibilidades no decorrer de um processo em desenvolvimento.

A este tempo histórico se nomeia *historicidade* porque, segundo Lyra (2007b, p.), este “(...) integra à concepção de gênese a projeção para o futuro do sistema psicológico. Esta projeção é, ao mesmo tempo, baseada no passado, mas inclui a dimensão do futuro ainda desconhecido”. Isto denotaria um caráter de indeterminação que escapa e se impõe ao pesquisador, especialmente nas ciências humanas (Lyra, 2007b; Lyra, 2006; Valsiner, 2001).

Lyra e Valsiner (2011) apresentam alguns pressupostos que estão na base do conceito de historicidade e que são importantes para compreender sua centralidade. Os autores descrevem algumas razões pelas quais o conceito de historicidade teria um

papel central no estudo de processos de mudança. Inicialmente, os autores ressaltam, no artigo citado, a diferença de considerar a história de um sistema – como algo que diz respeito ao passado - e em considerar a historicidade como um processo através do qual um sistema experimenta transformações num tempo irreversível. Esta compreensão implica o entendimento da irreversibilidade das transformações vivenciadas por um sistema.

No entanto, as experiências do passado nos preparam para possibilidades no futuro na medida em que ‘oferecem’ algumas opções e tornam outras improváveis (Lyra & Valsiner, 2011). Assim, o tempo não pode ser revertido, mas o futuro pode ser composto por diferentes possibilidades. A historicidade é, então, um processo que não pertence ao passado, mas sim ao presente. Ela recupera criativamente as vivências do sistema desde o passado e antecipa (através de diversas formas, como imaginação, abstração, ações, etc.) o que possivelmente ocorrerá num futuro imediato (as opções do futuro). A emergência de uma nova forma de funcionar de um sistema vai, então, resultar da escolha de uma trajetória específica, selecionada pelo sistema dentre algumas possibilidades construída no curso do tempo.

Segundo Lyra e Valsiner (2011), esta simples realidade intuitivamente conhecida deve ser integrada pela ciência psicológica que estuda processos de mudança. A historicidade dos fenômenos processuais, construída na irreversibilidade do tempo passado e no potencial imaginado do futuro, é conectada com a indeterminação deste futuro. A indeterminação é, portanto, outro elemento central no estudo da mudança em processos psicológicos (ver Fogel, Lyra, & Valsiner, 1997). Lidar com o futuro, necessariamente, envolve tensões, visto que enfrentamos possibilidades que apresentam opções delimitadas, embora não determinadas, pelo conhecimento passado (Lyra & Valsiner, 2011). Isto, porque, segundo Lyra (2006, p.27), “a conceituação do caráter

histórico (...) implica que as transformações que ocorrem carregam a abertura de possibilidades e o fechamento de outras”. Desta forma é que afirmamos que lidar com o futuro necessariamente envolve tensões.

O conceito de historicidade permite olhar para o sistema como algo que não pode ser definido como um caos absoluto que impossibilita qualquer tentativa de generalização ou visualização de possibilidades futuras. Salvatore e cols. (2009, p. 180) pontuam, também que a passagem do tempo é um fator de produção de sentido no estudo dos fenômenos psicológicos. Como ilustração prática desta premissa os autores utilizam o conceito psicanalítico de associação livre, em que se entende que o princípio hermenêutico aplicado parte da ideia de que a cadeia associativa criada pela contiguidade temporal entre signos é um vetor preponderante que aponta para a construção de um significado afetivo.

Um processo psicológico, considerado como dotado de historicidade não é previsível na medida em que sua trajetória é criativa, mas é a história desse sistema que afeta o futuro, na medida em que abre e fecha possibilidades. Portanto, é possível estudar um fenômeno psicológico tecendo generalizações e visualizando possibilidades futuras com base na historicidade de uma relação, mas nunca com um olhar totalmente determinista. Isto significa entender que a psicoterapia, por exemplo, enquanto sistema de comunicação, não tem seu poder de transformação e criação restrito a um repertório de possibilidades passadas, mas também não muda de forma avulsa. A trajetória da relação constrói possibilidades que se atualizam e modificam a cada novo momento.

Lyra & Valsiner ressaltam, baseando-se nos argumentos de Baldwin (1906, citado por Lyra & Valsiner, 2011) que fenômenos processuais ou em desenvolvimento necessitam ser abordados a partir de conceitos especiais, como o de historicidade, que

ressaltam o valor do estudo do fluxo da mudança, em detrimento do estudo dos ganhos do desenvolvimento depois que estes ocorreram. Este aspecto é relevante no entendimento de que, no *setting* de pesquisa, os dados coletados em diferentes momentos em que um processo ocorre não podem ser tratados como independentes. Ou seja, nesta visão de fenômeno os processos psicológicos não podem ser tratados a partir da comparação de um momento anterior e um momento posterior, pois assim perde-se o fluxo do tempo que aponta para a dependência desses momentos. Isto porque, no caso de sistemas dinâmicos, cada evento é fruto de um diferente ambiente imediato que incorpora a história prévia do sistema (Salvatore e cols., 2009, p. 173). Neste sentido, entende-se que o foco, para abordar a mudança em fenômenos processuais e relacionais, deve ser a trajetória do sistema (seu comportamento ao longo do tempo) e não pontos individuais em que percebe-se alguma mudança ou diferença.

Tendo em vista esta concepção, o estudo do fluxo da mudança tem sido uma espécie de tradição dos estudos de comunicação na primeira infância que se servem do modelo de estados contínuos de comunicação (Fogel e cols., 2006). Por isto, consideramos coerente tomar didaticamente uma dessas perspectivas de estudo. Neste contexto, fizemos a escolha de tomar o modelo EEA como um, entre outros, fundamento teórico-metodológico na implementação deste estudo.

3.2-O modelo EEA

Como afirmamos anteriormente, estudos do desenvolvimento são bastante marcantes na construção de ferramentas metodológicas para investigar processos de mudança. Lyra (2006 b, p. 172) afirma que,

(...) a partir da última década do século passado, as pesquisas

em Psicologia, particularmente, Psicologia do Desenvolvimento, têm nos apresentado uma perspectiva teórica e metodológica especialmente voltada para a investigação do processo de mudança que ocorre em um tempo irreversível (Valsiner, 2002). Agrupada sob o rótulo de estudo dos sistemas, concebidos como Sistemas Dinâmicos (...).

Os estudos em desenvolvimento têm se destacado por não só oferecerem uma visão complexa, mas por situar a mudança como uma propriedade fundamental dos processos psicológicos (Fogel, Garvey, Hsu & West-Stroming, 2006), e apresentarem um aparato metodológico para o estudo de tais processos.

Uma outra característica importante dos estudos de desenvolvimento, especialmente os que tratam da comunicação no início da vida, e que tomam por base a perspectiva de sistemas dinâmicos, é o foco na relação, em vez de em uma parte dela. A ação comunicativa da díade mãe-bebê, por exemplo, deixa de ser vista tendo como foco a ação do adulto nas trocas que estabelece com a criança, para ser compreendida como uma ação corregulada e construída, em que ambos os parceiros têm sua ação modulada e transformada pela própria relação (Lyra, 2000; 2006 a,b; 2007a,b; Fogel, 1993; Fogel & Lyra, 1997). Não se nega, neste contexto, a assimetria da relação entre mãe e bebê, mas se consideram ambos os integrantes das trocas como ativos e decisórios no curso da relação.

O modelo EEA surge tendo por fundamento uma posição que considera processos de desenvolvimento, especialmente a relação mãe-bebê, como fenômenos relacionais, dinâmicos e criativos (Lyra 2006a). Proposto por Lyra (2000; 2006a,b; 2007a,b), o EEA baseia-se no pressuposto de que a comunicação tem papel primordial

na constituição do sujeito psicológico.

Baseando-se nos conceitos que apresentamos anteriormente, a autora propõe a comunicação no início da vida como um fenômeno processual (no sentido em que experimenta constantes transformações), que mescla dinamicamente períodos de quase estabilidade, com a constante emergência do novo, e também de períodos caracterizados por mudança. Este modelo tem como fundamento a perspectiva de sistemas dinâmicos e o dialogismo; estas perspectivas são combinadas numa abordagem histórico-relacional que prioriza o papel do tempo e das relações nos fenômenos psicológicos e na emergência do sujeito. A perspectiva dos sistemas dinâmicos é tomada como metáfora que permite construir um modelo teórico para as relações interpessoais. Já a perspectiva dialógica, da qual falaremos no próximo capítulo, é tomada como perspectiva que permite desenvolver uma visão de sujeito que se constrói nas relações.

A perspectiva histórico-relacional, à qual o modelo EEA se filia, tem como foco a aplicação dos conceitos advindos da teoria dos Sistemas Dinâmicos para estudar as relações interpessoais, como fenômenos em constante dinamismo que se processa ao longo do tempo (Fogel & cols., 2006; Pantoja, 1997). Concebem-se, então, as trocas interpessoais como sistemas dinâmicos em desenvolvimento, caracterizadas por mudança constante e guiada pelo princípio da auto-organização que ocasiona a emergência de momentos de quase estabilidade em que determinados padrões de troca predominam (Fogel, 1993).

Seguindo esta lógica, esta perspectiva propõe o conceito de *frame* que é uma contribuição para entender empiricamente como se dá a organização da comunicação ao longo dos processos interpessoais. O conceito de *frame* é uma forma de explicar como as relações de comunicação assumem determinadas configurações ao longo do tempo

(Fogel, 1993). As *frames* são definidas no modelo histórico-relacional como segmentos de ação conjunta que ocorrem caracterizados pela manutenção de um tema coerente (significado comum, partilhado) e envolvem formas específicas de coorientação mútua entre seus participantes (Fogel & Lyra, 1997; Fogel & cols., 2006).

Fogel e cols. (2006, p.51) destacam certas características como comuns aos *frames*, como a atenção dos parceiros interacionais, a coordenação entre os parceiros em interação, a observação de certas características de comunicação situada (um gênero específico de comunicação; uma localização espacial onde a comunicação se processa, etc.), a presença de um tópico, ou tema, e uma configuração específica definindo a ação dos parceiros. Esta seria, portanto, uma forma de definir padrões que organizam a ação conjunta.

Partindo desta perspectiva, o modelo EEA toma o conceito de *dinâmica dialógica do recorte* (Lyra 2006b; De Lemos, 1985), que apresentamos no início deste projeto, para explicar como os parceiros envolvidos na relação selecionam algumas ações para seguir adiante em suas trocas. Neste caso, a autora propõe o foco do pesquisador no “recorte” ou escolha de uma ação, por parte dos parceiros interacionais, através de constantes negociações.

Segundo este modelo, na história da relação entre a mãe e o bebê são construídos padrões de comunicação, ou momentos de quase estabilidade, que organizam a relação em modos específicos de funcionamento e possuem padrões crescentes de complexidade. São eles: estabelecimento, extensão e abreviação.

O estabelecimento é percebido no estudo de Lyra (2006a; 2007a, b) como o padrão de organização que emerge primeiro na relação. Este padrão corresponde ao período de início das trocas em que ambos os parceiros tentam, através de ações

contínuas, partilhar um ou mais elementos. No estabelecimento, as trocas não são imediatamente estabelecidas nem ajustadas com suavidade, e são caracterizadas por um número menor de turnos entre os parceiros. Já a extensão é caracterizada pela tentativa da díade de negociar ou elaborar novos elementos nas trocas, tendo como pano de fundo aquilo que foi estabelecido anteriormente. A extensão organiza o processo de comunicação (Lyra, submetido) e neste padrão de comunicação as trocas são imediatamente iniciadas e o ajustamento mútuo dos parceiros começa a crescer. Essas trocas são caracterizadas por longa duração, com um grande número de turnos entre os parceiros (Lyra, 2007b; Lyra & Souza, 2003; Chaves, 2011).

É importante ressaltar que a mudança vivenciada na relação, ao longo dos períodos em que os padrões de organização emergem, não ocorre de maneira abrupta. As transições entre os padrões de organização ocorrem lentamente e, por isso, só podem ser compreendidas com o estudo microscópico da comunicação. Lyra (2007b) destaca, por exemplo, como na extensão as ações passam a ser introduzidas no diálogo de forma lenta e gradual; com a passagem do tempo, vão ocorrendo aprendizados ponto a ponto da sequência que caracteriza aquele tipo de ação conjunta e, aos poucos, na passagem para o próximo padrão de organização, as trocas vão apresentando características de trocas abreviadas.

O terceiro padrão de comunicação corresponde às trocas abreviadas que nomeamos acima e que passam a predominarem gradualmente após a extensão da comunicação. O conceito de trocas abreviadas, ou abreviação, não é um conceito novo, trazido pelo modelo EEA. Este conceito aparece na teoria de Vygotsky (1987) e Yakobinsky (1997). No modelo EEA há uma priorização em teorizar sobre a emergência desta forma de funcionamento. A abreviação, nas trocas entre mãe e bebê, é um período marcado por suavidade e curta duração nos turnos construídos pela díade.

Neste padrão de organização há uma mudança na qualidade das trocas, nas quais se percebe um ajustamento mútuo e crescente dos parceiros (Chaves, 2004; Lyra & Souza, 2003). Por esta razão, aquilo que é comunicado é mais facilmente assimilado na abreviação, a partir do conhecimento que os parceiros construíram sobre o outro (Lyra 2007a, b).

O diálogo abreviado entre a mãe e o bebê só pode ocorrer a partir da história da relação, que se faz presente em cada episódio de comunicação, como conhecimento prévio. Neste contexto, o novo também emerge como fruto de um constante dinamismo que envolve as relações humanas. O diálogo abreviado estabelece, então, uma dialética da determinação x indeterminação. A determinação está presente na história da relação que restringe as possibilidades de troca, e a indeterminação está presente porque o processo de comunicação é criativo e dinâmico (Lyra, submetido). A abreviação dá sinais de uma forma diferenciada de comunicação que parece apontar para a emergência da função pré-simbólica, ou um espaço virtual, em que a díade não precisa repetir todo o processo que levou a uma determinada forma de funcionamento. Mãe e bebê conseguem levar, de forma condensada, elementos resultantes da história de sua relação.

Se pensarmos que uma das funções dos símbolos é abreviar a realidade de uma forma que torne desnecessário funcionar no tempo e espaço imediato e tornar possível, mesmo assim, se reportar ao passado e projetar o futuro, podemos dizer que esta forma de funcionamento permite lidar com o mundo com mais flexibilidade e abertura de possibilidades (Valsiner, 2007; Valsiner, 2001). O conhecimento construído nas relações permite ao sujeito lidar com o desconhecido de uma forma mais adaptativa.

Lyra (submetido), ao constatar esta premissa, argumenta que a abreviação

permite utilizar o conhecimento prévio em diversos contextos e criar novas maneiras de comunicação a partir deles. Ela também proporciona criatividade à relação, pois nas trocas abreviadas aquilo que foi construído pela díade aparece na relação, não como mera repetição ou reprodução do passado, mas como conhecimento construído e propulsor de possibilidades. Estas características (criatividade e flexibilidade) parecem ser imprescindíveis no funcionamento simbólico do indivíduo, e já podem ser vistas nos diálogos abreviados entre mãe e bebê. Baseando-se nesse conhecimento mútuo abreviado, a díade pode avançar no diálogo e ter, cada vez, um maior repertório de possibilidades de trocas.

É a partir da capacidade de abreviar, construída nas relações significativas, que adquirimos a capacidade de nos libertarmos do tempo e espaço presente e lidarmos com o mundo de um modo mais flexível, em que é possível acessar o passado (já modificado e condensado pela vivência do presente) e antecipar o futuro (Lyra, submetido). Lyra (2007b) afirma que os diálogos abreviados apresentam variabilidade e novidade. É essa flexibilidade que permite ao diálogo, enquanto sistema de comunicação, desenvolver padrões de estabilidade e ao mesmo tempo mudança. Na abreviação, a díade introduz novas ações, mas, ao mesmo tempo, mantém o que foi abreviado em momentos anteriores e está inscrito na história da relação.

Das trocas entre mãe e bebê, percebe-se, portanto, que a abreviação preserva os momentos cruciais do passado como sementes potenciais do futuro (Lyra & Bertau, 2008) e assim possibilita a resolução da tensão entre a história construída no passado da relação e o dinamismo que guia a relação para o futuro (Lyra e Valsiner, 2011). A abreviação cria um significado sintetizado e compartilhado (a forma abreviada), que pode ser acessado na relação como *background* para novas aquisições e formas. Esta forma de funcionamento aparece, sem dúvida, ampliada nas relações adultas que

contam com o completo funcionamento sógnico.

Por fim, uma outra característica marcante na abreviação se dá na forma de atuar dos parceiros da relação. No caso específico da mãe e do bebê, Lyra e Souza (2003) observam que, neste período da relação, a mãe e o bebê atuam como coautores de suas trocas, passando a reconhecer o lugar do outro a partir do conhecimento mútuo que é construído. Este aspecto é importante pois remete à construção de um lugar no diálogo, um lugar que é construtor de subjetividade.

Em nosso estudo, consideramos a importância do modelo EEA por não apenas exemplificar o conceito de abreviação, mas por permitir entender o processo que conduz à abreviação nas trocas estabelecidas entre a mãe e o bebê. O estudo das díades no início da vida nos permite entender não só como o sujeito vai se construindo e se inserindo no universo sógnico, mas permite também perceber, de forma ainda inicial, que princípios parecem ser característicos das trocas interpessoais e dos processos de mudança.

Entendemos que o conceito de abreviação é aplicável ao *setting psicoterápico*, pois ao estudá-lo, lidamos com um espaço em que, no presente, o passado é trazido nas narrativas, e o futuro também é projetado. O *setting psicoterápico* é, em nossa compreensão, um espaço em que a tensão entre passado, presente e futuro são uma constante. Entendemos que apenas quando as trocas entre terapeuta e paciente exibem características de abreviação, estas possam ganhar flexibilidade e criatividade que permitam a saída de narrativas estagnantes para a abertura de novas possibilidades e, conseqüentemente, a mudança. Esta talvez seria uma possível forma de entender um fenômeno já apontado na psicoterapia.

Ribeiro e Gonçalves (2011) exemplificam em seu estudo como na psicoterapia

algo novo que é introduzido, não é, muitas vezes integrado à dinâmica da relação de uma forma suficiente para gerar mudança. Acreditamos, portanto, que é relevante estudar se o conhecimento mútuo e os conteúdos construídos conjuntamente permitem aos integrantes do sistema comunicativo, na psicoterapia, integrar conteúdos e formatos já experimentados ou não, que ocasionem em mudança ou novas possibilidades de trocas. Sumarizando, consideramos que o modelo EEA tem como diferencial a forma microgenética com que mostra como a relação caminha desde sua formação até a abreviação.

É importante fazer a ressalva de que embora vejamos a possibilidade de aplicar a visão de fenômeno e algumas conclusões advindas do modelo EEA ao estudo da relação psicoterápica, somos sensíveis a uma diferença marcante entre estas relações. Na psicoterapia com adultos estamos lidando com indivíduos adultos e parcialmente constituídos. No entanto, em nosso entender, o conceito de abreviação e a forma como é aplicado no modelo EEA tem grandes contribuições para diferentes contextos caracterizados por trocas interpessoais. A própria aplicação deste conceito, feita por Vygotsky (1987), no caso de Kitty e Levin, mostra que a abreviação exhibe uma forma de relação em que os participantes se entendem de uma forma tão ajustada e conhecida de ambos que lhes permite construir um diálogo singular, que apenas oferece ao observador lampejos de uma história passada e possibilidades futuras.

No entanto, embora a perspectiva que defende a ideia da comunicação humana como um sistema, a partir da abordagem de sistemas dinâmicos, seja bastante propícia para explicar como se dá o processo de trocas interpessoais, é importante entender como, desse sistema de relações, emerge o sujeito psicológico. Esta necessidade traz à tona a interrogação sobre como nas relações humanas os indivíduos desenvolvem a capacidade simbólica que lhes permite acessar/construir o mundo de signos ou realidade

semiótica. De que modo, então, pensar nas relações humanas como um todo complexo e criativo sem perder de vista a compreensão de como indivíduos constroem o seu lugar singular enquanto sujeitos relacionais? Esta é a questão da qual nos ocuparemos no próximo capítulo.

4. O Sujeito Psicológico e o seu Funcionamento Simbólico

Ao analisar a psicologia, de forma geral, é comum encontrar modelos e abordagens centradas no indivíduo, como já pontuamos no início deste estudo (ver Fogel, 1993; Marková, 1987). Estas abordagens tratam as relações humanas como resultantes do funcionamento individual. Porém, algumas vertentes teóricas têm entendido as relações humanas como primordiais, e entre elas, estão os estudos da comunicação que se centram na perspectiva da comunicação como estados contínuos (Fogel, 1993; Lyra, 2007;).

Lyra (2006a, p.29) argumenta sobre a necessidade de abarcar a coexistência das relações e do indivíduo e entende que a perspectiva de sistemas dinâmicos não a abarca de forma adequada, se aplicada isoladamente. Visando lidar com esta questão, a autora apresenta o Dialogismo desenvolvido por Bahktin (1986) e discutido por outros autores na psicologia como uma possibilidade de tratar a emergência do sujeito psicológico como ocorrendo dentro de um sistema complexo de relações. Cunha (2007, p.8) nomeia algumas razões que tornam o Dialogismo propício para uma abordagem que prime pelas relações. Elas traduzem alguns aspectos que também consideramos de destaque em nossa escolha e, por essa razão, listamos três delas, mais marcantes no nosso trabalho:

- Valorização da mudança e dinamismo dos fenômenos humanos;
- Atribuição de um papel central à alteridade, tensão e dialética como bases ontológicas da existência humana;
- Tratamento da antinomia indivíduo/social como interdependentes, separados, porém coexistentes.

Estes pontos são bem traduzidos por Salgado e Valsiner (2010), que assumem esta perspectiva como ponto de partida epistemológico e ontológico para uma visão relacional da vida humana e, conseqüentemente, dos processos que esta envolve. Os autores propõem alguns princípios básicos do dialogismo, são eles:

- a) O princípio da “*relacionalidade (relationality)*”: A ideia básica desta forma de pensar remete à constatação que a vida humana é sempre relacional. Esta visão não implica em assumir uma visão de indivíduo que se dilui nas relações sociais. Salgado e Valsiner (2011) propõem a distinção entre indivíduo, enquanto um sistema e o seu contexto de relação como contemplada, usando como metáfora o conceito de uma membrana. Isto tira a ideia de duas entidades rigidamente separadas e põe o foco na relação e na troca contínua entre as duas partes. Toda interação humana vista a partir deste referencial seria, então, estudada tendo como foco as condições de troca, ou relação, que se processam a partir do dinamismo dessa membrana funcional, num fluxo coordenado e contínuo.

- b) O princípio da *mediação semiótica*: Se assumimos o princípio da *relacionalidade*, entendendo a impossibilidade de isolamento total, é necessário que exista alguma forma ou meio de troca com o contexto. Assume-se, então, a premissa que a vida decorre sempre como um processo mediado. A adaptação no mundo envolve ferramentas culturalmente construídas e outras formas de troca, sendo, portanto, sempre uma atividade mediada. Os autores assumem, ainda, que ao se tratar de seres humanos, a mediação assume dois níveis. Primeiro, o biológico, em suas formas

bioquímica e biofísica e, em segundo lugar, um nível psicossocial.

Adota-se neste cerne a premissa de que em seu processo de ação no ambiente o homem constrói signos que tornam possível a relação com o outro, o ambiente e consigo mesmo. Neste contexto, signos não podem ser entendidos apenas como partes de informações sobre o mundo, mas como de caráter central na relação do homem com o seu ambiente. Um forte argumento na defesa da natureza humana como semiótica é o fato de nossa existência ser caracterizada como sendo de caráter comunicacional. Signos tornam-se os meios de relação num processo construído conjuntamente a partir de trocas em que signos e linguagem assumem papel central (p.105).

- c) O princípio da *alteridade*: Partindo do pressuposto de que signos emergem a partir da ação conjunta, os autores argumentam sobre o signo como sendo inescapavelmente social. Para eles a inegável ligação entre signos e ação também mostra que estes não existem num vácuo social, mas ao contrário disso, são resultantes de ação conjunta. Através da comunicação social nos tornamos agentes na realidade social.
- d) O princípio da *dialogicidade*: A atividade conjunta, entendida por Salgado e Valsiner (2011) como a coordenação social e responsividade entre agentes humanos, é fundamental para toda construção de significado. Nos coordenamos com nosso contexto sociais através de ação e diálogo e da existência de um *background* cultural. Neste aspecto, em específico,

consideram-se os entendimentos partilhados como fruto de uma relação dialógica responsiva em que diferenças são checadas, negociadas e revisadas. A ação conjunta é, portanto, uma questão de atividade dialógica responsiva e as trocas verbais entre as pessoas não são o resultado de pôr ideias em palavra e transmiti-las, mas sim de construir significados conjuntamente. As conexões entre eu-outro são vitais, pois os diálogos introduzem um constante estado de tensão e diferenciação do outro. Isto remete à ideia de que Eu e Outro são entidades dependentes em sua existência, mas permanecem inevitavelmente separados ou diferenciados (Marková, 2003). Então, assumir os fenômenos humanos como relacionais implica em considerar a existência humana como dialógica.

- e) O princípio da *contextualidade*: Partindo do princípio relacional e da centralidade do signo, entende-se que o contexto tem lugar no estudo da subjetividade e intersubjetividade. Em toda relação dinâmica, o sistema lida com algo para além de si mesmo e isto cria um contexto. Este contexto remete não só ao presente, mas também à historicidade do sistema de relação (Lyra, 1999) e ao próprio legado sócio-histórico cultural. Os diálogos no presente atualizam símbolos, significados e tradições passadas (Cunha, 2007). O contexto também situa as trocas e construção de significado, tornando-os parte do que Linell (2007) nomeia como sendo um “inter-mundo” que serve como referência na construção de significados. O contexto não é entendido como algo externo ou interno. Os significados não são totalmente internos, numa posição subjetiva radical, nem são impostos por uma realidade objetiva exterior. Estes são intersubjetivos e se mantêm através das redes de relações nas quais o indivíduo está inserido.

- f) O princípio da *dinamicidade*: Não há forma estática de relações. Elas podem alcançar certas formas de estabilidade, mas não são estáveis em si mesmas (p. 114). Por definição, relações são processos e como processos envolvem mudança e fluidez. Assumindo esta premissa, os autores apresentam a ideia de que uma perspectiva dialógica precisa contemplar a dinâmica e o vir-a-ser da vida humana, como sistema em desenvolvimento.

Entendemos que estes princípios servem como uma espécie de diretriz para estudar a comunicação humana, considerando os fenômenos psicológicos como dotados de uma gênese relacional. Em nosso estudo faremos a tentativa de abordar uma visão de sujeito e tratar as trocas em psicoterapia a partir destes norteadores da relação humana.

4.1- Algumas considerações sobre a relação entre a emergência do sujeito e as relações humanas

Ao propor como objeto de estudo o processo psicoterápico, a partir dos pressupostos que assumimos, entendemos que esta visão demanda uma concepção de fenômeno em que a ênfase na mudança intrapsíquica ceda, em certo sentido, espaço à compreensão da mudança como relacional. Como já esboçamos repetidamente neste trabalho, estes não são níveis excludentes quando se considera a natureza dos fenômenos psicológicos, seja no nível intrapsíquico e interpessoal, como parte de um processo que é por natureza social.

Se voltarmos o nosso olhar sobre a psicoterapia a partir do propósito que lhe é demandado, podemos afirmar que há uma espécie de meta socialmente construída sobre

a psicoterapia. Esta é a de que um indivíduo, que traz uma situação de desconforto afetivo ou emocional possa encontrar, na relação terapêutica, um espaço de reconstrução de seu processo de desenvolvimento individual (Cordioli, 1998; Sommer-Flanagan & Sommer-Flanagan, 2007/1957). Isto pode ser entendido como criando um aparente impasse ou uma necessidade de focar a visão de mudança no indivíduo, para assim construir um parâmetro que permita perceber um “antes e depois”, num processo que leve à alta psicoterápica como propósito final.

Como afirmamos anteriormente, a necessidade de integrar a visão sistêmica da psicoterapia com um olhar voltado para o desenvolvimento do indivíduo tem sido colocada em questão na abordagem sistêmica da psicoterapia. Breunlin, Schwartz e Kune-Karrer (2000) abordam esta questão com bastante interesse, analisando a forma como na história da abordagem sistêmica a mesma tem sido tratada.

Como a abordagem sistêmica nasce, mormente, no contexto da psicoterapia familiar, a integração de uma visão de sujeito que teorize sobre os processos individuais tem estado no centro da discussão. Os autores acima mencionados relatam que, numa tentativa de resgatar o lugar do indivíduo na psicologia sistêmica, têm ocorrido diversas tentativas de integrar as abordagens dos sistemas familiares com modelos psicodinâmicos já existentes (p.73), aparentemente sem que certos entraves e contradições sejam trabalhados.

Estas tentativas integracionistas são, na opinião dos autores, problemáticas porque lançam mão de teorias que têm uma visão de psicopatologia incoerente com a visão sistêmica. Estas teorias psicológicas percebem a etiologia das problemáticas vivenciadas no desenvolvimento do indivíduo como ocorrendo “dentro da mente”, o que por fim relega a relação a um segundo plano.

A questão que resta é, então, como abordar este empasse a partir de um referencial que estabeleça uma visão relacional de indivíduo? No caso de nossa proposta de estudo, em particular, como pensar na psicoterapia, abordando esta dualidade sem dicotomizar, ou seja sem colocar as relações humanas e o curso de vida do indivíduo como funcionando independentemente?

Entendemos que não há como escapar à necessidade de estudar como o processo de desenvolvimento do indivíduo é construído ou reconstruído neste espaço relacional. Ao mesmo tempo, compreendemos que o foco no indivíduo e sua “cura” ou *direcionamento de seu sofrimento ou problemática* como único objeto de estudo gera a impossibilidade de olhar para a relação como totalidade, e perceber como ela se comporta ao longo do processo.

No entanto, é possível propor uma outra forma de olhar os processos decorrentes das trocas executadas em Psicoterapia e partir da visão da relação para entender como os indivíduos constroem-se mutuamente. Argumentamos, então, que a junção do referencial dos Sistemas Dinâmicos e do Dialogismo é propícia, e mesmo necessária, em nosso estudo, pois a partir dela é possível abordar a trajetória da relação terapêutica, considerando uma visão de sujeito que não perca de vista o desenvolvimento do indivíduo nas relações significativas de sua existência.

Lyra (2006) apresenta três aspectos de natureza conceitual que compõem as trocas de comunicação desde o início da vida, sendo, portanto, norteadores da emergência do sujeito. São eles: a participação do legado ou história cultural, o caráter relacional, histórico, interdependente e criativo do diálogo e a diferenciação do indivíduo, a partir desse diálogo (p.30).

O desafio, ao considerar esses três aspectos, sem fragmentá-los ou separá-los,

requer que consideremos, ao mesmo tempo, os processos psicológicos como fenômenos relacionais e sistêmicos, mas também como primordiais na emergência de um sujeito singular que ocupa um lugar único no mundo (Bahktin, 1981; Marková, 2003).

Partindo desta visão, o lugar único do indivíduo no mundo pode ser vista como algo que emerge da relação. A construção da subjetividade não é fruto apenas de um processo individual, mas nasce nos relacionamentos significativos do sujeito e de sua crescente participação no contexto social carregado de significações (Valsiner, 2007). Neste sentido, o caráter dinâmico e flexível do desenvolvimento do indivíduo lhe concede singularidade; singularidade esta que é construída nas relações, no fato de que ocupamos um lugar que é único de onde respondemos ao outro que dialoga conosco e ao mundo em nossos intercâmbios sociais.

Neste estudo tomamos o Dialogismo proposto por Bahktin (1986) por entender que este é um arcabouço teórico que permite ver o sujeito psicológico como emergindo das relações sociais sem fragmentá-las. Entendemos que a posição defendida por alguns autores de abordagens relacionais é diferente da posição defendida pela psicologia tradicional ocidental.

Na perspectiva relacional, partimos, conceitualmente, da relação para compreender os processos relativos ao desenvolvimento individual. Aplicando esta noção ao nosso estudo, percebemos que a contribuição do modelo EEA está na possibilidade de aplicar a noção da relação como desempenhando um papel de construtora dos indivíduos, que são parte do *setting* psicoterápico.

Analisando a trajetória histórica do modelo EEA, percebe-se que a partir do olhar sobre a relação entre a mãe e o bebê nos primeiros estudos (1998; 2000) foi possível transpor este modelo para compreender como os padrões de comunicação,

percebidos nas primeiras trocas da relação da díade, podem ser vistos como contendo as raízes da emergência das funções simbólicas do indivíduo (Lyra & Bertau, 2008; Lyra, submetido).

Entendemos que para compreender o sistema de relações sociais como *lugar psicológico* no qual o sujeito se constitui é preciso olhar, primeiro, para a natureza das relações que lhe são constitutivas. Portanto, argumentamos que ao pensar na psicoterapia como um dos espaços construtores das subjetividades envolvidas é preciso olhar, primeiro, para a maneira como os formas comunicativos vão sendo co-construídos nesse contexto. Este é um primeiro passo que acreditamos ser primordial neste estudo.

Lyra (2006 a, p. 29), ao abordar esta questão, afirma que “o trabalho do cientista que se propõe a investigar a emergência do sujeito humano necessita, primeiramente, caracterizar qual a natureza deste sistema de relações que possibilita a emergência desse sujeito”. Como acreditamos que o sujeito psicológico é construído num processo ininterrupto de constante dinamismo e transformação, entendemos que este mesmo princípio se aplica ao entendimento da mudança em outros espaços de relação, dentre eles está incluso o processo psicoterápico.

Como afirmamos anteriormente, a perspectiva dialógica permite a visualização de um sujeito que ocupa um único lugar no mundo do qual responde ao outro. Esta característica de responder ao outro é nomeada responsividade. O sujeito definido por Bahktin é um sujeito de autoria que responde ao mundo como uma condição para sua existência (Holquist, 1990).

Dessa forma, considera-se o diálogo como constitutivo da condição humana, e não uma mera escolha. Não respondemos ao outro porque escolhemos responder,

respondemos porque é parte da nossa condição humana, e mesmo a não resposta ao outro se constitui como resposta (Marková, 1987; 2003; 2006). Esta característica de ocupar um lugar único e dele responder ao outro como condição de existência, torna o diálogo pervasivo, num mundo social que é caracterizado pela existência de muitas vozes (Lyra, 2006a).

Diálogos são constitutivos e por isso estão presentes desde o início da vida como condição para a existência do sujeito. Lyra e Bertau (2008) se apropriam do pensamento de Yakubinsky (1997) para argumentar sobre esta premissa. É importante dizer que o diálogo, nesta argumentação, não é reduzido às trocas face-a-face, mas está presente em qualquer forma de comunicação (Bertau & Gonçalves, 2007).

Para o dialogismo a característica de ser dialógico, ou dialogicidade, é inescapável, mesmo quando as expressões humanas se apresentam como monológicas, pois não há forma de produção simbólica que não seja dialógica em sua natureza. O diálogo, por sua vez, é fruto de uma orientação mútua, historicamente construída, que é transformadora para todos os parceiros. Os diálogos contém, segundo Bertau e Lyra (2008), as formas de produção simbólica dos indivíduos e se tornam o *lugar* a partir do qual se produz sentido.

Scorci (2009, p. 46) sintetiza sobre a existência da dialogicidade como presente desde o início da vida, afirmando tratar-se de uma potencialidade que evidencia um processo que tem duas facetas. Em primeiro lugar, ela significa que o indivíduo esta desde o início equipado para responder ao endereçamento do outro para si.

Em segundo lugar, ela implica numa orientação do indivíduo para o outro e para si mesmo. Do ponto de vista do desenvolvimento, esta potencialidade pode ser reconhecida no diálogo que o bebê, no início da vida, estabelece com seus parceiros que

é uma característica do sujeito e das relações humanas.

Diante desta compreensão de fenômeno, é possível assumir que o indivíduo encontra-se numa relação de interdependência com o outro (Marková, 2006). É importante ressaltar que este não é um processo em que o indivíduo é passivo ou preenchido pelo mundo ou pelo outro; não é uma amoldamento do indivíduo ao ambiente ou aos seus parceiros relacionais. Este é um processo eternamente dialógico, em que se considera o ser humano por natureza ativo e responsivo. Aplicar esta visão ao *setting* psicoterápico implica em romper com as visões dominantes nas perspectivas tradicionais da psicologia.

Estas visões dominantes a que nos referimos podem ser entendidas a partir de seus principais conceitos. O conceito de *self*, por exemplo, é uma espécie de norteador teórico em diversas abordagens clínicas. Portanto, faz-se necessário discutir, em breves linhas, a noção de *self* que respalda este trabalho.

4.1.1- Os conceitos de Self e as abordagens psicoterápicas

O conceito de *self* aparece de diversas formas nas múltiplas abordagens psicoterápicas. Segundo Guanaes e Japur (2003), este construto teórico tem sido utilizado nas teorias da psicologia clínica, sendo difícil encontrar estudos que estejam em posição de prescindir desta noção. Algumas das noções de *self* utilizadas na clínica são calcadas na visão da psicologia de tradição ocidental que se constituem em visões fortemente marcadas por uma compreensão que destaca o indivíduo sobre as relações.

A noção de *self*, como a maioria dos conceitos, não tem uma única definição na psicologia. Embora esta palavra seja utilizada em diferentes abordagens, ela aparece em

quadros teóricos diferentes e, portanto, está sujeita a diferentes significações. No *American Psychiatric Glossary* (1994, p. 188), a palavra *self* aparece como designando tudo que se enquadra na totalidade psicofísica de uma pessoa, incluindo atributos conscientes e inconscientes. Esta definição cumpre o seu papel de explicar genericamente o termo, mas como toda definição geral não abarca as nuances que diferenciam a forma como este termo é empregado em diferentes teorias psicogenéticas.

Ferreira (2007), por sua vez, apresenta duas grandes matrizes a partir das quais o *self* pode ser definido. A primeira concepção apresentada pela autora definiria o *self* como uma unidade corporal mínima que tem a capacidade de apresentar comportamentos intencionais, cujos limites estariam circunscritos aos da pele. Ou seja, a própria corporeidade seria um definidor do limite entre o *self* e o outro; o *self* estaria, então, atrelado a esta noção e ao autoconceito do indivíduo.

A outra grande concepção de *self* está mais ligada a uma tradição narrativista, em que este é definido como envolvendo continuidade ao longo do tempo, estando relacionado à construção de uma identidade pessoal e à memória. Este *self* narrativo não está preso a uma noção de corporeidade ou autoconsciência, como limitadores ao aqui e agora, mas é estendido no tempo, incluindo nossa história passada e projeções ou intenções para o futuro.

As perspectivas psicoterápicas estão relacionadas a estas concepções de *self* de diferentes formas, e dependendo da noção de sujeito a que estas abordagens estão filiadas, esta temática ganha, ou não, relevância. Na perspectiva psicanalítica tradicional, por exemplo, esta noção não parece ter papel relevante. Um primeiro ponto que precisa ser ressaltado é a ausência de foco nela no trabalho de seu fundador, Sigmund Freud, e também a dificuldade daqueles que procuram, na obra de Freud,

referências a este tópico. A preocupação em abordar a experiência pessoal subjetiva numa noção de *eu* atrelada à consciência de si não tem um espaço na obra freudiana, por razões que um conhecimento mínimo da psicanálise em sua perspectiva mais fidedigna às ideias de seu fundador explica.

De acordo com Guanaes e Japur (2003), há uma dificuldade de identificar uma terminologia relativa a *self* nas principais obras freudianas de referência. Isto se deve, mormente, à própria ambiguidade do termo *Ich* do alemão utilizado na obra de Freud. Este termo (*Ich*) pode ser utilizado tanto para *ego*, enquanto estrutura integrante do psiquismo, como para *self* enquanto resultante e norteador da experiência subjetiva do sujeito no mundo.

No entanto, pensamos que a dificuldade de encontrar uma referência clara a este conceito pode ter outra explicação. Uma razão central da ausência deste conceito na obra freudiana é a própria irrelevância deste aspecto no corpo teórico da abordagem psicogenética freudiana. Entendemos que o apego teórico de Freud ao funcionamento inconsciente e ao dinamismo psíquico, além da forma como a psicanálise reverte a ordem explicativa dos fenômenos psicológicos, de certa maneira, explicam a falta de ênfase ou relevância deste tópico na obra freudiana.

Não podemos, porém, desconsiderar o desdobramento do referencial psicanalítico em inúmeras abordagens, dentre elas está a teoria das relações objetais, que tem em Melanie Klein e W. Winnicott seus mais notórios representantes e, também, a proposição de uma psicologia do *self* por Heinz Kohut (Guanaes & Japur, 2003).

Na obra de Klein e Winnicott há um uso dos termos *self* e *ego* de forma diferenciada, mas é na obra de Winnicott que o uso deste termo ganha uma definição menos difusa. O *self* aparece na teoria das relações objetais como fruto das interações

do sujeito com objetos significativos do ambiente e de seu mundo interno.

Para Guanaes e Japur (2003) os teóricos das relações objetais invertem a ordem proposta por outros autores de abordagens ligadas ao referencial psicanalítico tradicional e situam os impulsos como emergindo das relações objetais, em vez de proporem o contrário. Esta noção, embora se aproxime de uma visão relacional, por situar a relação do indivíduo com o ambiente como primordial, não abre mão da importância central dos processos inconscientes.

Segundo Breunlin, Schwartz e Kune-Karrer (2000, p. 72), na tentativa de encontrar uma visão que integre a visão de processos internos com o referencial relacional, várias tentativas de incorporar ou integrar a teoria das relações objetais ao referencial sistêmico tem ocorrido, embora para os autores esta visão seja, em certos aspectos, problemática. Esta tentativa de junção dos referenciais encontra um certo apoio, pois se entende que nas concepções teóricas de Klein e Winnicott as relações interpessoais ganham especial relevância na formação do self. No entanto, esta tentativa não é próspera por razões de coerência conceitual.

Na teoria de Klein (1984; 2002; Guanaes & Japur, 2003), por exemplo, a relação da criança com a figura materna lhe oferece os elementos a partir dos quais a criança desenvolverá uma noção de si mesmo. Já para Winnicott (2005), o *self* surge como resultante do próprio processo natural do desenvolvimento do organismo em uma interação complexa com seu ambiente. Por esta razão, para este autor, o ambiente em que o *self* se desenvolve, não preexiste a ele. Embora não se negue uma materialidade preexistente do ambiente, ele só existe para o desenvolvimento do *self* na relação ativa com o indivíduo (Ferreira, 2007). A experiência da interação é, portanto, o ponto de partida para a emergência do *self* e tem relevância em seu funcionamento(p.76). Neste

ponto, percebe-se uma certa proximidade da proposta teórica de Winnicott e Klein com uma visão relacional.

Neste estudo, entendemos que, embora a teoria das relações objetais tenha diversos pontos de diálogo com as referências deste trabalho, ela não nos oferece, ainda, a noção de *self* de que carece o nosso estudo. Isto porque a visão psicopatológica destas teorias contém uma ênfase nos processos intrapsíquicos como tendo gênese relacional, mas como funcionando com um caráter individual interno (Breunlin, Schwartz e Kune-Karrer, 2000).

Uma concepção de *self* que dá uma certa relevância às relações interpessoais é a perspectiva assumida pela Gestalt-terapia. Nesta abordagem, o conceito de *self* está atrelada à visão de organismo como uma unidade que se constrói numa contínua interrelação com o ambiente. O organismo e o ambiente são considerados dois campos em total interrelação regulada (Martín, 2008). Esta regulação ocorre através de um processo homeostático. O *self* se constrói numa relação contínua com o ambiente e esta relação é marcada por constantes intercâmbios que o organismo faz com seu ambiente para manter um equilíbrio físico, psíquico e social. Esta visão pode, em certo sentido, ser reconhecida como considerando a importância das relações sociais, mas na constituição do *self* o ambiente permanece sendo entendido como aquilo que é externo ao indivíduo.

Outra noção de *self* que tem bastante representatividade entre as abordagens terapêuticas é a da abordagem centrada na pessoa. Segundo Sommer-Flanagan e Sommer-Flanagan (1957/2007), a teoria geral de Carl Rogers, principal idealizador desta abordagem, caracteriza-se por ser claramente uma teoria do *self* em que a experiência subjetiva do indivíduo tem centralidade. Rogers dá uma certa relevância ao

ambiente, considerando-o em processo de constante mutação e relação com o indivíduo. No entanto, em sua teoria a centralidade da pessoa e de seus processos individuais tem a relevância prioritária na construção do *self*. Este não seria uma estrutura fixa; em constante processo, ele seria capaz de permanecer em estabilidade ou se modificar.

A compreensão de Rogers (1997) sobre a centralidade do *self* oferece uma visão de flexibilidade e constante transformação que poderia ser aplicada em nosso estudo. No entanto, as relações sociais aparecem na psicogênese desse processo como uma influência externa. Além disto, o foco principal é dado, nesta teoria, aos processos de individuação.

Uma abordagem que também reclama para si o papel de considerar a relevância das relações sociais na gênese do sujeito psicológico é a perspectiva cognitivo-comportamental. Nesta perspectiva o papel do ambiente é enfatizado a partir da premissa de que o aprendizado social tem um papel preponderante na construção do sujeito. Destes aprendizados sociais são construídas formas específicas de pensamento que serão norteadores do comportamento humano (Sommers-Flanagan & Sommers-Flanagan, 2006; Leahy, 2006; Sternberg, 2006; Caballo, 2003). Esta concepção de *self*, se assim podemos nomeá-la, concebe, sem dúvida, as relações sociais como primordiais, mas ela reproduz a ideia do ambiente e das relações sociais como externas ao indivíduo e como fonte de influência para o seu comportamento, produzindo estados internos e cognitivos.

Entendemos que esta perspectiva das relações sociais não abarca a compreensão complexa de *self* que buscamos neste trabalho. A relação do ambiente com o *self* parece ser caracterizada como uma influência linear para o indivíduo, gerando um estado posterior, numa relação de antecedentes e consequentes. Os estados ou efeitos

cognitivos que são resultantes da relação entre sujeito e ambiente são, também, individuais em sua natureza.

Estas concepções de *self* populares na psicologia clínica, brevemente introduzidas neste tópico, têm aspectos que as aproximam e distanciam da visão de relação e sujeito que abraçamos neste trabalho. Analisando este fato, fizemos a escolha de trabalhar com a noção dialógica de *self*, porque entendemos que ela é a que melhor contempla diferentes elementos importantes neste estudo. Entendemos que, mesmo as noções que consideram a relevância das relações interpessoais nos processos de construção do *self* são, em sua maior parte, herdeiras de uma tradição que enfatiza os estados mentais como individuais e estão de acordo com o pressuposto modernista do ator individual como “átomo” do mundo social (Gergen & Warhuus, 2007, P. 46). Nestas concepções, as relações até são abordadas, mas nas teorizações percebe-se que elas aparecem como resultantes de um somatório de ações individuais, que de alguma forma, afetam o indivíduo. Por esta razão, apresentamos a concepção dialógica de *self* como aquela que melhor se adequa ao quadro referencial de nosso trabalho e aos princípios que apresentamos como norteadores da nossa perspectiva de sujeito e relação social (Cunha, 2007).

Segundo Bertau (2010), a teoria do self dialógico pode ser situada como tendo seu início no campo da terapêutica. Reconhece-se a obra de Hermans, Kempen e van Loon (1992), *The dialogical Self*, como lançando a pedra angular da aplicação do dialogismo ao conceito de *self*, especialmente ao self maduro. O conceito de self dialógico se constitui, para os teóricos citados, e alguns outros que estudam o desenvolvimento na infância, como uma categoria ontológica assim como os conceitos de outro e objeto.

Cunha (2007) destaca que o desenvolvimento da teoria do *self* dialógico surge a partir do diálogo de seu principal proponente, Hubert Hermans, e colaboradores (Hermans, Kempen & van Loon, 1992; Hermans & Kempen, 1993; Hermans, 1996), com algumas ideias e constructos teóricos. A saber:

- a) O trabalho de William James na distinção entre o eu (I) e o mim (Me);
- b) A natureza metafórica da cognição e das vivências humanas;
- c) A compreensão do *self* como tendo caráter multifacetado;
- d) O pensamento advindo do Dialogismo Bakhtiniano.

A combinação destas fontes inspiradoras acaba por designar uma noção de *self* que se constrói a partir de um jogo dialógico entre diferentes vozes ou posicionamentos. A noção de *self* tem sido utilizada por autores que concordam com a concepção de *self* como uma entidade de natureza social. Este não existe como uma entidade isolada, cada *self* está em relação a outro. Ego e alter (o *self* enquanto parceiro) são posições dependentes na constituição do sujeito e de sua subjetividade.

Nesta abordagem, o *self* não é visto como emergindo como uma realidade egocêntrica, para depois se oferecer ao outro como participante na relação. O ponto de partida no desenvolvimento é a posição de alter. É na diferenciação do outro e enquanto parceiro ativo do diálogo que o *self* vai se constituindo enquanto possibilidade identitária (Bertau, 2010) .

Clark e Holquist (2008, p.91) ressaltam que, assim como o mundo necessita da alteridade do sujeito para lhe conferir significado, o sujeito também depende da

alteridade do outro para definir o seu próprio *self* e assumir seu lugar de autoria. O *self*, portanto, não teria significado em si mesmo, sem o ambiente para o envolver e requerer sua capacidade de responder. A capacidade de responsividade e autoria seriam, portanto, aquilo que concederia ao humano sua diferença dos demais seres, sua existência enquanto humano.

É preciso entender a forma como a teoria de Bakhtin se estabelece como fundamento da noção de *self dialógico*. Segundo Clark e Holquist (2008, p.91) a dualidade *self/outro*, em Bakhtin, não recai na ênfase do *self* sozinho como uma entidade que remete a uma subjetividade radical, fruto apenas de uma organização interna, nem é uma fonte de significação única na construção da subjetividade humana. O *self*, definido a partir do referencial bakhtiniano, nunca é completo em si, uma vez que só pode existir dialogicamente, dependendo portanto da existência do outro.

A concepção de *self dialógico* apresentada por Hermans (2007) toma algumas proposições de William James, como recurso teórico e também se apropria da noção de polifonia encontrada em Bakhtin. Tomando a diferenciação feita por William James entre o I (“eu”) e o Me (“mim”) como pressupondo diferentes posições assumidas pelo sujeito, ele propõe uma visão de *self* que foge da concepção de uma entidade homogênea.

Na concepção de James, aquilo que designamos *self* teria natureza dual. O I (eu), corresponderia ao *self* enquanto cognoscente que se apropria da realidade, também agente na realidade social, na qual que se distingue do outro (Bertau, 2004; Hermans, 1996). Esta posição estaria para James associada a um sentido de continuidade ou mesmidade, tendo sua existência separada de outros. Nesta distinção, o Mim, como posição, corresponderia a uma apropriação do *self* como objeto e está relacionado à

construção de uma imagem de si mesmo, à possibilidade de fazer de si mesmo objeto dos próprios processos cognoscentes. James (1890/1993) lança as bases para a compreensão da constatação de que somos construtores de uma imagem de nós mesmos que é a base para nossa ação partilhada no mundo. Portanto, esta construção não é monádica, em nós mesmos. Para o dialogismo, esta também não é apenas dual; ela é construída como uma entidade de multiplicidade.

Hermans se apropria desta assertiva teórica, relacionando-a criticamente ao Dialogismo, apresentando um *self* constituído por uma dinâmica povoada por uma multiplicidade de *eus*, que são representações das vozes que constituem o sujeito e se relacionam num dinamismo em que há predominância de algumas vozes em detrimento de outras. Estas vozes, ou posições do eu, são fruto da multiplicidade de diálogos em que o sujeito está inserido (Hermans, 2001; Amorim & Rossetti- Ferreira, 2008).

Esta concepção de *self* dialógico tem consequências sobre o olhar exercido sobre conceitos que são centrais na compreensão clínica da psicologia e no entendimento da própria psicopatologia. A partir deste posicionamento, por exemplo, o sintoma não pode ser visto como um conjunto de sinais e manifestações da vida intrapsíquica. O sofrimento ou queixa que traz o indivíduo à psicoterapia passa pelo dinamismo das múltiplas posições ou vozes que povoam o psiquismo do indivíduo (Hermans, 2001). O que é trazido à terapia, num discurso predominante monológico, por exemplo, em que há a recorrência do predomínio de uma posição assumida pelo indivíduo, se constitui enquanto queixa.

No entanto, ao ser trazido à psicoterapia passa a ser reconstruído de forma partilhada, tornando-se demanda terapêutica. No momento em que é trazido ao espaço psicoterápico, o sintoma deixa de ser, portanto, queixa do indivíduo que se submete ao

processo terapêutico e passa a ter uma construção compartilhada que vai se constituindo nos diálogos que emergem ao longo do tempo. A queixa, inicialmente trazida no discurso do paciente, é um arranjo da construção das muitas posições que o sujeito ocupa como resultante de seus diálogos exercidos nos espaços de relação que lhe foram constitutivos ao longo da vida, e é já, em si, carregada de um caráter de coautoria em diferentes níveis (seja aquele das relações mais próximas até as relações do indivíduo com as múltiplas vozes vindas das instituições sociais).

Na psicoterapia, ao se tornarem parceiros dialógicos, terapeuta e paciente(s) passam a ser autores de um sintoma que passa a ser significado e reconstruído na relação. O sintoma deixa de ser, portanto, a queixa do paciente para ser a construção de uma versão fruto dos *selves* envolvidos no processo terapêutico. Esta concepção retira do terapeuta o papel ou responsabilidade de extirpar o sintoma e o põe como parceiro daquele que procura a terapia na construção de novas formas de significação. Estas novas formas de significação, que emergem da relação terapêutica, não são vistas como suprimindo uma construção anterior, mas como oferecendo ao sujeito, a partir da relação terapêutica, novas possibilidades de arranjo no dinamismo das posições do eu.

A partir desta concepção, pode-se perceber que a ideia de um *self* de natureza dialógica firma-se na premissa de que a construção da realidade não é um processo de homogeneidade e unidirecionalidade. As múltiplas relações em que o sujeito se encontra imbricado participam da construção da subjetividade da pessoa, pois a realidade do sujeito tem um caráter de multiplicidade. Esta multiplicidade se traduz na noção de *self* dialógico como caracterizado por uma polivocalidade (Gergen & Warhuus, 2007).

Segundo Herman (1996), o *self* dialógico é concebido como social não apenas

por ser construído a partir das interações sociais com os outros, mas porque outros ocupam lugar na sua constituição, conferindo-lhe um caráter de multivocalidade. Valsiner (2007a, p. 153) ressalta que, no modelo dialógico de *self*, há uma certa flexibilidade no desempenho do papel do outro. Este lugar pode ser preenchido por uma pessoa de fato, construções pessoais do real (ou imaginárias) no domínio intrapsicológico e pela criação de vozes de “outros”. O dinamismo do *self* dialógico permite variações na construção desse outro em diferentes níveis de abstração e generalização.

Em resumo, a teoria dialógica do *self* o explica como sendo uma totalidade dinâmica constituída da multiplicidade de diferentes posições de eu, que são relativamente autônomas e se influenciam mutuamente (Hermans, 2001). Este conceito de *self* não está circunscrito a uma ideia de não contradição, pois as múltiplas realidades relacionais do sujeito não tem um caráter homogeneizante ou de unidade. É, na realidade, este caráter de multiplicidade que torna o *self* uma entidade de natureza dinâmica e em certo aspecto conflitante.

No entanto, apesar da noção de *self* dialógico como constituído de multiplicidade, este não é uma totalidade amorfa e sem sua forma de organização. É necessário pensar naquilo que confere ao sujeito, caracterizado por esse *self* multivocal, a noção que o define como ser de singularidade e como sendo a mesma pessoa ao longo do tempo. Este aspecto é contemplado pelo conceito de continuidade do *self*.

Hermans (2007, p.165) aponta para a forma como continuidade, diferenciação e volição são características do *self*. A continuidade se manifesta por um sentido de identidade pessoal e igualdade através do tempo que desenvolvemos e sustentamos nas narrativas de nossas vidas, enquanto indivíduos. O sentido de diferenciação se manifesta

já no início da vida, quando através dos diálogos que estabelece o bebê se posiciona para responder ao outro (Lyra, submetido). Este sentido de diferenciação se manifesta, também, no desenvolvimento da própria noção de que temos uma existência separada dos outros (Hermans, 2007). Já o sentido de volição pessoal é caracterizado pela constante apropriação ou rejeição de conteúdos, em que o *self* funciona ativamente na significação da experiência.

Entendemos que esta visão de *self* que apresentamos permite entender os processos individuais sem perder de vista as relações, considerando o próprio *self* do sujeito como sendo dialógico por natureza. As relações sociais aparecem não apenas como um fator de relevância na gênese do sujeito; elas são entendidas como constitutivas de sua própria “natureza” e estão presentes em todas as suas manifestações e funções psíquicas.

A partir desta perspectiva, propomos que é possível entender o processo de comunicação como parte do contexto onde o sujeito constrói seu lugar de parceiro do diálogo. Esta possibilidade de se posicionar como diferente do outro será levada, ao longo da vida, aos diferentes espaços que o constituem enquanto indivíduo. A construção de um lugar de onde responde ao mundo, constitui e é constituído, também provê ao sujeito a característica de *perene* transformação.

As práticas dialógicas, construídas na comunicação do início da vida, podem ser concebidas como as bases para a existência do sujeito e de sua capacidade de constituir uma história conjunta nas relações. Esta história passa a ser constitutiva do indivíduo e de seus diferentes parceiros (Lyra 2007a, b; Scorci, 2009). Este argumento tem como fundamento a concepção de Bakhtin, que já apresentamos acima, de que o eu de um indivíduo se constrói em colaboração e que os *eus* nas relações humanas são autores uns

dos outros.

O sujeito é formado, portanto, nas fronteiras entre o lugar singular da experiência individual e a autoexperiência dos outros (Faraco, Tezza & Castro, 2007, p.150). Isto significa dizer que o sujeito psicológico vai se construindo no dinamismo constate da comunicação social. Uma das razões a partir da dependência que temos de outros *selves* é a própria impossibilidade de vermos a nossa própria imagem em nós mesmos e a necessidade do outro para nos enxergarmos a partir dele (Clark & Holquist, 2008). O *self* e o outro são, portanto, dois polos de toda possibilidade perceptual. O dialogismo vai, então, sumariamente de encontro a uma visão de *self* independente ou desvinculado do outro.

Os espaços em que trocas interpessoais são construídas e sedimentadas, com a passagem do tempo, passam a ser espaços onde os indivíduos se constroem para agir sobre suas realidades concretas. Ou seja, na medida em que o tempo opera nas relações interpessoais, um conhecimento mútuo é construído e o diálogo é abreviado permitindo aos parceiros assumir a perspectiva do outro. As raízes deste movimento podem ser percebidas já nas trocas no início da vida quando, por exemplo, em episódios que se sucedem, os parceiros de diálogo trocam suas posições (Lyra & Bertau, 2008). Isto permite entender como as contribuições dos indivíduos no diálogo deixam de ser de um parceiro em particular e passam, com a passagem do tempo, a ser constitutivas dos participantes do processo.

Bertau e Gonçalves (2007), ao argumentarem sobre o papel do diálogo na constituição da subjetividade do indivíduo, afirmam que os diálogos operam como expressões simbólicas dos indivíduos e que se tornam, também, o lugar onde se produz sentido. Portanto, mesmo as leituras de mundo que o sujeito reclama para si como

personais são produzidas nas relações. A interdependência do indivíduo e seu parceiro torna as posições assumidas no diálogo algo que passa a pertencer aos parceiros, independente de quem introduziu ou assumiu aquele lugar no diálogo anteriormente.

Grandesso (2000) apresenta algumas assunções que nos levam a pensar sobre a implicação desta visão para a clínica. Ela afirma que se possamos atribuir uma liberdade de criação de sentido ao paciente que procura psicoterapia, a partir desta concepção de *self*, é preciso entender que em todo ato de significação há uma interação triádica entre o *self* (*com todo seu caráter de heterogeneidade*), o outro e uma polifonia de vozes paralelas, vindas de outros lugares e tempos e de diversas práticas. A partir desta concepção de *self* passa-se a compreender o significado como um espaço compartilhado que configura um modo de olhar as coisas (p. 175).

4.2- Questões relevantes sobre o sujeito e a gênese das funções simbólicas

Ao longo do processo de elaboração deste estudo inúmeras questões surgiram nos nossos diálogos com diversos interlocutores. Algumas delas são relativas à estreita relação entre este estudo e o modelo EEA de comunicação. Ao longo dos anos, este modelo tem, aos poucos, sido expandido como ponto de partida para entender diversos fenômenos relacionais como o processo de comunicação no autismo (Chaves, 2010) e as trocas entre mães e bebês que focalizam a fala da mãe (Scorci, 2009).

O que se entende como contribuição e diferencial neste modelo é a possibilidade de acompanhar e compreender como se processam as trocas nas relações humanas e que transformações vão ocorrendo nessas trocas. No entanto, embora este modelo seja didático e sistemático em tornar “palpáveis” conceitos que situam as relações humanas como dinâmicas e constitutivas do sujeito, ele é, a princípio, construído tendo como

objeto uma troca assimétrica entre uma criança no início da vida e um adulto.

Entendendo essa propriedade, surge um primeiro questionamento: como transpor os conceitos norteadores do modelo EEA para a psicoterapia com adultos, que é um contexto em que as trocas são protagonizadas por indivíduos adultos, que possuem um arcabouço de referências culturais e fazem uso de suas habilidades simbólicas? Como explicar o que muda na comunicação quando os parceiros são adultos vivenciando um processo guiado para a mudança como a psicoterapia?

Tentaremos discutir esta questão em etapas. Primeiro, nos propomos a fazer uma aproximação do tema fazendo uso dos posicionamentos de diversos autores que nos servem de referência no entendimento das diferenças entre as trocas comunicativas que incluem um infante, ainda não provido do domínio das ferramentas semióticas e entre adultos (Valsiner, 2007 a)

Um primeiro passo para discutir a questão que apresentamos é tentar situar o nosso estudo, definindo o que diferencia os diálogos entre adultos daqueles protagonizados por um adulto e um infante, tal qual ocorre no modelo EEA. Partindo da visão histórico-relacional, entendemos que é relevante compreender que o tempo traz transformações às relações humanas, o que por si só não nos permite olhar para as relações adultas como reprodução daquelas ocorridas na primeira infância (Valsiner, 2001;2002; Lyra & Valsiner, 2011).

4.2.1 O papel central do Signo na relação humana

Um primeiro ponto relevante, ao abordar a questão que propomos é a nossa concepção sobre o papel central do signo nas relações do sujeito com o mundo. Quando

introduzimos este capítulo, já assumimos que tomamos a posição defendida por Salgado e Valsiner (2010) de que a natureza dos fenômenos humanos é relacional. Afirmamos também que esta forma de funcionamento requer que exista um processo ou meio de troca com o contexto. Isto torna as relações humanas inescapavelmente mediadas.

Os signos, como ferramentas culturalmente produzidas assumem, então, papel central no que condiz a este papel (Valsiner, 2007a; Salgado & Valsiner, 2010). Esta é a primeira premissa, a partir da qual respondemos a questão que ora apresentamos. Um dos aspectos centrais que demarca a diferença entre as trocas compostas por adultos e aquelas protagonizadas num contexto que envolve uma criança no início da vida é o papel central que o signo assume.

De acordo com Pierce (1873/1986) um signo tem a função de representar um objeto para uma mente. Signos são, portanto, produções humanas e são, também, o único instrumento a partir do qual é possível operar no mundo (Valsiner, 2007). Estes são produções sociais, no sentido em que emergem da relação do indivíduo com seu contexto, a partir das trocas ocorridas no início da vida (Lyra & Bertau, 2008) , e também são centrais na nossa relação com o mundo e conosco mesmo (Valsiner, 2007 a).

Isto torna o signo transformador, por sua centralidade e caráter imprescindível nas relações humanas, e passível de transformação, portanto caracterizado por dinamicidade, pelo fato de ser humanamente produzido. Ao tornar-se parte da cultura, como sistema de relações, o sujeito torna-se também produtor e objeto da construção de significados socialmente construídos. Isto torna as relações do sujeito com o mundo dependente de seu caráter semiótico, pois toda experiência humana passa a ser mediada pelo signo, num processo constante nomeado mediação semiótica.

A partir desta perspectiva, assume-se que as relações humanas, nas quais ocorre a significação da realidade, são não apenas mediadas mas reguladas por signos (Valsiner, 2007a). Estes são responsáveis pela criação de um espaço virtual dinâmico em que é possível, embora de forma ambivalente e ambígua, partilhar e construir significados.

Retomando um pouco os posicionamentos que apresentamos no início deste trabalho, entendemos que as relações iniciais do sujeitos são imprescindíveis para que sua atividade simbólica seja possível. Portanto, a possibilidade de significação dá experiência só é possível a partir da ação conjunta, mas ao passar dos anos a ação conjunta se torna dependente da mediação do signo. Isto porque todas as nossas relações com os diversos ambientes e contextos são semioticamente mediadas (Faraco, 2009).

Este é, em nosso entender, uma diferença marcante entre um estudo que se propõe a estudar as trocas no início da vida e aquelas que se processam entre sujeitos já imbricados na realidade social da significação da realidade. Ao assumir este posicionamento, o fazemos a partir de uma perspectiva relacional dialógica que se diferencia da psicologia ortodoxa.

Esta perspectiva tem como principais pontos de teorização a proposição da natureza humana como social e da mente humana como imbrincada na coletividade cultural, dando ênfase à construção social de realidade como atividade constante e partilhada. Esta visão implica numa concepção da cognição humana como inerentemente cogenética (no sentido em que pressupõe a existência do outro) (Rommenvit, 1992).

Propomos a visão defendida por Valsiner (2007), em que a cultura figura como

sendo parte do sistema psicológico do indivíduo. Esta visão é proposta pela Psicologia Cultural em oposição a visão vigente e popular de cultura, que na Ciência Psicológica aparece representada pela *Cross-cultural Psychology*.

Na visão da *Cross-cultural Psychology* os indivíduos pertencem a uma determinada cultura que lhes confere características, em certo sentido, homogeneizantes. Na perspectiva da psicologia cultural, a cultura é entendida como pertencendo à relação entre o indivíduo com o mundo (Valsiner, 2007 a). Nesta concepção, a cultura não é uma entidade externa ao indivíduo, mas um processo. Nele, o indivíduo é visto, dinamicamente, em seu contexto social. Pessoas são, nesta concepção, sistemas que funcionam culturalmente.

Esta visão de cultura é coerente com a perspectiva relacional que defendemos neste trabalho. A concepção que atravessa este estudo é caracterizada por defender a ideia dos processos psicológicos como construídos nas relações significativas do sujeito com o mundo. Neste processo, o indivíduo se apropria de uma forma singular e ativa do legado historicamente construído. Isto se inicia na relação do sujeito com membros de sua cultura que lhe são afetivamente significativos e com quem estabelece suas primeiras trocas (Furtado, 2002). É, portanto, na interação que se constrói a consciência individual sobre a qual o universo da cultura tem primazia, como um grande diálogo que se atualiza constantemente (Faraco, 2009, p. 42).

Com o passar do tempo, as trocas que se tornam abreviadas permitem ao indivíduo funcionar num espaço virtual ou pré-simbólico (Lyra, submetido), em que os conteúdos das trocas estabelecidas pelo sujeito se tornam constitutivos de si e passam a ser transpostos para outros contextos. Seguindo esta compreensão, entendemos que o processo cultural do indivíduo não ocorre como apropriação de algo que lhe é externo,

mas como processo de mediação semiótica , a partir do qual as funções psicológicas vão se organizando (Valsiner, 2007, p.29).

Esta compreensão tem como premissa a visão de que o ser humano é, por natureza, receptor e usuário de signos em suas trocas sociais (Buhler, 1990). É a partir das trocas significativas que os indivíduos vão se desenvolvendo e modificando seu repertório de participação num mundo de atividades socioculturais desenvolvidas em sua comunidade (Rogoff, 2003). Esta estrutura sociocultural com a qual o indivíduo dialoga, a partir de suas trocas com aqueles com quem se encontra em relação, é um processo de mudança constante.

A mediação semiótica é entendida tanto como um processo intrapsíquico, que ocorre enquanto temos experiências no mundo (sentimos, pensamos, etc.), como pode ser entendida como algo que se manifesta na realidade interpessoal, em que diferentes pessoas estão envolvidas (Valsiner, 2007 a). No entanto, quando manifesta em ambos os níveis (intrapsíquico e interpessoal), entendemos que este processo não escapa a sua natureza dialógica, pois, sendo construído nas relações, mesmo quando intrapsíquico ele é, por natureza, representativo das muitas vozes que povoam o psiquismo do sujeito e o tornam de natureza complexa (Marková, 2006).

Ao compreender a importância da mediação semiótica e a forma como esta passa a modificar as ações humanas, entendemos que esta propicia a existência das produções humanas, das ideologias e discursos socialmente dominantes que se presentificam de forma singularizada na psicoterapia. Estes, enquanto produções humanas processuais de natureza social, refletem e refratam o mundo. Com os signos, o indivíduo reflete uma realidade que lhe serve como objeto, mas o faz de modo refratário construindo sua versão do mundo, a partir do caráter heterogêneo e múltiplo das

experiências compartilhadas nos grupos humanos.

Nesta concepção, a refração é entendida como uma condição do signo. Esta lhe confere caráter dinâmico e histórico marcado pelas múltiplas possibilidades de significação da experiência (Faraco, 2009, p. 51). Entendemos que esta possibilidade de heterogeneidade na significação da experiência torna possível que a psicoterapia se constitua um espaço de construção de formas alternativas de significação da realidade e, conseqüentemente, permite aos indivíduos se implicarem de forma diferente na realidade de suas existências.

Isto só é possível por haver o que Faraco (2009) vai chamar de *dinamicidade semiótica*, tomando por base o conceito de Bakhtin de *heteroglossia dialogizada*⁵. Bakhtin dá destaque em sua teoria ao encontro sociocultural das vozes sociais e à dinâmica que se estabelece a partir desse encontro. Pensando na psicoterapia, propriamente, é possível perceber como a existência desse encontro das múltiplas vozes vai instaurar uma dinâmica própria. Elas se inter cruzarão (se contrapondo, diluindo, complementando, etc.), formando novas vozes sociais que servirão como alternativas aos participantes. Isto num processo ativo caracterizado por uma constante tomada de posição dos participantes do diálogo (Ponzio, 2008).

O uso de ferramentas proporcionadas pela mediação semiótica é, também, o que permite ao sujeito se distanciar de seu contexto imediato no presente, e se reportar ao passado, ou projetar o futuro. Isto torna o signo uma ferramenta primária do humano e a cultura um conhecimento de mundo existente e coletivo, que é socialmente compartilhado, mas que se individualiza na forma singular como cada indivíduo dela se

⁵ Este termo também é empregado sobre o nome de plurilinguismo, plurivocidade ou plurivocalidade. De acordo com Flores, Barbisan, Finatto e Teixeira (2009, p. 187) o vocábulo diz respeito a um arranjo de diversas linguagens (línguas sociais), constitutivamente dialógicas, que são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de interpretação verbal, perspectivas semânticas e axiológicas.

apropriada (Furtado, 2002).

Esta apropriação da cultura, como mediação semiótica é o que vai se estabelecendo como diferencial entre as relações de um bebê no início da vida com seus parceiros e um adulto em seus relacionamentos.

Segundo Valsiner (2007a), a capacidade e propensão a utilizar ferramentas semióticas permite às pessoas se distanciarem de seus contextos de vida imediatos. Esta capacidade aparece como capacidade constituída nas relações adultas. A pessoa se torna, ao mesmo tempo, um ator imerso no contexto de atividade situada e um agente reflexivo que tem a capacidade de se distanciar do *setting* de ação em que está imerso.

Quando Herman (2007) ressalta a dualidade na distinção clássica de James entre o *I (eu)* que define o *self* como conhecedor e o *Me (mim)*, que define o *self* como objeto do conhecimento, estabelece-se um importante aspecto que possibilita às trocas uma flexibilidade simbólica da experiência, que se manifesta nas trocas. Valsiner (2007) afirma que esta dualidade é importante porque transcende o caráter adaptativo do aqui-e-agora como contexto, e leva o desenvolvimento à possibilidade de autonomia. Ela permite ao sujeito o distanciamento - através da mediação semiótica - do contexto do qual é parte e proporciona ao sistema psicológico a capacidade de considerar o passado e imaginar o futuro.

Neste estudo, consideramos que esta capacidade reflexiva, possibilitada pela mediação semiótica, é um dos pontos a partir do qual é possível estabelecer uma diferenciação de natureza teórica entre as trocas protagonizadas no início da vida e aquelas protagonizadas num contexto de trocas entre adultos em psicoterapia. O processo de trocas entre a mãe e o bebê não é provido, de início, da parte do bebê, desta capacidade reflexiva; só na abreviação aparecem os primeiros movimentos pré-

simbólicos que permitirão aos participantes do diálogo operar numa realidade virtual que lhes ocasiona a possibilidade de acessar o passado condensado e antecipar o futuro (Lyra, 2007b).

Nas trocas estabelecidas na psicoterapia, o domínio do arcabouço cultural, enquanto mediação semiótica, permite o uso da função reflexiva, desde o início do processo. É a possibilidade de distanciamento que permite aos participantes, pelas vias do discurso, acessar outros contextos para além do aqui-e-agora e trazer suas vivências em forma de narrativas ou de outras modalidades discursivas. Esta habilidade pode, então, ser entendida como, desde o início da psicoterapia, caracterizando as potencialidades de estabelecimento quase que imediato do diálogo.

Nas trocas entre mãe e bebê, a necessidade de criar e constituir um objeto comum para seguir adiante no diálogo é um primeiro passo para que exista a relação. Nas trocas face-a-face, por exemplo, compartilhar o olhar mutuo se constitui como um solo comum, a partir do qual será possível construir uma história da relação.

Nas trocas em psicoterapia, existe um arcabouço histórico-cultural, que embora personalizado em cada indivíduo, é, de certa forma, partilhado. O domínio das funções semióticas já permite aos componentes do diálogo compartilharem uma *realidade virtual*. No entanto, embora esta potencialidade exista, o fato de existirem as condições para que um primeiro ou mais elementos sejam estabelecidos como ponto de partida não significa que já existe uma relação. A possibilidade das trocas não pode ser confundida com a existência de uma relação. Pois como ressalta Fogel (1993) é a continuidade das trocas que propicia a existência da relação.

Neste estudo, assumimos também a premissa de que como processo cultural, a comunicação em psicoterapia é um sistema aberto e um fenômeno marcado pelo tempo

histórico. Este é um espaço criativo em que novos conteúdos são constantemente criados, num processo em que ocorre uma recriação (atualização) bidirecional da cultura que conduz a uma coautoria. As mensagens ou conteúdos trazidos pelos participantes ao *setting* psicoterápico passam, na medida em que a relação começa a existir enquanto fenômeno de historicidade, a ser modificadas num processo de colaboração ativa.

Ao apresentar esta premissa, nos baseamos no modelo bidirecional de Valsiner (2007) que concebe a transferência cultural de conteúdos como sendo um processo de via dupla, em que mensagens são modificadas e reconstruídas em múltiplas possibilidades. Esta transmissão cultural envolve a transformação da cultura através da participação dos envolvidos nas práticas de reconstrução dos diversos discursos sociais nos espaços particulares de relação (Valsiner, 2007; Branco & Valsiner, 2005). É esta bidirecionalidade da transmissão cultural que permite aos participantes do processo psicoterápico a reconstrução, atenuação ou amplificação de significados previamente construídos por eles em outros espaços e com outros parceiros de diálogo.

Esta é, então, uma diferença marcante na relação terapêutica. Em nosso estudo a consideramos uma espécie de “*divisor de águas*”. Em resumo, ao estudar as trocas de comunicação no início da vida, estuda-se um processo em que é possível identificar a natureza relacional do indivíduo e a forma como os primeiros movimentos para o funcionamento simbólico são protagonizados.

Ao estudar as trocas em psicoterapia, estamos estudando um processo de criação conjunta de significado mediada pelo signo e fortemente marcado pela inserção ativa do sujeito na cultura. No entanto, assumir esta premissa, partindo do contexto em que nosso estudo se insere nos lança a próxima interrogação: *Como tratar as trocas em*

Psicoterapia de forma diferenciada daquela com que tratamos as trocas no início da vida?

4.2.2- Considerações sobre as trocas de comunicação em psicoterapia

Em primeiro lugar, consideramos que compreender a relevância do diálogo como espaço de construção de significados para o sujeito é um dos pontos de partida conceitual para entender a forma como as pessoas mudam ao longo de seu processo vital. Yakobinsky (1923/1997) é reconhecido como um dos primeiros teóricos a argumentar sobre a relevância do diálogo, ao defender a ideia de que este, e não o monólogo, é a forma primordial de produção de significado. Outros autores como Bertau (2010) reafirmam esta ideia ao entender que a posição de parceiro do diálogo é anterior ao surgimento de funções egoicas no desenvolvimento humano.

Entendendo o diálogo desta forma, é possível assumir que as produções sógnicas não podem ser entendidas como encarnadas de um significado prévio construído fora das trocas entre os interlocutores (Broeckelman, 2004). O diálogo, por sua vez, não pode ser considerado sem que se leve em conta sua imersão em um particular contexto sócio-histórico (Marková, 1990). A partir desta assunção, entendemos que a comunicação humana, aqui tratada como diálogo, vai assumindo uma natureza simbólica que permite às pessoas construir sua realidade social, modificá-la e atuar a partir dela (Marková, 2000).

Essa possibilidade de atuar no domínio sógnico é central para qualquer fenômeno social. Segundo Marková (2000, p.3), é pelas vias da comunicação social que a mente humana se desenvolve e que questões pessoais, interpessoais e intergrupais são definidas e resolvidas, ativamente negociadas, normalizadas e transformadas. Bakhtin

(1981, p.222) afirma que “somente na comunicação, na interação do homem com o homem revela-se ‘o homem no homem’, para outros ou para si mesmo”.

Tomando por base essa afirmação, podemos dizer que é no diálogo com o outro que nos constituímos, não só como parceiro para o outro, mas como sujeito de uma identidade para nós mesmos. Os participantes do diálogo são ativos neste processo desde o seu início, pois é através das trocas com os outros que o sujeito toma consciência de si e se diferencia do outro social e do mundo (Faraco, 2003).

O diálogo é apresentado nesta perspectiva como resultado da interação na *imediaticidade* temporal e espacial, entre dois ou mais participantes, que estabelecem suas trocas orientadas para o(s) parceiro(s) num ato de comunicação (Schutz, 1932, citado por Marková, 2000). No entanto, embora o diálogo seja caracterizado por imediaticidade temporal e espacial, no sentido em que este se processa no tempo presente, os participantes deste processo não respondem a um conteúdo gerado puramente no tempo presente. O conteúdo das trocas corresponde, também, a um processo de atualização no presente de experiências passadas e do conhecimento cultural, o que pode ou não ser dividido na relação (Ver Marková, 2000, p.6).

Um outro aspecto importante que levamos em conta ao considerar as trocas interpessoais é o princípio de complementariedade apresentado por Bakhtin, no contexto literário de sua obra, e tomado pela psicologia dialógica ao teorizar sobre as trocas de comunicação. Bakhtin (2003) considera que as relações interpessoais são caracterizadas por uma certa complementariedade. Para explicar esta concepção é importante entender o conceito que o autor vai nomear como excedente de visão.

Partindo da ideia de um *self* construído de forma relacional, a psicologia dialógica toma a constatação apresentada por Bakhtin de como a visão do outro é uma

fonte para perceber o mundo que escapa ao sujeito. Portanto, eu vejo aquilo que o outro não vê, e o outro vê aquilo que eu não vejo, a partir da minha própria perspectiva. Bakhtin vai explicar como a nossa própria imagem excede ao nosso campo de visão e de como precisamos da apropriação do olhar do outro para vê-la.

Cunha (2007, p.18) destaca que “O outro permite-me a complementariedade da minha visão do mundo e da minha existência (presa ao meu posicionamento no aqui-e-agora), confrontando-me com uma alteridade que não consigo atingir da minha posição existencial, e por isso criando a tensão e ambiguidade do diálogo.” Isto leva à compreensão de que o Outro sempre nos escapa, pois podemos até criar significado conjuntamente com ele, mas nunca compartilhar totalmente de sua visão.

Entendemos que esta característica das trocas dialógicas está presente desde o início da vida, não só para o infante, mas também para aqueles que se encontram em relação com ele. Compreendemos que esta complementariedade de visões também designa simbolicamente os lugares sociais, inclusive o de terapeuta e paciente.

Na psicoterapia existe a necessidade que o paciente situe o terapeuta, enquanto terapeuta, para que a psicoterapia aconteça. De certa forma, o mesmo acontece com o paciente que precisa do olhar do outro como terapeuta para que sua presença seja significada enquanto de um paciente. É o terapeuta que de posse de um arcabouço teórico-técnico, socialmente construído, situa o paciente como tal e com ele constrói uma demanda. E é o paciente que situa o terapeuta numa posição que lhe prescreve um papel e um saber. Sem demanda, não há terapia. E não há terapia, também, sem que haja uma coconstrução dessa demanda.

Esta visão do diálogo como caracterizado por complementariedade não implica numa visão de sujeito preenchido passivamente pelo olhar externo. Na busca por si

mesmo, o indivíduo se apropria deste olhar do outro, a partir de seu lugar único no diálogo. Como em outros espaços de compartilhamento, na psicoterapia construção de si mesmo, ocorre “no entre dois”, no limiar entre a pessoa e o outro. É justamente por isso que a dialogicidade é inescapável (Bertau & Gonçalves, 2007).

Esta compreensão da complementariedade de visão como condição da apreensão que o sujeito faz do próprio self é condição para a construção de seu lugar no mundo. O outro é necessário na relação do sujeito com o mundo e consigo mesmo. A existência humana carece da existência do outro, da alteridade (*otherness*) (Bakhtin, 2003;1999). Esta interdependência entre o sujeito e o outro torna as manifestações sociais do sujeito como ocorrendo em coautoria. Ela sustenta-se também na ideia de responsividade que exploramos anteriormente, ao falar da visão de sujeito deste trabalho.

A condição de responder ao mundo de um lugar único e de forma complementar torna à atividade humana como atividade de autoria em um processo criativo. Isto torna os participantes do diálogo interdependentes, mas singulares, no sentido em que ocupam seus lugares e só a partir deles podem participar do mundo das relações sociais. Este posicionamento que ora assumimos tem consequências sobre o olhar para o *setting* terapêutico.

Ao considerar este sistema comunicativo à luz da perspectiva histórico-relacional, tomando a visão de sujeito que propomos neste trabalho, as trocas exercidas no *setting* psicoterápico não podem ser entendidas a partir de um modelo que delimita o papel das trocas interpessoais à transmissão do pensamento ou veículo da comunicação. Assim, ressaltamos que consideramos as trocas de comunicação entre terapeuta e pacientes como um processo social que instaura a abertura de um campo de produção de significado partilhado, construído a partir de inúmeras negociações (Grandesso, 2000).

Este formato de comunicação é um claro exemplo da constatação de Bakhtin (1981) de que um signo é sempre metade dado e metade criado no aqui-e-agora do momento de comunicação vivenciado. A instauração deste campo de significado partilhado implica na constatação de que na comunicação existe o espaço para a manipulação e coconstrução de significado (Rommetveit, 1992). Este processo de construção de significado é marcado por ambivalência, ambiguidade, tensão e também o exercício da capacidade humana de distanciamento da realidade de forma reflexiva (Molina & Del Rio, 2009).

A ambivalência está presente potencializada pelo fato das trocas humanas serem construções culturais bidirecionais (Valsiner, 2007^a), em que significados entre os participantes podem ser compartilhados, mas nunca coincidem; isto torna o campo de significação como sempre povoado de múltiplas possibilidades de significação.

Ao mesmo tempo, o impacto do tempo sobre a relação humana torna os significados como processos em constante devir, nunca prontos e acabados, mas sempre passíveis de serem reconstruídos na experiência dialógica. Essa assimetria no processo de significação gera uma tensão constante. Segundo Molina & Del Rio (2009), esta tensão mobiliza noções opostas que tornam necessárias as negociações entre os parceiros conversacionais. A tensão mobiliza, então a criação de um espaço intersubjetivo que modula um processo de criação conjunta.

A perspectiva de comunicação que assumimos nos permite, então, considerar a linguagem como ação. Esta constitui, com outros elementos que são parte do processo de mediação semiótica, a construção coregulada de significados partilhados, num processo dinâmico e transformador. Estes significados são, em nosso entender, constituintes do sujeito e das relações que lhe são constitutivas.

Quando consideramos, a partir da perspectiva histórico-relacional o sistema comunicativo como constituído de diversos elementos como entonação, gestos, fala, expressões faciais, além do próprio espaço físico em que ocorrem as trocas, não há uma predefinição da forma e grau de relevância que estes elementos assumirão. A forma como a auto-organização destes elementos ocorre está relacionada ao tipo de atividade na qual os parceiros estão engajados e em que ponto de seu desenvolvimento pessoal estão. Não há, portanto, como desassociar a ação partilhada de seu contexto (Fogel, 1993; Fogel & Lyra, 1997; Lyra, 2000).

No nosso caso em particular, a forma com que as sessões psicoterápicas são produzidas e conduzidas parece apontar para a prevalência das trocas verbais, pois apesar dos gestos, entonação, expressões faciais, etc. terem relevância na construção deste sistema de comunicação, o recorte das falas dos participantes é o que parece mover a psicoterapia a seguir adiante, diferentemente de outros contextos de troca em que esta perspectiva é adotada. Ao fazer esta constatação, não estamos desconsiderando a importância dos outros elementos que constituem este sistema de comunicação, mas estamos apresentando um aspecto que parece marcar o *setting* psicoterápico e que precisa ser observado com especial atenção.

No que concerne a este aspecto, nos apropriamos do modelo de Buhler (1990) do *organon model*, principal conceito de sua filosofia da linguagem. Buhler situa o ato de fala como tendo papel central na existência humana (Valsiner, 2007b). O *Organonmodel* proposto por Buhler pressupõe uma estrutura contendo três partes. Tudo se iniciaria com a percepção, então a pessoa percebe algo e o recria de forma signíca para o Outro, ressaltando algum aspecto do objeto, a partir, obviamente, de sua percepção. O Outro, enquanto alguém que tem acesso ao estímulo percebido, interpreta de forma singular e ativa essa concepção simbólica. Nesta perspectiva, o signo passa a

ser visto como tendo papel central e sempre de natureza aberta no processo de comunicação. Neste modelo, a linguagem assumiria três funções em seu uso (Buhler, 1990, pp. 34-35):

- (1) Expressão: No ato de comunicar, ao construir uma mensagem, há uma expressão de nossa subjetividade que se torna o ponto de partida nas trocas.
- (2) Apelo (Appeal): A mensagem construída tem sempre um impacto. Na comunicação não é possível evitar o lugar de receptor/emissor. No entanto, este não é um processo de transmissão e recepção linear. É um processo ativo, pois Buhler situa a posição da recepção da mensagem como um lugar de autoria, ao constatar ser este um processo que envolve uma ativa reconstrução da mensagem.
- (3) Representação: As pessoas envolvidas no processo de emitir/receber mensagem fazem referência a um “mundo externo”. No entanto, como as posições no diálogo são singulares, um objeto nunca é o mesmo para os participantes do diálogo. Isto porque estes partem de seus diferentes pontos de visão.

Buhler introduz momentos de apercepção e abstração no centro de seu modelo (Valsiner, 2007b). Há, para ele, uma certa tensão entre as versões da mensagem, versões estas que surgem pela impossibilidade de ver a mesma coisa, a partir das diferentes perspectivas pessoais. É esta tensão, que nas trocas de comunicação, faz com que o significado possa se desenvolver na direção da abstração da novidade. Buhler aponta para o papel central da abstração em sua semantologia (Valsiner, 2007b; Buhler, 1990). Aquilo que é percebido necessita ser abstraído para funcionar como signo.

Rommetveit (1992) destaca a necessidade da abstração em termos pragmáticos. Quando construímos significados com os outros, não estamos entrando num consenso absoluto. Quando construímos consensos, o fazemos porque é necessário vivermos coletivamente uma certa inteligibilidade e termos um mundo que, de certa forma, nos pareça comum, mas essa apropriação é sempre singular e única. As pessoas, então, criam campos de referência comum que lhes permite partilhar a experiência, mas “o signo estará sempre sobre a discrepância da expressão e da interpretação” (Valsiner, 2007b, p.86).

Para Buhler, o único ponto de ancoramento da perspectiva do sujeito envolvido num sistema de comunicação humana é a sua própria perspectiva (Buhler, 1990, pp.117-118) no aqui-e-agora. De acordo com Valsiner (p.88), esta posição singular, específica e individual cria uma inevitável negociação intersubjetiva que modula, constantemente, os limites de inclusão/exclusão num campo de criação partilhada de significado. A partir desta concepção é possível assumir que sob estas condições, o entendimento mutuo entre os participantes de uma conversação é dependente de um ajustamento recíproco de perspectivas (Rommetveit, 1992), mas este ajustamento é a parcial. É isto que torna o diálogo necessário, pois só a diferença não ajustável entre mim e o outro torna os parceiros dialógicos necessários e até mesmo indispensáveis.

Na psicoterapia, este movimento e assimetria na significação é primordial para que uma nova forma de significação da realidade possa emergir. Valsiner (2007b) destaca os ganhos de ir além do modelo de Buhler e considerá-lo incluindo a noção de tempo. Portanto, na comunicação pode-se transcender o domínio do aqui-e-agora e trazer, em referências, o passado e o futuro.

A partir destes conceitos, retomamos à questão de como considerar as trocas

protagonizadas em psicoterapia. Entendemos que os processos psicológicos são de caráter social, portanto, as trocas verbais que são construídas na psicoterapia seguem também este padrão. Entendemos que as trocas na psicoterapia são marcadas pelos seguintes aspectos:

- a) O discurso que circula na psicoterapia transita entre aquilo que é novo/irrepetível e o que já foi dito. Isto porque os eventos da vida do sujeito são únicos, e mesmo quando algo do passado é trazido ele, é transformado no presente. Ao mesmo tempo, aquilo que emerge nas trocas do presente se sustenta no passado, pelo caráter histórico que permite que o nosso discurso seja povoado pelas múltiplas vozes que o formam, ao longo do tempo (Faraco, 2003).
- b) Toda forma de discurso é orientada para o outro. Toda ação se caracteriza como um processo de coautoria na medida em que possui um caráter responsivo. Toda enunciação protagonizada é dialogada com o outro, na medida em que as pistas dadas pelo outro, enquanto formulo meu discurso, vão modulando minha ação. Não há possibilidade na psicoterapia de separar quem comunica e quem responde (Marková, 2000; 2006).
- c) As falas trazidas à psicoterapia são dialógicas em sua natureza, e portanto, representativas de diversos discursos que constituem o sujeito. Isto se dá mesmo em discursos predominantemente monológicos, em que o sujeito não se permite perceber as múltiplas possibilidades de sua existência. O discurso que impera é uma construção social constituída das muitas vozes que o formam e, portanto, heterogêneo. Todo dizer é, portanto, dialogizado internamente, revelando a tensão entre as múltiplas vozes que são constitutivas do *self*

(Bakhtin, 2003).

- d) A compreensão daquilo que é trazido pelo outro no diálogo que se processa na psicoterapia não é uma experiência de caráter intrapsíquico, apenas. A atitude de compreender e se fazer compreender em psicoterapia é dialógica. É fruto do dinamismo responsivo que caracteriza as trocas interpessoais, em que as ações dos integrantes geram uns nos outros, simultaneamente, respostas e tomadas de posições (Faraco, 2009).
- e) Embora na psicoterapia se tenha uma certa predominância do tipo textual narrativo é necessário deter atenção não apenas à narrativa dominante, mas também às descrições, injunções, exposições e argumentações que se repetem e predominam de alguma forma no *setting* terapêutico para que assim possamos entender a trajetória da relação e, conseqüentemente, o processo de mudança que esta configura.
- f) A empatia e a compreensão do que é trazido pelo outro em seu discurso não correspondem a um processo em que terapeuta ou pacientes se “põem no lugar do outro”. A compreensão só é possível quando os parceiros do diálogo permanecem em seus próprios lugares (Ponzio, 2008). Ou seja, indivíduo só pode ser compreendido por alguém que, ocupando o seu lugar, considera o ponto de vista deste indivíduo, a partir de sua posição na relação, e lhe dá sentido e relevância.

Esta visão das trocas protagonizadas no *setting* psicoterápico situa a comunicação, e os processos intrapsíquicos que lhe são subjacentes, como marcados por tensões e ambivalências (Marková, 2006), mas também pela possibilidade e necessidade do encontro e da coautoria.

5. Algumas considerações sobre a Psicoterapia como processo relacional

Definir a psicoterapia não é uma tarefa fácil, pois ela é uma prática social que abarca uma diversidade de diferentes formas de fazer (atuar e teorizar sobre). As diferentes abordagens se baseiam em diferentes visões de sujeito, mas são definidas como parte de um mesmo campo de ação e intervenção na sociedade. Devido a esta característica, alguns autores fazem a tentativa de definir a psicoterapia de uma forma abrangente, que possa contemplar diferentes modelos teóricos e práticas de intervenção.

Zimerman (2005, p. 59) afirma que psicoterapia é um termo genérico que designa tratamentos realizados com métodos e propósitos psicológicos. Cordioli (1998) define a psicoterapia como sendo um conjunto de “métodos de tratamentos para problemas de natureza emocional, nas quais uma pessoa treinada, mediante a utilização de meios psicológicos, estabelece deliberadamente uma relação profissional com a pessoa que busca ajuda, visando remover ou modificar sintomas existentes, retardar seu aparecimento , corrigir padrões disfuncionais de relações interpessoais, bem como promover o crescimento e o desenvolvimento da personalidade (p.19)”.

Essa definição representa alguns modelos de intervenção psicoterápica e se baseia numa visão da psicoterapia como ação prescritiva e extirpadora de sinais e sintomas que não é representativa de todos os modelos psicoterápicos. Primeiro, porque deixa de fora algumas formas de intervenção psicoterápica que não são individuais e, segundo, por estar em oposição a concepções psicoterápicas que surgiram em discordância aos modelos prescritivos de psicoterapia.

Exemplos notáveis desse segundo grupo são o modelo humanista de psicoterapia e a Gestalt-terapia. Carl Rogers, autor de mais popularidade entre os humanistas, entende a psicoterapia como uma *relação de ajuda* em que o foco não deve ser um problema ou sintoma, mas a pessoa como um todo integral - seu crescimento, desenvolvimento, maturidade, melhor funcionamento e maior capacidade de enfrentar a vida (Rogers, 1985; Rudio, 2003).

Frederick Pearls (1988), reconhecido como um dos fundadores da Gestalt-terapia, define a psicoterapia gestaltista como um modelo de intervenção psicoterápica que visa levar o cliente à integração de sua personalidade. Como Rogers, Pearls buscava por um modelo psicoterápico que fugisse às práticas dominantes e aos modelos prescritivos que têm por objetivo a extirpação de sintomas.

A psicanálise também pode ser inserida como modelo terapêutico que foge às definições da terapêutica psicológica como extirpadora de sinais e sintomas. Embora, no início de sua obra Sigmund Freud não faça distinção entre os termos psicoterapia e psicanálise, ao longo do desenvolvimento da psicanálise essa distinção foi sendo trabalhada, inclusive pelo próprio Freud (Zimmerman, 2005).

No cenário contemporâneo, alguns autores diferenciam as práticas terapêuticas que partem da psicanálise, que seriam divididas em três grupos: a análise, a psicanálise aplicada à terapêutica e a psicoterapia de base psicanalítica (grupo que incluiria diversas abordagens, inclusive as terapias psicodinâmicas breves, de base psicanalítica). As duas primeiras são geralmente tratadas como figurando fora do campo psicoterápico, pois entende-se que a lógica que rege a psicoterapia é oposta ao dos dois primeiros grupos de base psicanalítica.

A análise teria por propósito formar um psicanalista, a psicanálise aplicada a

terapêutica seria a aplicação dos princípios psicanalíticos à terapêutica, mas fugindo das práticas voltadas ao fortalecimento das funções egoicas, especialmente aquelas que possuem propósitos como a adaptação do sujeito ou a extirpação de sinais e sintomas. Estas ações rompem com a conceptualização tradicional das práticas terapêuticas e privilegiam o que nomeiam como sendo a lógica do inconsciente, em detrimento de uma ação ou intervenção terapêutica focada em conceitos como *self* e consciência.

Embora diferentes abordagens reclamem para si diferentes definições de suas práticas terapêuticas, estas têm em comum o objetivo de promover algum tipo de mudança e de ter na relação terapêutica o principal instrumento de intervenção. Outra característica comum às diferentes perspectivas psicoterápicas é o seu caráter processual. Portanto, é pertinente e talvez compatível com qualquer abordagem psicoterápica afirmar que os efeitos da passagem do tempo histórico são essenciais para a mudança protagonizada no *setting psicoterápico*.

A compreensão da Psicoterapia como processual não é inédita, e tampouco é nova a compreensão da necessidade de entender ou construir modelos que expliquem a forma como se dá a trajetória de transformação de tal processo. Carl Rogers (1985, p.86-88) em *Tornar-se Pessoa* defende essa ideia ao narrar a sua experiência como terapeuta. Rogers afirma que “o processo da psicoterapia, tal como o fomos aprendendo, a partir da orientação centrada no cliente, é uma experiência única e dinâmica, diferente de indivíduo para indivíduo, mas patenteando uma lei e uma ordem espantosas na sua generalidade (grifo nosso)”.

Rogers (1985, p.86) pontua, ainda, que um passo primordial para conhecer o fenômeno psicoterápico seria compreender a natureza de tal processo. Perguntas primordiais seriam: “(...) qual a natureza deste processo? Quais parecem ser suas

características intrínsecas? Que direção ou direções adota? E quais são, se é que existem, os pontos de chegada deste processo?”. Para Rogers, a preocupação legitimamente científica seria a de entender, descrever e estudar o processo básico em que a psicoterapia se fundamentaria, em vez de “falseá-lo para que se adapte às nossas necessidades, aos nossos dogmas pré-concebidos e aos elementos evidentes em qualquer outro domínio”. Partindo desta discussão, podemos afirmar que Carl Rogers talvez entendia que o estudo da natureza do processo psicoterápico deveria ter primazia sobre preocupações que tentavam dar conta dos contextos de aplicação da psicoterapia.

Entendemos que a psicoterapia é um fenômeno que implica em mudança, portanto não prescinde de uma concepção de fenômeno e de ferramentas metodológicas aplicadas ao estudo de fenômenos em desenvolvimento (Valsiner, 2007a). Como já afirmamos, este é também um processo dialógico constitutivo dos *selves* do terapeuta e paciente, na medida em que estes o integram (Valsiner, 2007a; Hermans, 2007).

Em nosso entender, a psicoterapia não funciona como um espaço para descobrir a verdade ou o verdadeiro *self*, numa busca pela autenticidade da pessoa, mas como um espaço onde o sujeito pode, no diálogo, encontrar possibilidades de rearranjar as vozes que lhe são constitutivas. Segundo Gonçalves e Gonçalves (2007), não se mudam significados na relação terapêutica, mas se permite uma nova forma de articulação como possibilidade para seus integrantes. As visões complementares de terapeuta e paciente tornam possível a emergência de novos significados que modificam a relação e, também, seus integrantes.

Esta perspectiva rompe com a concepção da psicoterapia como espaço de mudança unicamente do paciente e considera que paciente e terapeuta mudam. Dentre muitos aspectos que nos permitiriam pensar no terapeuta como passível de mudança,

está a simples premissa de que o conhecimento mútuo transforma as relações interpessoais e seus integrantes (Fogel, 1993).

Ao vir à terapia, o paciente assume o lugar de quem tem o conhecimento de seu sofrimento ou situação. Este lugar de conhecimento é trazido de forma representativa das múltiplas vozes que o povoam e se presentificam naquilo que é apresentado ao terapeuta. O terapeuta, embora parta de um lugar socialmente reconhecido como o lugar do saber (que na psicanálise se chamará de *suposto saber*), não tem a visão do todo da relação. Gergen e Warhuus (2007, p. 38) partem do entendimento que o terapeuta não tem acesso a informação privilegiada e nunca pode compreender totalmente a outra pessoa, precisa sempre do que é trazido pelo outro para que a relação caminhe. Terapeuta e paciente se dão, portanto, a conhecer e conhecem seu(s) parceiro(s) na relação terapêutica.

Embora uma, ou algumas, das vozes que povoam a posição do terapeuta se baseiem em seus conhecimentos teóricos e técnicos, que são parte de seus diálogos com o universo da academia, como espaço de produção de significado (ver Valsiner, 2007a), este saber não lhe permite conhecer o outro suficientemente, e sim, situá-lo em seu processo de significação, a partir de suas múltiplas referências enquanto indivíduo.

A falta de conhecimento mútuo e da passagem do tempo que transforma as trocas em relações interpessoais (Fogel, 1993; Fogel & Lyra, 1997), talvez possa explicar o que muitas abordagens teóricas situam como dificuldade apenas do paciente de “entrar” na relação terapêutica e trabalhar seus conteúdos para além da superfície. É importante dizer que, nesta perspectiva, o conhecimento mútuo entre os parceiros psicoterápicos é um aspecto central que move a psicoterapia à mudança; acreditamos, então, que não há no terapeuta um conhecimento prévio sobre o outro que o favoreça

em algum sentido.

Outro aspecto que pode definir a psicoterapia a partir do referencial relacional é a característica de este ser um processo contínuo de trocas e construção de significado entre terapeuta e paciente(s). Esta seria, então, um espaço em que predomina um caráter de constante transição para novos estados de desenvolvimento pessoal e interpessoal, em que cada novo estado vivenciado funcionaria como uma instância microgenética na trajetória da relação (Molina & Del Rio, 2009). Ela seria também um processo dialógico direcionado para uma reconstrução de significados (Grandesso, 2000, p. 43). Este processo não pode, portanto, ser fruto de uma única consciência ou de um processo intrapsíquico apenas.

Na psicoterapia instaura-se o que Grandesso (2000) nomeia como um “campo de sentido” formado por múltiplas vozes. Nele, estão presentes a cultura, o gênero, a localidade, a singularidade que dão ao *setting psicoterápico* um caráter heterogêneo. Esse campo de sentido ocorre quando terapeuta e paciente criam um espaço comum que lhes é possível, a partir de um acordo mútuo regido por constantes negociações e coordenação partilhada de ações. Esta é a razão porque a psicoterapia não é vista, nesta abordagem, como um espaço em que se encontra o sentido oculto e final da fala de um paciente ou seu eu interior e verdadeiro, como já pontuamos, mas como um espaço onde conteúdos são problematizados e criados conjuntamente num processo tênue e dinâmico de criação de significados.

Esta forma de compreender a psicoterapia, sem dúvidas, contempla os modelos psicoterápicos que assumem como referencial o dialogismo e a perspectiva sistêmica. A ideia da psicoterapia como um espaço criado conjuntamente, dispondo de conteúdos trazidos à psicoterapia, como correspondendo a realidades relacionais e, também, como

um processo em desenvolvimento é bastante propícia e coerente com tais abordagens. Sendo este estudo baseado no referencial histórico-relacional e numa visão processual de fenômeno, entendemos que é importante dar uma especial atenção a algumas perspectivas em psicoterapia. Delas, falaremos a seguir.

5.1- O referencial sistêmico em Psicoterapia

Segundo Grandesso (2000), o referencial sistêmico se firma como paradigma para a prática psicoterápica, após um período de forte predomínio de perspectivas clínicas focadas numa visão que priorizava modelos que explicavam os sintomas trazidos à clínica, a partir do funcionamento intrapsíquico do sujeito psicológico. Não é possível dizer que, antes da emergência do referencial sistêmico, o olhar para as relações como foco não existia no campo da terapêutica psicológica.

Hintz e Souza (2009) relembram que um dos registros mais antigos de uma intervenção relacional é o caso do pequeno Hanz, paciente de Freud atendido através de seu pai, criando mudanças significativas na dinâmica familiar. Há também, segundo os autores, a partir daí inúmeras referências à necessidade de intervenção junto à família em casos psicoterápicos infantis.

Nichols e Schwartz (2007) ressaltam o papel marcante das assistentes sociais, no início do século XX, no entendimento da relevância do ambiente de relações dos pacientes, especialmente em trazer para o centro do atendimento a dinâmica familiar, através de seus integrantes e na própria proposição de um diagnóstico social, que talvez possamos chamar relacional. No campo da terapêutica, propriamente, figura o nome de Nathan Ackerman, psiquiatra e psicanalista infantil, com seu trabalho concentrado na década de 30. Este chegava a afirmar ser a família como uma unidade social e

emocional.

Depois da emergência destes e alguns outros trabalhos que ressaltaram a natureza relacional das problemáticas trazidas à psicoterapia, surge uma abordagem assumidamente voltada para as relações. No entanto, este movimento que primava por deter a atenção ao caráter relacional dos fenômenos psicológicos não surge, apenas, como resultante da inserção do referencial sistêmico, como abordagem na clínica.

Esta mudança paradigmática surge, também, como resultado de um movimento das práticas clínicas para fora dos consultórios, a fim de atender uma gama da população diferenciada como pacientes esquizofrênicos, jovens em situação de drogadição e a própria sedimentação das práticas comunitárias da psicologia clínica. Estes contextos de ação do psicólogo mostraram determinadas especificidades e diferenças que evidenciaram que a psicologia clínica tradicional se mostrava ineficiente, e que não era mais possível tratar as realidades psicológicas sem considerar a relação entre os indivíduos e os contextos de suas ações na intervenção terapêutica (ver Grandesso, 2000, p.122-123; Anderson, 1997).

Então, a ascensão das ideias sistêmicas ou relacionais e a própria relação da psicologia clínica com outros saberes, como a antropologia, além da crescente demanda de outros espaços de ação, constituíram o solo para o surgimento de um novo paradigma que atendesse às novas demandas do momento histórico.

Sobre esta mudança, ressalta-se o fato de que o trabalho relacional na clínica começa com o exercício de um olhar voltado para a família como organismo de disfunção (Chaves, 1984; Grandesso, 2000; Macedo, 2008; Osorio & Do Valle, 2009). Este movimento se inicia, especialmente, no campo da pesquisa clínica, com trabalhos que tiveram como foco famílias de pacientes diagnosticados em quadros de

esquizofrenia e famílias de jovens envolvidos em situações socialmente reconhecidas como de delinquência.

Este movimento surge paulatinamente como resultante da compreensão de que os tratamentos propostos convencionalmente não atendiam às demandas e configurações relacionais que a problemática destes pacientes parecia instaurar. Então, na busca, através da investigação científica, por novas formas de responder a essas demandas surgem duas frentes de trabalho. Primeiro, aquela liderada por Gregory Bateson (1986/1979) que inclui nomes como Don Jackson, John Weakland, Jay Haley, e Theodore Lidz, dentre outros que integraram o famoso grupo conhecido como o grupo de Palo Alto. Este grupo é reconhecido pelo seu trabalho sobre saúde mental, com especial destaque para a temática da esquizofrenia.

Embora nos círculos brasileiros de discussão da perspectiva sistêmica em psicoterapia o nome de Bateson figura como coadjuvante na maioria das vezes, e a maior parte de suas obras não tenham sido sequer traduzidas para o português, este autor tem uma extrema relevância no movimento que situou as relações como centrais no entendimento do psiquismo humano (Grandesso, 2000).

A proposta de Bateson, e seus colaboradores para a compreensão da esquizofrenia baseia-se na análise dos formatos comunicativos interpessoais, tendo como principal núcleo de estudo a dinâmica da estrutura familiar e a complexidade que os caracteriza. Bateson inicia sua jornada pelo estudo da comunicação como uma possibilidade de compreender a sintomatologia esquizofrênica, mas também como ferramenta de intervenção (Bateson e cols., 1980)

O interesse de Bateson pelos processos de comunicação como possibilidade explicativa para a doença mental surge de suas influências e diálogos constitutivos de

sua biografia, tais como sua relação com a antropologia e seu interesse pelo estudo da comunicação, mas também da observação da regularidade da existência de duplos vínculos (*double bind*) como uma forma padronizada de comunicação nas relações familiares de seus pacientes esquizofrênicos. O termo duplo vínculo aparece designando relacionamentos marcados pela existência de mensagem conflitante ou com sinais contraditórios, que não deixa escapatória em termos de resolução ou ação decorrente.

Um exemplo disto é uma situação em que, numa relação, a pessoa se vê diante de mensagens simultâneas de aceitação (amor) e rejeição⁶. Este tipo de relação estaria presente de forma predominante em muitas dinâmicas familiares de pacientes esquizofrênicos, atendidos por Bateson. Ao descrever o duplo vínculo, Bateson não parece entender a contradição como algo patologizante, nem ignorar que ela está presente nas relações humanas, mas pontuar situações em que ela estagna o sujeito por não deixar saída ou possibilidade de resposta (Bateson, 1991; 1986/1979; 1985; Bateson e cols., 1980; Grandesso, 2000).

A produção científica resultante da abordagem que primava pelas relações propostas por Bateson e seus interlocutores não representou uma proposição homogênea. Grandesso (2000, p. 124) afirma que a variedade dos personagens incluídos em tal grupo permitiu que um modelo psicoterápico se iniciasse como uma “polifonia que tentava descrever os dilemas humanos, dentro do contexto das interações humanas”, com especial foco para a família.

Em 1959, Don Jackson fundou o *Mental Research Institute*, em Palo Alto, tornando-se seu diretor, despertando o interesse de diversos profissionais, e sendo,

⁶ American Psychiatric Glossary, p. 66, 1994.

inclusive, alguns deles bastante marcantes na história da terapia familiar. Estes, embora compartilhassem a ideia das relações familiares, apresentavam, em suas concepções diferenças teóricas e técnicas advindas de suas referências de base e de suas experiências clínicas. Essa heterogeneidade de olhares e práticas desencadeou o surgimento de diversas escolas de terapia familiar nos anos 60, influenciados pelas ideias que anteriormente descrevemos.

No entanto, um destaque histórico e conceitual é dado à escola de Milão, pelo papel marcante na história da perspectiva relacional em psicoterapia. Algumas das perspectivas advindas desse grupo são hoje reconhecidas como tendo papel histórico e teórico primordial no desenvolvimento da abordagem sistêmica. Dentre elas, figuram a terapia estratégica de J. Haley, a terapia estrutural de Salvador Minuchin e a terapia comunicacional de Virginia Satir (Osorio e Do Valle, 2009, pp. 91-95).

Ressalta-se, também, que estes não são os únicos nomes relevantes na história da terapia familiar sistêmica. Osorio e Do Valle (2009) destacam ainda Lynn Hoffman, na década de 60 e nas décadas de 80 e 90 os trabalhos de Harlene Anderson e Harry Goolishian que tiveram relevância na compreensão do papel de terapeuta e cliente como uma parceria igualitária. Esta perspectiva quase que permeia as diferentes abordagens que estão incluídas sobre o rótulo de terapias relacionais. Nesta mudança paradigmática consideramos em especial destaque o papel de Tom Andersen e seu modelo de equipe reflexiva (Andersen, 1997).

Consideramos importante destacar alguns conceitos básicos e definidores que serviram como pilares da terapia sistêmica familiar (Grandesso, 2000, pp. 1126-127):

- **Globalidade:** Todo e qualquer sistema corresponde a uma totalidade em que as mudanças numa parte do sistema o afetam como um todo

- **Não-somatividade:** Um sistema não pode ser considerado como o resultado direto da soma de suas partes. É necessário considerar o todo em sua complexidade e organização e relações.
- **Homeostase:** Há um processo de autorregulação que mantém a estabilidade do sistema, preservando o seu funcionamento.
- **Morfogênese:** Os sistemas abertos são caracterizados pela capacidade de se relacionar com o meio e, a partir da necessidade gerada por esta relação mudar sua organização.

Considerando estes conceitos e alguns outros como *retroalimentação* e *equifinalidade*, a terapia familiar sistêmica passa a considerar a família como um sistema aberto, caracterizado pela interdependência de suas partes, ou membros, entre si e com o meio, organizando-se a sempre em busca de um certo estado de estabilidade. Partindo desta visão, o sintoma de um indivíduo que se apresenta como paciente identificado é visto como porta voz de uma forma de organização relacional, caracterizada por padrões de interação.

Ao aplicar estes conceitos à relação terapêutica, considera-se que esta funciona como um sistema, que Grandesso (2000) nomeia como o *sistema terapêutico*, considerando as ações tanto de terapeuta como pacientes recursivas, afetando-se de maneira circular. Desta forma, o papel do terapeuta passou a ser desmistificado como *expert* e passou a ser visto como tendo a potencialidade de ser um elemento que em interação com a família gera um sistema terapêutico e passa a demandar a existência de novas formas de organização que facilitam a existência da mudança.

Em nosso estudo, daremos destaque aos estudos conduzidos sobre o enfoque da terapia narrativa. Este modelo psicoterápico surge nos anos 90, sobre a influência do

pensamento construcionista, e seu especial destaque às interações sociais. Este grupo merece um especial relevo em nosso trabalho pois alguns estudos e conceitos específicos construídos nessa perspectiva têm alguns pontos de relação com a perspectiva que defendemos.

5.2- Psicoterapia Narrativa

A pedra angular, histórica e conceitualmente falando, da abordagem que nomeamos terapia narrativa corresponde ao desenvolvimento de um modelo de práticas terapêuticas desenvolvido por Michael White e David Epston na década de 80. Este modelo surge sobre diversas fontes de influência, podendo-se destacar a antropologia cultural, os trabalhos de Gregory Bateson, a teoria literária, especialmente representada pelas ideias de Jacques Derrida e a filosofia crítica, representada pelas ideias de Michael Foucault. Figuram, ainda, como influência da formulação inicial da terapia narrativa o Construcionismo Social de Kenneth Gergen e o sociointeracionismo de Lev Vygotsky.

As perspectivas que exploram as práticas narrativas para explicar e intervir na psicoterapia partem da concepção da realidade como construção social (Gergen & Warhuus, 2007) e da psicoterapia como construção conversacional que leva à criação de novas narrativas. Entende-se nesta perspectiva, também, que as pessoas constroem sentidos e significados para sua experiência de forma seletiva, atribuindo importância a algumas experiências e negligenciando outras ou deixando-as em menor destaque (Grandesso, 2000; Payne, 2000; Santos & Gonçalves, 2009).

Estes sentidos, construídos nas relações sociais, são centrais para a vida e para os relacionamentos das pessoas. Eles são construídos em uma dimensão que é histórica e fruto de negociações constantes nas relações significativas das pessoas e no contexto

das estruturas e instituições sociais que dão sentido a nossa existência (White, 1991).

A trajetória pessoal dos indivíduos é, nesta abordagem, permeada de múltiplas histórias, havendo uma história dominante (Neimeyer, Herrero & Botello, 2006) e aquelas que assumem um papel secundário ou subordinado, com uma diversidade de alternativas narrativas. Dentro dessa perspectiva, assume-se a premissa de que como construtores de uma versão sobre sua existência, que dá sentido a suas vivências, as pessoas são especialistas em suas próprias vidas, possuindo competências, valores, crenças e recursos para modificar suas perspectivas e construir novos significados.

Em nosso estudo, entendemos que estas características não dizem respeito apenas às narrativas que circulam no setting psicoterápico, mas ao discurso que circula em psicoterapia, no geral. Os discursos que circulam na psicoterapia, independentemente de sua forma, sustentam determinados valores sociais que estão na base das ações do indivíduo no mundo.

Grandesso (2000) afirma que as narrativas são construções complexas que se estruturam ao redor de tramas temáticas, possuindo um primeiro plano que funciona como figura e um segundo plano que funcionaria como fundo. Isto remete ao fato de que, embora existam narrativas que assumem o protagonismo e narrativas secundárias, estas não são estáticas, mas sempre oferecem elementos para serem reconstruídas. Isto, visto que o “mundo da experiência é sempre mais rico do que qualquer possibilidade de discurso que possamos fazer sobre ele” (p.206).

De acordo com as abordagens que assumem a metáfora do sujeito como narrador, para compreender o que se passa no processo de significação da experiência, ao construírem as estruturas discursivas que dão sentido a sua experiências, muitas

vezes as pessoas trazem versões chamadas monológicas (Gonçalves, Matos & Santos, 2009b; Matos, Santos, Gonçalves e Martins, 2008), ou saturadas pelo problema que consideram como tendo caráter central em suas existências (White, 1991; Payne, 2000).

Estas narrativas denominadas monológicas ou saturadas causam a diminuição da flexibilidade na organização do fluxo da experiência da vida diária. As versões dominantes da realidade se tornam uma forma restritiva de atuar, sentir e pensar e torna toda possibilidade de dinamizar a percepção da realidade secundária, trivializada ou ignorada (Gonçalves & cols. 2009; Santos & Gonçalves, 2009).

A predominância das narrativas saturadas é, no entanto, contraposta por momentos de inovação que emergem, embora num primeiro momento não tenham papel central (Gonçalves, Matos e Santos, 2009). Um momento de inovação se refere à emergência de sentimentos, pensamentos, episódios ou projetos que se diferencia da forma ou da lógica que domina o discurso principal, que se repete. Segundo Santos e Gonçalves (2009), estes momentos de inovação são oportunidades, tanto na vida diária, como especificamente na psicoterapia, de desafiar a forma dominante de narrativa pessoal.

Santos e Gonçalves (2009) ressaltam que, na psicoterapia, o paciente traz o seu entendimento sobre um determinado problema, expresso numa ou mais narrativas consideradas problemáticas ou saturadas. Estas parecem ser compostas por regras ou leis que constituem sua visão de mundo e entendimento de suas experiências. Estes parecem funcionar como macro-organizadores dos significados pessoais (Josephs & Valsiner, 1998).

Estes macro-organizadores de significado funcionam num nível abstrato que instrumentalizam a organização da experiência, dando-lhe um sentido pessoal. Santos e

Gonçalves (2009) destacam que há situações e quadros em que não há um enquadre referencial que organize a experiência. Isto se aplicaria, por exemplo, a estados psicóticos e outros quadros nomeados como desordens de personalidade. No entanto, há uma recorrência de processos em que pessoas lidam com situações de suas vidas a partir desses macro-organizadores criando estritas restrições à construção de novos significados, causando o insucesso de novas formas potenciais que levam ao desenvolvimento da novidade. A psicoterapia seria, neste contexto, uma possível forma de desafiar estes macro-organizadores.

A mudança em psicoterapia ocorreria quando os momentos de inovação são potencializados. Alguns teóricos sugerem que o terapeuta deve enfatizar, na conversa com o paciente, os momentos de inovação (Freedman & Combs, 1996). Entende-se, portanto, que a elaboração dos momentos de inovação permite ao paciente construir uma nova Gestalt, a partir da transformação da narrativa saturada por nova narrativa menos monológica. Segundo Gonçalves, Matos e Santos (2006), os momentos de inovação são caracterizados por uma natureza dinâmica, processual e múltipla que viabilizam momentos em que o novo emerge em pequenas mudanças significativas que vão se constituindo como “marcadores” do desenvolvimento da mudança nas narrativas.

Embora o conceito de momentos de inovação pertença ao campo conceitual da terapia narrativa, a diferença no enfoque dado por Gonçalves está na construção de estudos que têm como objetivo entender o processo a partir do qual momentos de inovação conduzem o sistema de relações à mudança. Este interesse em compreender processos de mudança não tem estado circunscrito apenas ao processo psicoterápico, mas a eventos da vida cotidiana em que a mudança parece emergir em padrões de ação, sentimentos e relação (Ribeiro e Gonçalves, 2011). A compreensão de fenômeno aqui empregada baseia-se na abordagem semiótica-dialógica, que permite a integração do

desenvolvimento do novo no diálogo, permitindo a construção de novos significados.

Nesta percepção, repete-se a noção, presente em estudos em psicoterapia, de que a polivocalidade do *self* é inerente ao funcionamento psicodinâmico do sujeito (Trzebinska & Gabinska, 2008). No enfoque especificamente narrativista, parte-se, então, da premissa que a exclusão de vozes não dominantes e o domínio de uma narrativa é problemática, na medida em que produz redundância e estagnação no processo de desenvolvimento do indivíduo, a partir de uma *monologização* do *self*. Os momentos de inovação aparecem, neste cerne, e são compreendidos como um sinal de que a supressão total do caráter dialógico do *self* não é totalmente bem-sucedida. Havendo, portanto, sempre a possibilidade de criar o novo.

Gonçalves, Matos e Santos (2009a) desenvolveram um sistema de codificação dos momentos de inovação que pode ser aplicado a contextos em que se estuda a emergência da mudança em processos de natureza discursiva como sessões terapêuticas, entrevistas e biografias, especialmente quando essas produções discursivas são registradas em vídeo, no momento de sua ocorrência. Os cinco tipos de momentos de inovação, que passaremos a chamar de MI (ação, reflexivos, protesto, reconceptualização, novas experiências) possuem diferenças entre si, que são definidas pelos autores a partir de alguns marcadores discursivos.

Os MI-Ação se caracterizam por ações ou comportamentos que desafiam o problema trazido nas narrativas saturadas. Os MI-reflexivos são pensamentos, intenções, interrogações e dúvidas que indicam a compreensão de algo novo e que não legitimam o problema. Os MI-protesto são momentos de dissidência atitudinal concretizados, planejados ou projetados. Os MI-reconceptualização são caracterizados por uma descrição processual a nível metacognitivo. Por fim, Os MI-novas experiências

são aqueles que fazem referência a novas pretensões, experiências/atividades ou projetos em curso ou antecipados como consequência da mudança. Alguns estudos foram construídos, fazendo uso deste sistema de codificação como ferramenta metodológica.

Gonçalves, Matos e Santos (2009b) destacam que os MI funcionam como se fossem uma exceção aberta dentro de uma *regra* de funcionamento (narrativas saturadas). Esta exceção tem a potencialidade de criar uma nova regra de funcionamento que permeie a emergência de novas narrativas. Gonçalves, Matos e Santos também perceberam que algumas formas de momentos de inovação funcionam como vozes que estão na sombra do discurso dominante. Eles destacam o papel da reconceptualização como facilitando a sustentação da mudança. Este tipo de inovação na narrativa parece conduzir a um processo de autoria.

Gonçalves, Loura, Ribeiro, Santos e Matos (2010) conduziram, também um estudo sobre um caso de insucesso. Neste estudo, os autores ressaltam que não basta o feito de que momentos de inovação apareçam nas trocas estabelecidas no *setting* psicoterápico. O potencial de mudança de tais inovações pode não se desenvolver quando ao longo da terapia estes momentos são desvalorizados, negados ou trivializados em seu valor transformador, a partir de um processo que é fortemente marcado pela ambivalência e que, do começo ao fim, anuncia uma oscilação entre a novidade e o retorno ao funcionamento recorrente.

É muito clara pra nós a possibilidade de estabelecer uma relação com algumas ideias sobre o processo de mudança defendida neste projeto e os estudos realizados por Gonçalves. A forma como os momentos de inovação são visualizados é coerente com uma visão da mudança como processual, dinâmica e criativa.

Esta concepção firma, também, a visão do diálogo como recurso para a mudança, pois situa as trocas entre os parceiros como conversação dialógica e como o contexto em que terapeuta e clientes exploram suas versões da realidade e constroem ou potencializam novas possibilidades de sentido, ao construírem e experimentarem possibilidades alternativas de significado (Grandesso, 2000). As trocas que se estabelecem no *setting* psicoterápico passam a funcionar como possibilidades de desconstruir sentidos que ancoram a significação da experiência, tanto do terapeuta como do paciente. Isto ocorre com o terapeuta quando, por exemplo, o seu conhecimento objetivo de especialista (objetivo, no sentido de perceber o outro como objeto de uma leitura preestabelecida sobre ele, seu sintoma, etc.) é posto em contato com o conhecimento experiencial e relacional, fruto das constantes negociações que exigem de todos os parceiros flexibilidade. É neste contexto que entendemos que o enfoque histórico-relacional se insere como uma possível contribuição para o estudo da psicoterapia. Esta abordagem permite olhar para os parceiros relacionais acompanhando a construção microgenética de um espaço de trocas em que ambos constroem uma história comum.

A seguir, veremos duas tentativas de dialogar o modelo EEA com os estudos de Gonçalves sobre o processo de construção da mudança, a partir dos momentos de inovação. Na primeira, são explorados pontos de encontro entre esta perspectiva e o modelo EEA. Na segunda, apresentamos um artigo em que Lyra (2011) faz uma tentativa de contribuir com a experiência do estudo microgenético da mudança adquirida no modelo EEA, discutindo as possíveis contribuições dos estudos da comunicação na primeira infância para a compreensão da mudança nas trocas em psicoterapia.

5.3- Modelo EEA e Momentos de Inovação- Uma possibilidade de diálogo

Sob o título *Momento de Inovação em Psicoterapia: O que podemos aprender com os estudos do desenvolvimento?*, Gonçalves (no prelo) desenvolve um comentário sobre as contribuições dos estudos da comunicação no início da vida para o estudo do processo de mudança em psicoterapia. O autor enumera alguns pontos de proximidade entre os estudos da comunicação no início da vida e os momentos de inovação.

Em primeiro lugar, Gonçalves afirma que um olhar cuidadoso para a emergência de MI no diálogo terapêutico permite perceber que a significação é constantemente negociada pelos participantes do *setting* terapêutico, numa semelhança ao que ocorre nos diálogos no início da vida, em que as trocas são organizadas a partir de recortes dialógicos (ver introdução deste estudo). Nesta comunicação, o autor também sugere, a partir da apresentação de alguns dados de estudos, que é importante entender, num nível microgenético, como se dá a passagem para a construção de novas narrativas que não só sirvam como alternativa às narrativas saturadas, mas que ocasionem a mudança.

Um outro evento de contribuição desta parceria surge a partir da apresentação de um artigo por Ribeiro e Gonçalves (2011) em que estes autores se propõem a olhar a transformação e manutenção de self-narrativas problemáticas, a partir de uma abordagem semiótico-dialógica. Nesse estudo, os autores propõem que quando a incerteza da inovação é excessivamente ameaçadora, ocorre uma atenuação dos significados possíveis da novidade e um rápido retorno à narrativa dominante.

Partindo da premissa dialógica, os autores perceberam que o dinamismo entre uma voz dominante e uma voz que traz a inovação não dominante é cíclico e bloqueia o desenvolvimento do *self* e o desenvolvimento da mudança. No estudo em questão, os autores analisam um processo psicoterápico bem-sucedido procurando entender o

dinamismo entre a voz dominante e aquelas que são não-dominantes. Como conclusão do estudo, Ribeiro e Gonçalves (2011) identificam um escalonamento das vozes inovadoras, inibindo o domínio da voz dominante. Eles apontam também para uma negociação entre as vozes inovativas e a dominante engajando-se num processo dialogado. Esta conclusão aponta para a premissa de que um processo psicoterápico bem-sucedido não implica na substituição de uma voz dominante por outra, mas na possibilidade de negociação e coexistência de múltiplas vozes.

Lyra (2011), ao comentar este estudo, lança algumas questões como contribuição para o estudo de Ribeiro e Gonçalves, propondo uma inclusão e implicação maior do terapeuta e de seu lugar nas trocas. A autora identifica um momento inicial do processo psicoterápico como marcado pela presença de narrativas paralelas, uma do paciente que se apresenta saturada, e a outro do terapeuta que não consegue penetrar o mundo do cliente. A autora propõe a tentativa de analisar a construção de significado nas trocas entre paciente e terapeuta, percebendo como na emergência dos primeiros momentos de inovação a relação se modifica qualitativamente.

Posteriormente, Lyra aponta para a possibilidade da identificação do momento em que o diálogo se torna mais estável, caracterizando-se pela clara alternância de turnos, o que mostra um mútuo início de um processo de entendimento e negociação. Um último passo proposto seria o de analisar a emergência de narrativas que equilibram o dinamismo das trocas.

Entendemos que várias contribuições são possíveis, a partir dos estudos do desenvolvimento da comunicação no início da vida para o estudo da psicoterapia como fenômeno processual. Nosso estudo se insere neste contexto como uma possibilidade de exercer um olhar relacional e microgenético sobre o processo psicoterápico,

priorizando os momentos de transformação e considerando o curso da relação.

A partir deste enquadre, apresentaremos o nosso plano metodológico, que traduz a forma como os conceitos presentes neste estudo foram aplicados.

6. Plano metodológico

O estudo que propomos tem como foco principal compreender, a partir da perspectiva histórico-relacional, a forma como se processa a transformação da relação entre terapeuta e paciente. Estas trocas são compreendidas como configurando um sistema complexo de relações, caracterizado por trocas correguladas. A partir do dialogismo proposto por Bakhtin (2003), compreendemos esta relação como construtora dos *selves* envolvidos no processo e como contexto a partir do qual as mudanças podem ser entendidas.

Este estudo teve como objetivo principal a identificação de possíveis padrões de organização nas trocas estabelecidas entre terapeuta e um casal de pacientes. Este objetivo se desdobrou nos seguintes pontos, ou objetivos específicos:

- a) Perceber que características compõem os padrões de organização e como estes vão se transformando na medida em que novos padrões de organização da comunicação emergem;
- b) Entender como ocorre a elaboração ou ampliação de elementos inovadores que sejam construídos na relação;
- c) Perceber a ocorrência de trocas abreviadas e se estas aparecem como um padrão específico ou como característica da relação, a partir de determinado momento;
- d) Entender como as trocas abreviadas modificam qualitativamente a relação terapêutica;
- e) Estabelecer, a partir da análise microgenética do processo psicoterápico em foco, as bases para um futuro diálogo que permita entender a relação entre

a construção de padrões de organização, ao longo da psicoterapia, e a emergência de momentos de inovação.

Tendo apresentado os objetivos deste estudo, nos propomos a uma breve discussão de algumas escolhas metodológicas realizadas, buscando sempre uma relação coerente entre essas escolhas e os pressupostos teóricos assumidos neste estudo.

6.1- Estudo de Caso

O uso do estudo de caso como método de pesquisa é aplicado à psicologia desde os seus primórdios. Yin (2005) Destaca a forma como o estudo de caso permite estudar um fenômeno situando-o em seu contexto de ocorrência. O autor também pontua que o estudo de caso é uma opção metodológica para estudos que envolvem perguntas relacionadas a como e porque um determinado evento se processa de uma forma.

Apesar de existir, enquanto método, ao longo de toda a história da psicologia, uma discussão que ainda figura sobre a utilização dos estudos de caso diz respeito às possibilidades que este oferece de generalizações. Em nosso entender, um autor que contribui para esta discussão é Kurt Lewin (1935) que propõe que para que a psicologia avance, deve-se saber lidar com a dualidade entre o estudo de médias representativas e o estudo dos casos individuais.

Lewin (1944/1951) propõe que os casos individuais sejam tratados como governados por leis comuns a outros casos, desta forma eles podem ser vistos como tendo um papel relevante para a construção das leis gerais, e não serem tratados como

respondendo, apenas, à singularidade dos fenômenos. Para este autor, estudos de casos estariam no início e precisariam estar contidos, também, no fim da construção científica. Lewin (1936) considerava que as leis gerais construídas na teoria deveriam ser aplicadas a casos individuais, pois estes teriam o poder de testar e modificar e/ou ajustar os modelos teóricos.

Lewin (1936) destaca a relevância de estudos de caso para a validação de leis científicas e também propõe que a oposição entre o desenvolvimento de conceitos universais e casos individuais deveria ser uma discussão superada. Na concepção deste autor, leis e casos singulares tinham uma relação íntima e a contribuição destes deveria assumir um significado novo e fundamental para a ciência. Este pensamento dá uma nova dimensão ao estudo de casos, pois estes são, muitas vezes, tratados como exploratórios ou até com o valor de uma curiosidade, ou de exceção. Neste sentido, pode-se afirmar que ao falar em generalização, enquanto propósito do estudo científico, é preciso discernir as diferentes formas de generalizar exercidas na ciência e a coerência destas com quadros conceituais diferentes. É possível, por exemplo, identificar pelo menos dois tipos de generalização de dados empíricos.

Um tipo de generalização mais comum em estudos nomeados como levantamentos (*survey*) é análise de dados. Um exemplo deste tipo de estudo é a generalização estatística (Yin, 2005). Outro tipo de generalização é a generalização analítica. Neste tipo de generalização os dados empíricos são parte da construção de um posicionamento ou modelo teórico (Yin, 2005). Ao utilizar o estudo de um caso ou múltiplos casos o objetivo é que este sirva como argumento empírico (Stake, 1995).

Lewin argumenta a favor deste tipo de generalização, nomeada por Yin (2005) como generalização analítica, a partir do estudo de caso. O argumento utilizado por ele

é que se o evento particular é tratado como governado por uma lei, que diz respeito à natureza desse evento, o mesmo teria o poder de “testar” a validade dessa lei, o que o estudo de médias não faria, pois este se apega a porcentagens representativas. O estudo de caso representaria, portanto, situações concretas em que tais leis se aplicam, tendo o poder de demonstrar como o evento atual se deriva da generalidade de leis propostas por um modelo teórico (p.12-13) .

Crawford e Valsiner (1999) consideram que o estudo de caso permite uma análise empírica detalhada de um fenômeno, mas, também, uma descrição teórica minuciosa, ao tornar possível perceber a adequação dos constructos teóricos para o entendimento do objeto em estudo. Este objetivo é implementado a partir de repetidas observações de eventos únicos.

Lewin também apresenta um outro posicionamento sobre esta premissa. Ao abordar a transição do pensamento aristotélico para o pensamento galileico, ele nomeia a dependência da psicologia de leis estatísticas como sendo um protótipo do pensamento aristotélico. Neste tipo de raciocínio, é a própria classificação do fenômeno que define a essência do seu conhecimento e da sua explicação. A psicologia dinâmica que Lewin nomeava “galileica” não opõe a validação de um construto científico e o estudo de casos individuais (Lewin, 1935, p.1; Ash, 1995, p.269).

Neste segundo modo, em vez de computar a média que resume sucessivos casos de um mesmo fenômeno, pesquisadores focariam seus estudos em situações em que fatores determinantes da estrutura dinâmica de um fenômeno psicológico podem ser claramente entendidos.

Fogel e Cols. (2006) e também Thelen & Corbeta (2002) argumentam sobre a forma como o estudo de caso permite que se escrutine detalhadamente um processo, entendendo como a mudança ocorre, pela possibilidade de realizar múltiplas e

intensivas observações. O uso do estudo de caso permite ao pesquisador o foco nas transições entre etapas ou períodos do desenvolvimento, podendo entender as transformações sofridas por um fenômeno e percebê-lo em seu contexto de relações, tanto em seus aspectos comuns a outros casos, como em suas particularidades específicas.

No nosso estudo, entendemos que o estudo de caso se aplica ao objetivo de estudar as microtransformações que ocorrem nas trocas psicoterápicas para entender como se processa a mudança. No entanto, além do estudo de caso se adequar ao nosso objetivo o uso de outras ferramentas metodológicas adequadas ao objetivo proposto se faz necessário. Para isto, propomos a realização de análises microgenéticas, a partir da aplicação do método microgenético a contexto da comunicação humana.

6.2- O Método Microgenético

As análises microgenéticas se aplicam ao estudo da mudança, seja em seus aspectos qualitativos ou quantitativos (Siegler & Crowler, 1991; Crowler, 1991; Siegler, 1995). Este método é visto como adequado por alguns autores que estudam o desenvolvimento porque permite considerar a passagem do tempo sobre os fenômenos processuais, considerando a escala do tempo real (Pantoja, 1996; Thelen & Ulrich, 1991). Além disto, estas análises permitem a compreensão dos momentos de transição entre padrões de organização, permitindo considerar o tempo do desenvolvimento.

Este método, no geral, é aplicado a estudos realizados com registros videográficos, que permitem ao pesquisador capturar elementos que são parte das trocas estabelecidas na comunicação que são muitas vezes relegados. Por esta razão, os estudos que assumem a perspectiva histórico-relacional o consideram adequado ao

estudo de processos. As análises microgenéticas são feitas a partir de alguns passos como assistir inúmeras vezes os registros, considerar a cronologia dos fatos e construir uma narrativa que condense a história da relação (Lavelli e cols., 2005).

Além disto, a possibilidade de ir e vir na observação dos registros em vídeo, permitem múltiplos tipos de análise de um mesmo aspecto relevante para a investigação, assim como permite perceber elementos não focalizados, mas que após diversas observações se mostrem relevantes (Granot & Parziale, 2002).

Um ponto importante a ressaltar é que, embora o método de análise microgenética seja oriundo dos estudos do desenvolvimento, este se aplica a estudos que partem da perspectiva histórico-relacional para estudar trocas interpessoais, em geral, num contexto de comunicação, em que se busca escrutinar a trajetória da relação. No nosso estudo busca por padrões de organização das trocas estabelecidas entre paciente e terapeuta, o que requer que pequenos intervalos de tempo sejam capturados e analisados, nos leva á compreensão de que a junção do método microgenético com o estudo de caso são propícios, pelas razões que apresentamos.

Uma vez que discutimos de forma breve as escolhas metodológicas realizadas neste estudo, seguiremos com uma sequencia das descrições relativas a implementação deste estudo.

6.3- O setting e os participantes

Este estudo foi realizado a partir do uso de registros videográficos de um processo de psicoterapia de casal pertencentes a um banco de dados de um centro de

pesquisa de uma universidade pública brasileira. Participaram do processo psicoterápico um casal, em que a esposa é diagnosticada pelo serviço supracitado como vivenciando uma depressão pós-parto, e a terapeuta, com a presença do bebê do casal, na abordagem de psicoterapia breve de pais com bebê. A presença do bebê no setting psicoterápico é justificado no modelo de atendimento, pelo objetivo de acompanhar o desenvolvimento do bebê e as mudanças ocorridas na interação deste com seus pais, ao longo do processo.

Os dados estão organizados em 10 sessões, tratando-se de um formato psicoterápico breve. As sessões ocorreram com a frequência de uma sessão semanal com duração de uma hora, aproximadamente. Estas foram registradas pela terapeuta com autorização do casal, submetido ao conselho de ética da universidade onde foi realizado e seguindo os ditames do código de ética do psicólogo.

No serviço público em que os dados foram registrados, os atendimentos são organizados em entrevistas particulares com cada um dos cônjuges, em separado, para depois iniciar as sessões propriamente ditas. Para fins de delimitação, farão parte de nossa análise apenas as sessões psicoterápicas.

6.4- O registro dos dados

Os dados deste estudo foram registrados em vídeo e áudio e transcritos pela equipe que desenvolveu o estudo. As transcrições inicialmente feitas foram modificadas neste estudo, focalizando alguns aspectos que tinham relevância em nosso trabalho e que não foram destacados nas interações anteriores.

6.5- *Processo de análise*

Os dados obtidos foram analisados microgeneticamente, a partir das seguintes etapas:

- i) Primeiro contato com os dados videográficos: Esta etapa foi caracterizada por um contato inicial com os dados sobre a única orientação de adquirir familiaridade com os dados e estabelecer as primeiras observações. Neste momento inicial, buscávamos, a partir da teoria, destacar aspectos que chamassem nossa atenção, especialmente sobre a dinâmica das trocas e definir que elementos compunham o sistema de comunicação em questão. Neste momento, foram feitas anotações pontuais sobre aspectos que chamaram a atenção e que foram utilizadas posteriormente para identificar possíveis padrões de organização das trocas. Estas anotações iniciais foram também objeto de discussão com a orientadora deste projeto e com colegas do Laboratório de Linguagem e Comunicação na primeira infância (LabCom).

- ii) Identificação de diferentes eventos de troca: Após um primeiro contato com os dados, retornamos a observá-los mais detalhadamente, em busca de eventos que pudessem ser definidos como microprocessos ou eventos específicos dentro das sessões psicoterápicas. Percebeu-se que estes eventos eram definidos por sua temática, o que também é asseverado pela teoria (Grandesso, 2000). Ao perceber a relevância das temáticas, passamos a considerá-las nossa unidade de análise. A partir desta constatação, considerou-se o início e o fim das trocas sobre cada temática, que ocorriam em cada sessão terapêutica. Estas foram nomeadas episódios temáticos. Consideramos, também, nesta etapa, a forma como ocorria a transição entre uma temática e outra. Observamos se estas transições ocorriam de forma abrupta ou suave (com certa continuidade).

- iii) Identificação e classificação de possíveis padrões de comunicação : Após definir os eventos de troca a partir das temáticas predominantes,

buscamos identificar possíveis padrões de organização das trocas. Neste momento, retornamos aos registros videográficos, acompanhados das transcrições, buscando identificar aspectos semelhantes que pudessem apontar para a existência de padrões de troca que se repetissem ou predominassem. Estes serão apresentados como parte dos resultados deste estudo. Nesta etapa, buscou-se também fazer uma microanálise de cada padrão de organização, a fim de detalhar as características de cada tipo.

iv) Seleção e discussão de exemplos de cada padrão de organização das trocas identificados: Nesta etapa foram selecionados exemplos que ilustravam as principais características de cada padrão de organização das trocas, ressaltando as características de cada padrão.

v) Construção da história cronológica da relação fazendo uma tentativa de entender sua trajetória: De posse da análise proveniente das etapas antecedentes, buscamos construir uma sequência dos dados, organizando uma espécie de narrativa que nos permitisse entender o que muda na forma de construir a comunicação do início à última sessão do processo psicoterápico. Nesta etapa foram identificadas também as temáticas que mais se repetem e, como ilustração, procuramos perceber o que se modificava quando cada uma dessas temáticas retornava a predominar.

A partir da sequência de etapas de análise acima descrita, construímos nossa apropriação dos dados deste trabalho, levando sempre em conta os objetivos propostos e os posicionamentos teóricos assumidos.

7. Apresentação e discussão dos resultados

Neste capítulo, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa realizada neste trabalho. Como ressaltamos em nossos objetivos, nossa busca é por destacar a emergência de padrões de organização e entender a trajetória da relação ao longo do processo psicoterápico. Embora houvessem entrevistas iniciais com os participantes do processo psicoterápico, a psicoterapia foi considerada como tendo seu início na primeira sessão. A última sessão foi considerada também como o fim do processo psicoterápico, não obstante, houvesse ainda, ao final do processo, duas entrevistas e a observação da interação dos pais com o bebê. Estas etapas, no entanto, foram consideradas como sendo etapas de avaliação.

7.1- *O início de tudo*

Em nossa análise, damos destaque à primeira sessão psicoterápica, procurando entender como se dá o engajamento dos parceiros de comunicação no *setting* psicoterápico. Neste tópico definimos nosso sistema de relação interpessoal e pontuaremos algumas características do início do processo. O destaque que damos à primeira sessão se justifica pela forma como esta se mostra relevante e significativa na emergência de microprocessos relevantes para a continuidade do processo. Há nela, também certas características que nos permitem perceber a forma como a relação terapêutica vai se desenvolvendo e ganhando forma própria de comunicação.

a) O sistema de trocas

Ao longo do processo psicoterápico, fica claro que o sistema neste processo psicoterápico é composto pelas trocas desenvolvidas ao longo das sessões pelo casal, Maria e Fernando⁷, e a terapeuta. Neste sistema há a peculiaridade do bebê, Murilo, ser parte integrante do ambiente e contexto em que as trocas se processam, devido ao

⁷ Os nomes do casal participante do processo psicoterápico foram substituídos por nomes fictícios com o intuito de preservar suas identidades. Mantemos também em sigilo o nome da terapeuta, pela mesma razão.

modelo de atendimento e ao serviço em que ele é disponibilizado. Em alguns momentos, a presença do bebê trás para o *setting* algumas particularidades como episódios em que o pai se afasta para trocá-lo, ou os participantes interagem com ele brincando, alimentando-o ou dirigindo-lhe a palavra. O sistema de trocas inclui diversos elementos como gestos, entonação e a própria configuração espacial do *setting*, bem como outros aspectos que serão introduzidos a seguir. No entanto, as trocas verbais se sobrepõem, pois é nelas que ocorre o recorte daquilo que aparece como objeto central das trocas, as temáticas centrais, que escolhemos como eventos de nossa análise.

b) A tentativa de estabelecimento imediato das trocas

A primeira sessão do processo psicoterápico se inicia com a tentativa imediata de estabelecimento das trocas. Os participantes dão início ao processo já propondo elementos de troca que parecem passíveis de serem partilhados. A introdução destes elementos ou propostas temáticas são facilmente aceitas pelos outros integrantes. Primeiro, são feitos comentários relativos à gripe que está assolando a família:

- Exemplo 1

Sessão 1

Episódio temático 1

Terapeuta: (risos)

Fernando: (fala inaudível)

Maria:(com bebê no colo): Ainda não

Fernando: (...) Interagindo muito com ele (resto de fala inaudível)

Maria: A gripe pega, não adianta

Terapeuta: Às vezes não (põe o gravador num lugar próximo)

Posteriormente, os participantes da sessão estabelecem como temática a presença dos filhos do casal na cama do casal:

- Exemplo 2

Sessão 1

Episódio temático 2

Fernando: (Olhando para o bebê que tem o rosto virado para ele) Que foi?

Maria: O Murilo gosta, de vez em quando, de passar a noite fora, né Murilo?

(Bebê balbucia)

Maria: Fora do teu Berço

Terapeuta: (risos) Ah é?

Fernando: Ele gosta de dormir um soninho com papai e mamãe

Maria: Ele gosta de passear na cama do pai e da mãe!

Terapeuta: No meio da noite ou no início?

Maria: No meio da noite (olhando para o bebê sentado em seu colo de costas para ela)

Terapeuta: No meio? E daí tu dá o mamá pra ele deitadinho na cama?

Maria: Deitado é. Daí ele fica

Terapeuta: Claro! Ainda mais que...

Maria: Mas ele esperneia muito também. Logo eu já me estresso. Pô tu vai pro teu berço!

Fernando: É. Ele se mexe muito!

Terapeuta: (risos) Cada um na sua caminha, né Murilo? (risos)

Maria: (Olhando pra Fernando): Mas a outra também de vez em quando, né? ``Por favor, por favor, deixa eu dormir aqui`` Tadinha. Daí eu (inaudível)

Terapeuta: Sim! Se o Murilo pode ela também pode, ué!

Maria: (Inaudível) ...só mais um pouquinho

Fernando: Não, mas isso não é por causa do Murilo, não.

Terapeuta: Ah, sempre foi?

Maria: Sempre queria dormir na nossa cama.

Neste primeiro momento, percebe-se que as tentativas para eleger um elemento

(uma temática) e a partir desse elemento estabelecer as trocas é rapidamente transformada em uma sequência de ações responsivas. Parece haver uma potencialidade para que algo em comum seja estabelecido, quase que num caráter de imediatez. No entanto, nestes primeiros episódios temáticos, o estabelecimento das trocas parece ser um processo exploratório e aleatório, até que se chega a uma temática em que, por tratar de um conteúdo de forte carga afetiva do conteúdo, os integrantes conseguem explorar uma gama maior de possibilidades de trocas a partir dela.

Uma característica que permite perceber esta aleatoriedade e caráter exploratório é a passagem de uma temática a outra até chegar ao quinto episódio temático. Percebe-se que a passagem de uma temática a outra ocorre de forma abrupta nestes momentos iniciais do processo, sem que haja uma integração ou elo de ligação entre as temáticas. A dinâmica das trocas parece ser composta por um estabelecimento de temática, a exploração ou não dessas temáticas, e a passagem para uma próxima que ocorre sem que se estabeleça uma conexão entre estas. Exemplificaremos este fato com dois trechos que consideramos serem transições de uma temática a outra:

Exemplo 3-

Passagem do episódio 1 ao 2 na 1ª sessão

Maria: A gripe pega, não adianta

Terapeuta: Às vezes não (põe o gravador num lugar próximo aos participantes da sessão)

Fernando (Olhando para Murilo que tem o rosto virado para ele): Que foi?

Maria: O Murilo gosta de vez em quando de passar a noite fora, né Murilo, (bebê balbucia).

Maria: Fora de teu berço

Terapeuta: (risos) Ah é?

Fernando: Ele gosta de dormir um soninho com o papai e a mamãe

(...)

Exemplo 4-

Passagem de episódio temático 2 ao 3 da 1ª sessão

Fernando: (Falando sobre habito da filha mais velha de também “visitar” a cama dos

pais) Não! Mas isso não é por causa do Murilo, não.

Terapeuta: Ah, sempre foi?

Maria: Sempre queria dormir na nossa cama

Terapeuta: E como é que vocês passaram essa semana?

Maria: Eu passei normal

Terapeuta: Normal? Uhum...Chegaram a conversar alguma coisa sobre o que vocês tinham conversado aqui?

(...)

Estes exemplos ilustram os momentos iniciais da primeira sessão, em que as temáticas são estabelecidas e exploradas, sem que exista uma suavidade na passagem de uma troca a outra e sem que haja uma continuidade entre estas. No primeiro exemplo, os pais conversam com a terapeuta sobre os integrantes da família que estão gripados e Maria introduz a temática do hábito dos filhos de, durante a noite, irem ou quererem dormir com os pais. No outro exemplo, se desenvolve a última temática que citamos (filhos dormindo com os pais) e a terapeuta introduz uma pergunta sobre o estado do casal. Neste momento, as trocas parecem circular em diferentes temáticas sem relação até que se chega a uma em que os participantes conseguem se engajar de forma mais continua.

É importante salientar que em outros momentos há transições abruptas ao longo do processo psicoterápico, mas elas sempre ocorrem porque um participante inicia ou retoma um outro tópico ou quando as trocas são estabelecidas e não prosperam. No entanto, nesta sessão em específico, há um diferencial que é o predomínio de transições abruptas no início da sessão (em cinco episódios temáticos em sequência). Apenas quando se passa a discutir a vivência do casal na atualidade, há transições mais suaves entre as trocas e as temáticas parecem manter uma sequência de continuidade entre si :

- Exemplo 5

Sessão 1

Episódio temático 7 (transição para episódio temático 8)

Terapeuta: Vocês devem ter passado com a Amanda

Fernando: Apesar...apesar que com a Amanda a gente era mais, meio, meio

doido, ainda, né?

Terapeuta: Mas vocês tinham família que cuidava mais, talvez.

Fernando: Que nada! Nós levava ela (...)

Maria: Nós levava ela...É isso, sabe? É isso que eu vejo que mudou muito em mim

Terapeuta: Ahã!

Maria: Né? Com a Amanda...A Amanda tinha acho que dias , a gente foi pra um baile

Fernando: Se mandou pro interior!

Maria: É! Ajuntou tudo que foi casaco, a gente botou numa cadeira lá nos bancos , a Amanda dormiu a noite inteira lá e a, e a gente dançou e se divertiu, né? Mas eu me sentia bem, me sentia à vontade pra fazer isso. Agora eu não me sinto...eu não quero fazer isso, né? E por isso que eu acho assim, ó: Tô empatando o Fernando porque eu tô só segurando ele ali. Porque eu penso que ele é um homem novo, ele quer sair, ele quer se divertir e eu não quero. Por isso que eu pensei que não faz muito sentido ficar junto, mas ele disse que não é pra mim falar mais isso.

Fernando: Mas tu sabe que minha diversão (...) é contigo!

Maria: Pois é. Mas quanto tempo tu vai aguentar?

Fernando: Não sei até o dia que eu esticar as canelas

Maria e Terapeuta: (risos)

Fernando (Inaudível) E eu acho tão engraçado ela achar que eu vou (...) nela, que eu vou desistir dela. Que eu vou embora!

Terapeuta: E já houve separação entre vocês? Não?

Maria: Nem perto do que a gente tá passando agora

(...)

No episódio temático 7 , a terapeuta faz uma observação sobre o fato de Maria e Fernando poderem ter vivenciado algo similar ao que vivem nesse momento com o filho pequeno Murilo, antes, quando a filha mais velha (Amanda) nasceu. Começa-se a

explorar a forma como os primeiros dias com a filha pequena foram vivenciados. É estabelecida uma conexão com o momento atual e com a possibilidade de que a vivência atual tenha como consequência, ou não, a separação. Então, uma nova temática começa a dominar a conversa: A existência de alguma separação, ou experiência semelhante na história do casal. Diferente dos primeiros exemplos dados, é possível perceber que neste momento as trocas passam a funcionar tendo uma certa continuidade e suavidade na passagem de uma temática a outra.

c) A não penetração dos discursos

Uma outro aspecto que marca os primeiros episódios de troca é o constante retorno de algumas temáticas. Ao alargar a observação para a relação e, não apenas para a fala dos pacientes, ou daquele considerado o paciente identificado, é fácil perceber que há 3 posicionamentos ou discursos assumidos, que se repetem. A dinâmica da relação parece funcionar de uma forma, em certos momentos, em que não há penetração entre estes discursos que se repetem e retornam sempre.

O primeiro, é o discurso do corpo disforme, da impossibilidade de continuidade da relação com esse corpo não desejável e da falta de desejo por desenvolver novas atividades. Esta posição aparece nas primeiras sessões mais localizada no discurso de Maria. O segundo é o da distorção da realidade, da não existência do problema que a esposa apresenta a não ser “em sua própria cabeça” e do desejo de continuar na relação com esta. Este posicionamento é mais presente na fala de Fernando. O terceiro discurso predominante é o psicológico que dá sentido às vivências de Maria, a partir do diagnóstico da depressão pós-parto e aos efeitos afetivos, emocionais e relacionais dessa vivência. Este último aparece mais no discurso da terapeuta.

- Exemplo 5:

Sessão 1

Episódio Temático 5

Maria: Eu acho que é assim. O que mais me incomoda, assim, o que eu acho...Eu disse pro Fernando, assim que é muito triste, que eu passo o tempo inteiro sofrendo, assim, achando que eu sou menor que os outros, que o Fernando vai se interessar por outra pessoa, né? Que seja...que não tenha

barriga, que seja magrinha, que seja jovem, mais jovem, né? Que não esteja tão atarefada, né? Uma pessoa que tenha tempo só pra cuidar, que tenha tempo pra ele, coisa que eu não tenho.

Terapeuta: Mas daí não pode ser a mãe dos filhos dele (risos)

Fernando: É...

Maria: Eu acho que isso aí é o que mais me incomoda, assim.

- Exemplo 6:

Sessão 1

Episódio Temático 5

Maria: É essa questão, assim, de vergonha de ficar nua, de... E na hora também do sexo, também, eu sinto vergonha. Então, não é uma coisa legal, assim. Não tem muito porque fazer se não tá bom pra mim, eu não tô me sentindo à vontade. Fazer só por fazer também não adianta

Terapeuta: E eu percebi, assim, também com aquele instrumento que a gente fez, com a entrevista, eu vi que tu tá um pouco deprimida, assim, né? Num primeiro momento não faria avaliação psiquiátrica (...)

- Exemplo 7

Sessão 1

Episódio Temático 5

Maria: (...) Eu me sinto inutilizada como amante, assim, então eu acho que não tem muito sentido de um casal ficar junto só pra ser amigo, só pra criar filho. Não tem muito sentido!

Terapeuta: O que tu acha disso, Fernando?

Fernando: Eu acho que ela tá errada!

Terapeuta: Claro. Esse é o sentimento dela. Esse sentimento dela não pode estar errado, né?

Fernando: Não ... mas é...Eu sempre falo pra ela que isso realmente é uma coisa da cabeça dela. Não tem nada...Não tem nada a ver com a minha

realidade. Que jamais eu vou sair do lado dela, jamais eu vou abandonar ela, independente do que ela pense.

Maria: Também eu acho : é uma questão, assim, pro Fernando achar outra pessoa, né? Porque a maioria dos homens se cansa dessa rotina, dessa vida, né? E eu não sei! Com o Murilo foi diferente, tá sendo diferente. Que nem eu disse, assim, a mãe tomou conta de minha guria. E eu também tinha vinte anos, né? Logo eu voltei o corpo ao normal, né? E eu era mais jovem tinha bastante...Agora eu me sinto ridícula se eu for, por exemplo, dançar. Ridículo eu ir dançar. Não tem cabimento, né? Há coisas assim, sabe, que eu não vejo, assim. A minha vontade é ficar dentro de casa e não sair mais.

Terapeuta: É. Muito do que tu sente é mais sintoma, assim, da própria depressão, né? Essa questão, assim, de não ter vontade de sair de casa, né, de se sentir por baixo, de se sentir inferior. São bem sintomas. Sintomas bem típicos, né, dá depressão. Então, à medida que essa depressão vá diminuindo, possivelmente isso vai melhorar, né? Vamos ver se a gente vai conseguindo ver outras coisas, outras satisfações pra ti, também.

Nestes exemplos é possível observar a não penetração das falas trazidas pelos participantes da primeira sessão. Posteriormente, na mesma sessão, estas ações começam a se modificar, mesmo continuando a haver repetição. No exemplo 5, Maria relata o seu desconforto por aquilo que julga não poder oferecer ao marido, que uma outra mulher mais jovem poderia (um corpo correspondente a um padrão específico, tempo disponível, diversão, etc.). A terapeuta contrapõe que esta mulher, no entanto, não seria a mãe dos filhos de Fernando que assevera aquilo que foi dito pela terapeuta. Todavia, Maria, ao retomar a fala, não o faz a partir do argumento trazido por seus parceiros na conversação. Ela retoma a sua fala anterior asseverando que aquilo que trouxe em seu discurso é o seu desconforto.

No exemplo seguinte, Maria, mais uma vez, expõe sua visão sobre a sua inutilidade como amante e a falta de sentido de continuar mantendo o relacionamento. A terapeuta lança uma pergunta a Fernando que demanda dele o seu posicionamento sobre o conteúdo trazido por sua esposa. Ele manifesta sua opinião de que Maria está errada e, após a fala da terapeuta dizendo que a descrição feita por Maria diz respeito aos sentimentos desta, o que não poderia estar errado, Fernando dá continuidade ao seu argumento sem fazê-lo a partir da fala da terapeuta asseverando “ser coisa da cabeça” de Maria a forma como ela se sente, não correspondendo à realidade dele. A terapeuta dá continuidade descrevendo o sentimento de Maria como parte de uma depressão. Embora existam pequenas nuances (como a terapeuta respondendo a Fernando sobre a sua consideração de que o sentimento de Maria estava errado),

quando os participantes defendem seu discurso que se repete, não o fazem a partir da fala do outro. Parece haver uma sobreposição de falas sobre um mesmo tópico.

Mesmo o terapeuta repete a partir de seu lugar instituído de detentor de um saber e de um conjunto técnico e teórico. Neste momento, não há ainda a construção de um significado compartilhado ou um conhecimento mútuo construído que permita à tríade construir sentido, a partir de um significado comum. O que parece ocorrer é que, apesar de existirem trocas, estas carecem da construção de algo que seja um solo comum, e, então, na falta deste elemento, cada participante dá sentido aos conteúdos que figuram como objeto das trocas, a partir de suas referências pessoais.

No caso da terapeuta, o conhecimento teórico-científico aparece como um solo a partir do qual se pode dar sentido ao que é trazido pelo outro. Este lugar social do discurso científico e acadêmico serve, neste momento, como uma espécie de referência a partir da qual se lê a ação dos outros. Esta referência para situar o discurso dos outros é importante, pois é ela que permite ao profissional inserir-se, a partir de algum lugar, na relação. No momento inicial, cada um dos integrantes usa suas referências que funcionam pela inexistência de elementos coconstruídos pela tríade, que possam servir como referência a partir da qual se possa dar sentido a ação conjunta. Posteriormente, há uma mudança, quando, aos poucos começa a se instaurar uma abertura para explorar o sentimento e posicionamento dos outros. A exploração da temática eleita para a discussão começa a instaurar um movimento de voltar-se ao outro e explorar seus posicionamentos:

- Exemplo 8

Sessão 1

Episódio temático 8

Terapeuta: E isso, assim, de tu não querer sair, de achar que não vai dançar, e tal. Isso já faz um tempo que vem assim, ou foi agora, depois que o Murilo nasceu?

Maria: Não. Eu sempre...eu sempre...a gente saía antes, ia a baile e tudo. A gente gosta de baile, assim, coisa de interior. Mas depois, assim, que nem agora. Até pra dançar eu penso: `` Meu Deus, é muito ridículo; é muito patético``.

Terapeuta: Por que?

Maria: Ah, por que eu acho que não tem cabimento. Sei lá. Eu sei que existem outras pessoas muito mais grave que eu, muito mais gorda do que eu. Mas sei lá. Eu, parece assim, que não tem mais nada haver comigo, assim. Que passou isso e minha vida agora é outra. Eu tenho que encarar outra realidade, assim. Então, é isso que eu acho que me incomoda mais. Eu acho que é um sentimento parecido, assim. Claro que

menos intenso que essa coisa que eu sinto pelo Fernando, assim. Essa coisa de não querer ter mais contato, né? De não querer ficar junto porque eu sei que vou sofrer mais tarde, né? Melhor que seja agora do que depois. (...) Uma traição e coisa assim, né? Porque eu acho que isso é consequência, porque eu não quero mais ter contato físico, né? Não quero mais, entendeu, consequência, porque eu não quero mais ter contato físico, né? Não quero mais, entendeu? Não quero mais sair. Então é uma questão de tempo pra outra pessoa se enjoar e não querer mais.

Terapeuta: E tu já perguntou pro Fernando se ele gosta de sair?

Fernando: (risos) Ele gosta! Ele gosta, sim.

Terapeuta: Ou se ele tá aborrecido de ficar em casa?

Maria: Não. Tu quer sair mais? É que também não dá pra a gente sair!

Fernando: Tu sabe que ...

Maria: É verdade

Fernando: Se tu quer, eu quero. Se tu não quer, eu também não quero. Tu sabe que é assim que funciona. Sempre foi assim que funcionou.

Terapeuta: Porque é normal, assim. Depois, com o bebê...Quando se tem um bebê pequeno, ainda, de ficar um pouco mais recluso em casa, né?

Fernando: Ah, com certeza.

Este exemplo mostra que, ao longo da primeira sessão o próprio formato da psicoterapia e a apropriação da escuta sobre o posicionamento dos outros integrantes passa a instaurar um espaço em que o ponto de vista, ou a versão dos fatos trazida pelo outro começa a ser explorada e isso faz com que os discursos se penetrem e uma história comum comece a emergir.

7.2- Os padrões de organização

Nas trocas estabelecidas entre o terapeuta e pacientes, como já afirmamos anteriormente, percebemos que a psicoterapia se organiza a partir da eleição de temáticas como objeto das trocas. A partir desta percepção, denominamos a emergência e predomínio de uma temática como episódio temático. Foram separados 149 episódios temáticos, sendo alguns sobre temáticas que se repetem e outros sobre temáticas que não se repetem.

Nestes episódios, identificou-se em cada episódio temático uma forma de

organização da comunicação (padrão). São eles 4 tipos: tentativas de estabelecimento de temática, estabelecimento de temática seguido de exploração de temática, exploração de temática e coconstrução de significado.

a) Tentativas de estabelecimento de temática

Denominamos tentativas de estabelecimento de temática o ato dos participantes do processo de elegerem uma temática e a partir dela desenvolverem trocas. Este padrão é caracterizado por um número pequeno de trocas, em que não há exploração da temática proposta, passando-se logo em seguida ao episódio temático seguinte. Este padrão aparece quando a temática não prospera ou quando um dos participantes interrompe as trocas recém estabelecidas e propõe uma outra temática.

- Exemplo 9

Sessão 1

Episódio Temático 3

Terapeuta: E como vocês passaram a semana?

Maria: Eu passei normal

Terapeuta: Normal? Uhum...Chegaram a conversar alguma coisa sobre o que vocês tinham conversado aqui?

Fernando: Um pouco

Maria: (Dirige o olhar a Fernando, balança a cabeça e volta a olhar para a terapeuta).

Terapeuta: Um pouco? Uhum....Ne? Hoje, então é nossa primeira sessão, oficialmente, né? A gente faz assim: Um total de até 12 sessões, né? Às vezes pode ser um pouco menos, mas no máximo doze, né? Toda semana uma hora, mais ou menos. Cinquenta minutos a uma hora cada um, né? E agora a coisa é mais regradinha, assim, do que as avaliações. E eu consegui esse horário de duas e meia pra vocês. Duas e quinze, na verdade. Fica bem?

- Exemplo 10

Sessão 2

Episódio Temático 32

Fernando: Mas eu achei que a Mari progrediu bastante essa semana.

Terapeuta: É, não. Pelo que ela me trouxe eu achei também.

Fernando: Acho que ela tá indo muito bem!

Maria: Quer mamazinho, pai. Vem cá na tetinha!

Terapeuta: Como é que pode provar que tu tem tesão por ela?

Fernando: Como é que é?

Nestes dois exemplos, há tentativas de estabelecimento de um tema que passa a ser objeto das trocas entre os integrantes do *setting*, mas estas não seguem adiante. Depois de um breve predomínio da temática, há a mudança do tema central para um outro. No exemplo 9, a terapeuta pergunta aos pacientes como passaram a semana. Maria responde que passou normal e a terapeuta pergunta se houve conversas sobre o que se passou no *setting*, nas entrevistas. O casal responde e a terapeuta introduz um outro tema na sessão.

A discussão sobre o estado do casal, ao longo da semana é estabelecida, há uma rápida introdução da conversa sobre esta temática e, sem explorar a temática no momento, outra temática é introduzida. Na sessão 10, é introduzida a temática da melhora de Maria, esta interrompe a conversa dirigindo-se ao bebê para amamentá-lo. Quando se restabelece a fala dos participantes, a terapeuta não dá sequência ao assunto, mas retoma uma temática introduzida antes, na mesma sessão.

b) Estabelecimento seguido de exploração de temática

Este segundo padrão de organização aparece como sendo composto da introdução de uma nova temática que passa a ser objeto das trocas, seguido da exploração das mesmas através de perguntas, explicações, discordâncias e exemplos. A continuidade entre a proposição da temática, o engajamento dos parceiros relacionais e a exploração da temática proposta se dá de forma quase contínua e imediata, funcionando como um

único padrão de trocas. Diferentemente do padrão anterior em que a troca é estabelecida e não segue adiante, neste padrão o estabelecimento é seguido da exploração da temática de uma forma tão contínua que é impossível separá-las.

- Exemplo 11

Sessão 2

Episódio Temático 4

Maria: E eu... O Fernando acha que eu tô normal... E eu tô menos... O que eu notei, assim, que eu tô menos paciente. Cada vez menos. Menos tolerante. Até com o Murilo!

Terapeuta: Ahã...

Maria: Mais sem paciência, acho (...) que é muita pressão, muita pressão

Terapeuta: Que pressão que tu sente Maria?

Maria: Além de eu ter, assim, esse complexo de inferioridade (entrega bebê a Fernando), de me sentir inferior...ah, as pessoas me cobram assim...É tão engraçado porque eu não vejo fazer isso com as outras pessoas

Maria: Que nem a Cristiane. Chegou lá em casa...

Terapeuta: Quem é a Cristiane?

Maria: Uma prima que eu não vejo faz tempo... `` Mari, por que tu tá tão gordinha? O que aconteceu e tal?''

Fernando: Mas é...Desculpe eu cortar assim. Mas é porque ela não tem espelho. É um dos que não tem espelho!

Maria: Mas comenta!

Fernando: Mas é uma balofa, né?

- Exemplo 12

Sessão 4

Episódio Temático 3

Maria: Eu não... Sinceramente não consigo entender como é que as mulheres podiam ter dez, doze filhos. Como é que faziam? Como é que Maria? Não tem condições. É uma função ter filho. Mas o Murilo, pra mim, tem sido (...) dobrado, assim. Porque da Amanda praticamente... Bom, já falei, né? Minha mãe tomou conta. E a Amanda não mamou no peito. E eu também não me

interessei em amamentar a Amanda, né? Então foi tudo festa. Foi tudo festa. E agora, o Murilo, não. Além de eu ter outro pensamento, né, tem a Amanda, né? Ele, o Murilo é muito mais calmo que a Amanda. Nossa, é muito mais fácil de lidar com o Murilo do que era com a Amanda, né? Mas... Eu tenho, assim... Hoje, o que aconteceu? Eu tinha que ir comprar uma coisa... Comprar o “Nan” pra deixar, pra deixar ele coma minha irmã, já tava no finzinho. Aí liguei pra Teleentrega: “Ah, só a partir das duas pro *motoboy* começar a trabalhar.”. E já tinha pedido na frente. Iam entregar às quatro horas da tarde. Não me adianta nada, né? Aí fui na farmácia, liguei pra minha vó pra ficar com o Murilo. Não podia deixar o Murilo sozinho, né, com a Amanda. Eu tenho sempre que chamar alguém. E as pessoas (...), tão fazendo as coisas dela...

Terapeuta: (.....)

Maria: (.....)

Terapeuta: (.....)

Maria: Não. Esses dias eu chamei ela pra ir no armazém – porque ela tá de férias agora – aí eu chamei ela. Eu disse: “Mãe, tu pode ficar com o Murilo um pouquinho pra mim, só pra mim ir no armazém?”. “Ah, mas tu tem que ir no armazém agora? Não dá pra esperar o Fernando chegar?”. Então quer dizer: Não dá pra contar!

Fernando: É, sem contar (.....). Aí eu liguei era meio-dia e quinze, meio-dia e vinte. A Maria não atendeu. “O que será que aconteceu, tá lá com a sogra?”. Liguei pra sogra. A sogra tava dormindo, aí.

Maria: Foi a hora que eu fui buscar as coisas.

Fernando: É...

Maria: Eu fui na farmácia, fui no mercado e aí a minha vó ficou comigo. Daí eu voltei, daí tive que arrumar as coisas da Amanda. Botei a roupa na Amanda porque (..) botar as minhas calças por baixo, porque aquele frio. E a Amanda não pode entrar sozinha (...)

O estabelecimento seguido por exploração parece demonstrar uma característica própria das trocas estabelecidas por indivíduos adultos. Como afirmamos na discussão sobre o papel da mediação semiótica e sobre a ideia dos indivíduos como sistemas que funcionam culturalmente (Valsiner, 2007 a), no *setting* psicoterápico já existe um arcabouço socioculturalmente produzido que, embora singular em cada indivíduo, é sócio-historicamente partilhado. Há, portanto, um ponto de partida comum e este

permite que as trocas entre os integrantes do setting possam construir um espaço de partilha e negociação de significados quase que imediata. Isto abre as possibilidades para que o estabelecimento de algo em comum seja estabelecido e explorado num caráter de imediaticidade.

Um outro aspecto importante é que a exploração de temáticas estabelecidas, parece ter um papel primordial na construção do conhecimento entre os parceiros que passa, aos poucos, a integrar as trocas. Como afirmamos, ao falar do início do processo psicoterápico, há, no começo das trocas, um desconhecimento dos parceiros que ocasiona um modo de funcionamento em que as versões da realidade parecem não se penetrar. A terapeuta situa as vivências trazidas pela paciente identificada, Maria, como fruto de uma depressão pós-parto e cada um dos pacientes sustenta seu discurso, a partir de seu posicionamento pessoal sobre a situação vivenciada. É a exploração que abre um campo de negociação de significados que permite a abertura para a coconstrução e potencialização de outras formas de significação da realidade, a partir da bidirecionalidade da construção de significado (Valsiner, 2007^a). Na exploração, embora as temáticas centrais muitas vezes retornem e se repitam, parece haver o alargamento das possibilidades de significação como se houvesse uma ampliação do campo semiótico

Esta ampliação do campo semiótico ocorre, em nosso entender, porque na exploração, embora a temática central se mantenha como figura central das discussões, há a emergência de inúmeras temáticas que integram a conversação, que, embora, não predominem como objeto central, se oferecem como possibilidades de dinamizar as trocas. Numa análise mais detalhada da exploração de temáticas foi possível perceber que embora haja uma temática central, em cada episódio temático, a exploração destes temas centrais permite a existência paralela de outras temáticas que denominamos *temáticas integrantes*. A seguir, apresentamos um exemplo desta constatação, num episódio temático que tem como objeto principal as férias do trabalho de Fernando vivenciadas no período:

- Exemplo 13

Sessão 6

Episódio Temático 4

Fernando: Sei lá, fim-de-semana, né? Como vai ser ruim quando terminar as

minhas férias.

Terapeuta: Por quê?

Fernando: Porque eu tô livre pra ela. Porque eu tô podendo ficar com as crianças. A Amanda só de manhã, né? (.....). Mas com esse aqui eu passo quase o dia inteiro, e eu tomo conta, e eu levanto mais cedo, eles ficam dormindo. Eu já faço (.....) comida pra Amanda, vou ajeitando a comida dele também. Quando a Mari levanta já tá tudo... A casa já tá quentinha porque o fogo já aqueceu, o chimarrão já tá pronto, já tá tudo, né? Ela não tem mais quase se envolvido com louça, nada, em casa. Termina tudo eu já dou um jeito... Quer dizer: Pra mim tá sendo superlegal poder ficar junto.

Maria: Ai, Murilo. Barbaridade!

Fernando: Agora, quando acabar as férias vai ser um *karma*, né? Tu imagina eu ficar longe deles, a Maria vai ficar de novo sozinha.

Terapeuta: Até quando que são as tuas férias?

Fernando: São até terça que vem!

Maria: Que dia foi que tu disse: “Bah, agora eu te entendo!”.

Terapeuta: Foi na semana passada!

Fernando: Ah, sim, foi da função da casa, né?

Terapeuta: É dureza, dureza.

Fernando: Ah, essa semana não, não, não tive ataques. Não quis vir com a Maria na quinta-feira. Isso a semana passada. E o pessoal tava meio desorganizado em casa!

Terapeuta: Então, e voltaram a fazer os bilhetinhos (....)?

Maria: Ainda não!

Fernando: Não, não...

Maria: A gente não conseguiu arrumar a casa ainda pra fazer isso.

Terapeuta: Ah, tá, pra fazer os bilhetinhos...

Maria: Senão não vai ter bilhete que chega (risos).

Terapeuta: (risos)

Maria: Não tem bilhete que chega, né, Murilo? Hein? Hum... Hum... O que o nenê fez? O que o nenê fez?

Fernando: Ele nem tá! (.....) o tempo inteiro assim agora comigo!

Maria: Coisa mais querida!

Terapeuta: Tá aproveitando a companhia do pai enquanto dá, né? (Bebê faz sons)

Fernando: É, depois só de noite que ele vai me ver!

Terapeuta: Mas tá grande a festa ali (.....).

Maria: É? (.....) os pezinhos, então!

Terapeuta: Mas quando tu chega em casa de noite quando tu tá trabalhando, ele tá acordado ainda?

Fernando: Ah, sim. Não! Eu não chego muito tarde!

Maria: Não, mas ele dorme tarde. O Murilo dorme onze e meia, meia-noite!

Fernando: Eu normalmente, sete horas eu já tô em casa. Quando eu tardo muito chego sete e meia. Mas quando eu saio de manhã ele tá dormindo ainda. Muito raramente acontece de ele estar acordado pra eu botar ele (.....) no berço dele, e botar ele na cama.

(Bebê faz som)

Fernando: Quando eu tava trabalhando, de vez em quando, assim, raramente eu conseguia dar uma fugida às vezes durante o dia. Às vezes eu ia ao meio-dia , ou às vezes de tarde, né, (....). Ah, é superbom poder ver eles. Mas...

Terapeuta: E como é que tá sendo essa ajuda toda do Fernando?

Maria: Tá bom. Por isso mesmo, assim, que eu falei pra ele. Que tá sendo tão bom, assim, a gente ficar junto. A gente tá tendo oportunidade. Que nem de tarde, né? A gente teria oportunidade de fazer sexo à tarde, né? Porque a Amanda não tá, o Murilo dorme. De repente, né? Se fosse outra época não perderia a chance, né, assim, a oportunidade. Só que eu não sinto vontade, assim. E aí eu disse pra ele que eu tô chateada por causa disso, né? E aí a gente tava fazendo lembranças, recordações e reflexões a respeito de como eu era , e será que vai voltar...

Fernando: Não, ontem de noite eu falei isso. Eu tava parado pensando e ela perguntou o que eu tava pensando. Aí...

Terapeuta: E o que vocês acham?

Fernando: Eu tava pensando que... Ah, eu acho que sim, que ela vai voltar ao normal dela, a ser como ela era antes. Que isso tudo que ela tá passando é só.

Neste episódio temático as possibilidades abertas pelas férias de Fernando figura como temática principal. No entanto, há uma série de assuntos que funcionam como temáticas integrantes: A ajuda prestada por Fernando com as crianças, a percepção de Fernando da dificuldade das tarefas domésticas normalmente executadas por Maria, o fato de Murilo estar constantemente com o pai neste período, as chances não aproveitadas de intimidade sexual e o sistema de manutenção da organização da casa usado pela família. Ao longo das sessões a existência de temáticas integrantes é constante. Embora elas não figurem num lugar de destaque mas como secundárias, elas têm um papel primordial. São essas temáticas integrantes que permitem que uma mesma temática central se repita, porém que isso ocorra de forma dinâmica incluindo novos elementos na exploração. Ou seja, é a partir dela que se abrem possibilidades de novos arranjos e significados. Isto faz com que a repetição ganhe um sentido diferenciado. A repetição passa a ser a repetição que trás o novo. Esta apresenta elementos antes não associados a aquela temática e também permite que temáticas que antes apareceram como centrais retornem, no presente, ligadas a uma nova cadeia de significação, como temáticas integrantes.

Esta observação pode ser relacionada à compreensão de que perceber a comunicação como sistema dinâmico implica em entender a forma como mudança e

estabilidade são parte das relações humanas (Lyra, 2007 a,b) e também asseverar o posicionamento que apresentamos anteriormente de que o discurso que circula na psicoterapia transita entre é novo/irrepetível, mesmo quando trás de volta o que já foi dito. A existência dos parceiros conversacionais e o próprio caráter dinâmico das trocas torna o retorno das temáticas no *setting* como algo que ocorre como repetição com novidade (Faraco, 2003).

Quando as temáticas são exploradas, a repetição parece trazer a tona o que Molina e Del Rio (2009) vão chamar de ambivalência e ambiguidade do significado construído. Sendo a construção de significado multi-autoral, neste setting, as repetições passam a ter papel primordial por abrirem novas possibilidades de associação entre significados, criando potenciais versões da realidade.

c) Exploração de temática

O próximo padrão de organização que apresentamos é fruto da observação de que, nas trocas em psicoterapia a exploração também ocorre sem estar sequencialmente ligada, num caráter de imediatez, ao estabelecimento desta temática. A exploração também ocorre como retorno de temáticas trazidas em outros momentos da mesma sessão psicoterápica ou de uma sessão anterior.

- Exemplo 14

Sessão 6

Episódio Temático 6 (parte do episódio)

Terapeuta: Maria, a semana passada...Achei que vocês iam trazer o assunto. Já que vocês não trazem eu trago.

Fernando: (inaudível)

Terapeuta: Ah, é? Tu também acha que eu tenho que falar nisso, é? Do teu nascimento, né? Toda a questão que foi revelada (...) teu pai. E aí eu fiquei com várias dúvidas sobre o que a gente falou no finalzinho. São coisas, assim, que eu acho importante a gente esclarecer melhor, né? Porque acho

que isso de alguma forma tá relacionado com essa crença que tu tem que os homens realmente são...Não merecem confiança, que eles vão te trair mais cedo ou mais tarde.

Fernando: São tudo cachorro, né Mari? (...)

Maria: É! Cachorrada!

Um dado importante é que na exploração de temáticas, o retorno das temáticas não ocorre apenas quando estas foram anteriormente estabelecidas como temáticas centrais. Há também o retorno de temáticas que emergiram como temáticas integrantes de episódios anteriores. O retorno de temáticas na exploração é fruto da potencialidade para abreviação que as relações assumem ao longo do tempo. A capacidade de abreviar permite aos participantes do processo psicoterápicos avançarem numa nova exploração das temáticas estabelecidas e exploradas em outros momentos anteriores. Os conteúdos trazidos e trabalhados em outros momentos passam a funcionar como conhecimento prévio e solo comum construído conjuntamente e que pode ser retomado reflexivamente (questionado, desconstruído, ressignificado), criando caminhos potenciais ao sistema para a criação de novos significados (Valsiner, 2007 a; Valsiner, 2001). Diferente das trocas no início da vida, a abreviação não aparece como um padrão de relação em nosso estudo. Ela é um mecanismo propulsor da relação, ativado pela capacidade de criar significados comuns, embora ambíguos. Estes significados comuns passam a ser parte da relação permitindo o retorno e ressignificação de temáticas ao longo do processo.

No exemplo acima, a terapeuta inicia a retomada a uma narrativa introduzida por Maria na sessão passada sobre o fato do nascimento dela ter revelado a traição do pai da mesma (ela nasceu com sífilis). Na sessão em que isso é trazido, Fernando propõe a possibilidade que isso seja uma espécie de trauma que explica o comportamento de Maria:

- Exemplo 15

Sessão 5

Episódio temático 11 (parte dele)

Maria: Eu tava...eu não comentei uma coisa contigo. Eu acho que é importante, que de repente tenha um fundo...Porque eu e o Fernando estávamos comentando, assim, as minhas irmãs também, por que eu tenho

tanto pavor de traição.

Terapeuta: Pois é...

Maria: Por que isso é tão forte em mim, assim? E aí o Fernando tava comentando que eu não comentei contigo isso até. Quando a minha mãe tava grávida de mim, que foi a primeira filha, meu pai não (...). Minha mãe sofreu muito, assim, e era jovem e naquela época mulher tinha que ser escrava, tinha que ficarem em casa, né? O marido fazia o que queria. E quando eu nasci, o meu pai ficou sem fazer nada com a minha mãe. Sem transar, nem nada, Aí, um dia minha mãe: `` Não, quero, quero!´´, e daí fez. Fizeram e tal. Aí, quando eu nasci, nasci magra demais, e muito pequena, e com a pele enrugada, e meus olhos eram muito...parecia que tinha ferida nos olhos, assim. E aí a minha vó, junto com outra vizinha me levaram, porque a mãe também ficou...infeccionou todos os pontos dela. A minha mãe ficou mal, e aí minha vó, a mãe da minha mãe, e uma outra levaram eu no médico para ver o que era. E o médico disse: `Olha essa criança tem sífilis!

Fernando: Eu comentei isso com teu (...)

Terapeuta: (....)

Fernando: É...

Terapeuta: A gente sempre conversa, mas isso (...)

Maria: Ele disse que eu tinha chance de ficar cega!

Fernando: É, mas não ficou. Olha que coisa linda!

Maria: É! Não fiquei. Graças a Deus! Aí minha vó se desesperou. E a doença pegava. `` E eu quero falar com o pai da criança e com a mãe se puderem vir aqui!´´. Aí foi um auê...

Terapeuta: Imagina...

Maria: A minha vó por parte de pai disse que não, que a minha mãe que era uma chinelona que devia ter dado pra alguém...

Fernando: É a família dos machos, lá, né?

Maria: E aquela coisa, entendeu? Aí foi uma coisa horrível. Eu tive que fazer tratamento no hospital, e aquela coisa toda. A minha mãe também...

Terapeuta: Claro...

Maria: Porque deu uma infecção na coitada, que tava podre , já, né? Sofreu muito...

Terapeuta: Sim, na época não se fazia exame, né?

Maria: É... E daí disse que ele chorava. E daí disse que no próprio hospital, diz que comigo no colo pedia perdão, e pedia pra ela não deixar ele porque ele nunca mais ia fazer isso, porque não sei o quê... Porque ele saiu com prostituta, né? Então, eu e o Fernando estávamos comentando: De repente isso ficou de alguma forma...

Terapeuta: Claro que sim!

Fernando: (...) um trauma, né?

Maria: E a minha mãe, ela é muito revoltada com isso . Porque na época as pessoas mais velhas... Porque é ruim com ele, pior sem ele... Sabe aqueles conselhos, assim, né? E talvez tenha sido a decisão certa na época – não sei – ela ter continuado com ele, né? Depois teve mais uma irmã...

Terapeuta: Sim, na verdade tu foi quem revelou a traição! E é uma marca muito forte, eu acho, na tua vida.

Maria: Então, assim... Isso também é uma coisa. Nunca... Meu pai nem sonha que eu saiba disso. Nunca...

Terapeuta: Que bom que tu sabe!

Maria: A memória dele parece que foi apagada, sabe? Eu fico meio emocionada de falar isso. Mas, sabe? É como não existisse isso pra ele.

Terapeuta: Sim, deve ter sido uma dor terrível, terrível pra ele. E pra tua mãe também.

Maria: E a gente comenta às vezes, assim, e ele... É como se aquilo.

Fernando: É, ele condena... Se a gente fizer alguma coisa, ele condena como se ele nunca...

Maria: Condena, sabe? Como se ele nunca tivesse feito!

Fernando: (.....)

Terapeuta: As pessoas podem simplesmente negar algumas coisas da sua vida e realmente esquecer. A gente tem mecanismos psíquicos que fazem isso, né? Pra se defender dessa dor que deve ter sido horrível, porque bagunçou toda a família de vocês, né? Deu uma desestruturação geral, né? Ele pode muito bem ter negado completamente a existência disso!

Maria: Provavelmente foi isso que aconteceu. Ele apagou da memória dele pra não ter que sentir o peso do erro que ele cometeu!

Terapeuta: E aí, claro, tu nasce... Tu, que é a detonadora dessa crise, eu acho que realmente fica um peso muito grande pra ti, e realmente agora eu começo a entender... Eu tava tentando entender o porquê dessa fobia, quase, que tu tem, né? E esse ciúme muito grande. Mas eu acho... É uma pena que nós estamos no finalzinho, mas eu acho que nós temos bastante coisa pra conversar sobre isso, assim. Eu acho que isso explica muita coisa, nem das tuas atitudes, do teu pensamento. Esse temor que tu tem, né? Porque tu nasceu com essa marca. Foi tudo (.....).

Fernando: Muitas vezes a gente teve a oportunidade de conversar (...) sobre isso, e eu falei pra ela que eu...

Terapeuta: É uma marca muito profunda!

Fernando: Isso já vem desde quando ela era bebê. Isso é uma coisa, também, que a mãe dela passou pra ela, porque, porra, olha que situação, né?

Maria: Ela deve ter sentido muita raiva!

Fernando: Imagina, tchê!

Maria: Também eu acho que não tinha muita noção do que era isso.

Fernando: É, e era bem novinha. A tua mãe tinha... Ela já tinha dezoito?

Terapeuta: Não, eu acho que devia ter noção e devia ser muito pior do que hoje! (.....) naquela época...

Maria: Não, e outra: Era a AIDS de hoje!

Terapeuta: É! E não tinha tratamento.

Maria: E o médico ainda pegou e disse: “Olha, vocês podem ter certeza de que essa menina provavelmente vá ficar cega!”. Porque disse que meus olhinhos eram assim, meus olhinhos...

Fernando: Hum...

Maria: Meus olhinhos, era... Mas diz que era horrível. Horrível, assim.

Terapeuta: E são esses os olhos que enxergam demais hoje! (risos)

Maria: (risos) Pior!

Terapeuta: Maria, eu acho, assim, que realmente isso que tu traz é muito importante. Explica muitas coisas do que a gente vem trabalhando aqui...

Na sessão seguinte, no exemplo de exploração que apresentamos no início, a temática retorna, mas de uma forma diferente, não como um trauma ou algo que ficou, como uma espécie de memória, mas como algo ligado a uma crença de que homens comumente traem em seus relacionamentos. Um outro exemplo que também retorna em todo o processo psicoterápico é a exploração do sentimento de Maria com relação a seu corpo. A seguir utilizaremos apenas alguns dos trechos em que a fala de Maria sobre a deformidade de sua barriga, após o nascimento do filho, é explorada, fazendo circular inúmeros elementos ligados a esta percepção, que aparece de diversas formas:

- Exemplo 16

Sessão 1

Episódio temático 9 (parte dele)

Maria: (...)E eu não consigo me aceitar mais do jeito que eu fiquei. Não consigo. A minha barriga ficou horrorosa, né? Sei lá, eu...Ficou tudo esquisito, assim.

Fernando: Mas mesmo tu sabendo que tu...É uma questão de tempo. Muito pouco tempo. Se for o caso, tu tem a possibilidade de fazer uma cirurgia, de deixar a tua barriga ou qualquer parte do teu corpo da forma como tu quer.

Maria: Ah é. Vou gastar um dinheirão pra fazer isso.

Fernando: E daí? Tu não vai ter dinheiro pra fazer isso?

Maria: Vou!

Fernando: Então...

Maria: mas eu posso fazer outra coisa.

Fernando : Ah, mas tu não acha que tu vai te sentir muito melhor, que tu vai ficar realizada se tu fizer isso?

Maria: Não. Eu vou me sentir culpada se eu gastar um dinheiro assim comigo.

Fernando: Hum...

Terapeuta: Mas e viver assim como tu tá?

Maria: Sei lá. Mas eu vou vivendo, assim. Se eu viver sozinha sem ninguém tá bom.

Fernando: Ah, que lindo. Mas como tu não pensa em ninguém? E as crianças, tu vai entregar pra mim?

Maria: Não!

Fernando: Então?

Maria: As crianças não vão reparar na minha barriga. Os meus filhos não vão achar que eu sou feia...

Fernando : Tu vai correr com os teus pais...

Maria: Não. Também não tão reparando.

Fernando: Sempre vai ter alguém te vendo.

Maria: A única pessoa que eu acho que repara em mim fisicamente, que me deseja, deveria desejar era tu.

Fernando: Não. Mas é verdade. Os outros eu não sei. Nem quero saber!

Terapeuta: (risos) E tu, eu acho.

Maria: É...

Terapeuta: É que começa por ti, entende?

Maria: A minha irmã sempre diz que as pessoas enxergam a gente como a gente se enxerga. Mas, ah, sei lá. E às vezes é verdade. Se a gente se sente bem, se sente bonita, a gente fica mais bonita, né? É que nem dizem: “Ah, tá amando.”. Que a pessoa fica mais bonita, né? Mas eu não consigo me sentir assim. Eu tento, eu tento mas eu não consigo sair desse sentimento horrível que eu tenho.

Terapeuta: Como é que tu tenta?

Maria: Ah, eu penso, eu boto um som. Aí, quem sabe, vou dançar. Mas daí (...) patético estar dançando.

Terapeuta: Em casa?

Maria: É!

Fernando: É. Ela dançava se olhando no espelho. Dançava na frente dos espelhos pra estar se enxergando o tempo inteiro.

Maria: E daí não consigo fazer mais isso.(...)

- **Sessão 2**

Episódio temático 13

Maria: (.....) me senti muito ruim, assim, essa semana. Ah, cada vez eu me sinto mais feia. Eu acho que eu sou mais feia, assim, do que qualquer pessoa, entendeu? É muito estranho. Muito ruim. Ficar insegura o tempo inteira, se sentir feia o tempo inteiro, ou que alguém tá te observando, ou que tão cuidando da tua barriga, o que tão... Porque todo mundo passa o tempo inteiro cuidando... Parece que não têm o que fazer...

Terapeuta: É! É que eu acho que um pouco disso é real, né? Se as pessoas te dizem isso...

Maria: Sim, é. E daí eu fico...

Terapeuta: Se na tua família isso foi considerado uma coisa importante. Imagina... Tu cresceu com essa mensagem: Quem é gorda é infeliz. Bom, se tu tá acima do teu peso e tu tem essa imagem, essa crença na tua cabeça, não tem como tu ficar bem!

Maria: Daí é um problema, assim.

- **Sessão 3**

Episódio temático 8 (parte dele)

Maria: ...Insatisfeitas, outras conformadas, né? Tinha uma que tava imensa. Imensa, assim. Uma barriga enorme. Ela disse que, ah, que o que ela ia fazer, porque ela tinha ganho o nenê dela e ela tinha que ficar assim por um tempo,

né? Bem conformada, assim, com aquela situação. E a barriga dela era muito maior que a minha. Ela tava muito mais gorda do que eu, né? E cheia de estrias. daquelas roxas assim, no seio. Que ela deu um pouquinho de mamá pro nenê. Eu e ela éramos as únicas que estávamos dando mamá. E o sei dela, meu Deus... Meu seio não tem uma estria, né? E daí eu me conformei assim, um pouco, né, nessa situação também. É que quando a gente tá em grupo é que a gente vê assim, como é que as pessoas são, os problemas que as pessoas têm... Os maridos das outras, embora o Fernando não seja lá (.....), né? Mas os outros são muito piores, né? (.....)

Terapeuta: (risos)

Os exemplos expostos acima não são todos os momentos em que o corpo de Maria retorna para discussão, seja como temática principal ou integrante. No entanto, eles demonstram como na repetição da mesma temática outros elementos emergem dinamizando a repetição e abrindo novos caminhos de significação ou criando momentos de negociação. Isto aponta para o fato de que talvez, na exploração, o retorno ou repetição de temáticas saia de um lugar de saturação para um lugar propulsor de criatividade e flexibilidade, potencializando múltiplos sentidos a um mesmo episódio narrado. Isto se dá, a partir da tensão construtiva e da construção colaborativa que a exploração potencializa. A seguir, damos alguns exemplos da forma como, na exploração, as trocas passam por momentos de tensão construtiva:

- Exemplo 17

Seção 4

Episódio Temático 8 (parte dele)

Maria: Não é um problema, porque assim ó. Realmente o Fernando é uma pessoa... não que seja, meu Deus, o homem mais lindo do mundo. Pra mim é, né? Mas assim ó: Ele é um homem alto, né? Chama a atenção em função de ser alto.

Fernando: Todo cara alto chama atenção, né?

Maria: As mulheres já estão no desespero, né? Porque não tem homem. Os que tem tão casados e o resto são bichas. Então tá tudodesesperada.

Fernando: (...)

Maria: E aí é um problema. Porque, assim, mulher de qualquer idade olha pro Fernando. De quinze a oitenta anos. Agora, tu acha que um guri de 20 vai olhar pra mim?

Terapeuta: Por que não?

Maria: Claro que não. Ele vai querer uma gatinha de dezoito, de dezenove.

Terapeuta: Ue, tá lá o Gianecchini com a Marília Gabriela até hoje.

Maria: É...E é feia

Terapeuta: Viu? (risos)

Maria: Ah, mas ele...Ela tem dinheiro. Tu acha que ele ia olhar pra mim, que sou muito mais bonita do que (...)

Fernando: É, mas eu, que te tenho, não me arrisco a te botar a prova disso.

Maria: Como assim?

Fernando: De te expor pra ver se algum gatinho vai chegar. Com certeza que chega. Tu é boba. Tu fica vendo cabelo em couro de sapo. Tá sempre achando que tu é feia, que o teu corpo é horrível, que...E o que pra piorar mais ainda tá sempre achando que não tem solução. Que nunca mais vai ter conserto. Chega ali mais perto do fim do ano, te boto lá (...) Tu fica zero quilômetro de novo.

- Exemplo 17

Sessão 6

Episódio Temático 6 (parte dele)

(...)

Fernando: E o que mais me irrita dessas histórias todas, dessas coisas que acontecem, eu digo pra Maria: ``Maria, eu não sou cego,. É logico que se eu ver uma mulher bonita passar, eu olho. Mas eu olho e deu`` Eu vivo dizendo: ``Lindinha, eu nunca...Não é da minha índole. Eu acho isso horrível. Eu acho essa coisa horrível, esse negocio de traição. Eu não gosto disso, nunca gostei. Sempre achei uma coisa pavorosa. Nunca tive exemplo disso na minha família. Sempre o contrário. Sempre tive o exemplo que o homem

tem que respeitar''. E ela não se convence disso. E toda a vida!

Terapeuta: Sim, mas olha todos os homens da família dela.

Fernando: Mas são na família dela, não são da minha. Eu não sou da família dela. Eu sou.. Não faço parte daquilo. E eu digo pra ela: `` (...) Eu nunca vou te trair! Eu jamais vou fazer uma coisa dessa contigo!''. E vem um e bota quente no ouvido dela coisas que eu não sei de onde é que tiram, ela não para pra pensar! Ela simplesmente cai de pau encima de mim e cria aquele clima horrível com coisas assim que ...E eu digo: `` Mari, para e pensa no que tu tá falando, no que foi que te disseram. Pede provas do que tão te dizendo''. E ela não acredita em mim. Não Adianta!

Maria : Não, é engraçado assim... O que eu penso? Não... Por exemplo...Por exemplo: A gente vai num lugar! Sai. A gente até não sai muito porque eu sou muito estressada, então eu evito. Ai tem uma...

Terapeuta: Que não resolve. Porque daí tu olha e vê bichinhos ali na esquina.

Maria: É! A querida fica olhando pro Fernando. Ai o Fernando, claro: A pessoa fica cuidando, cuidando, cuidando. Por consequência ele olha também.

Fernando: É, muitas vezes eu nem vejo. Não dá nem tempo!

Maria: Ai, tá. Eu penso assim, ó: Aquela pessoa que tá cuidando, pensa, na cabeça dela... Esse tipo de mulher acha que ele está ali porque eu sou a mulher dele. Ele tem obrigação de ficar comigo. Mas na verdade ele gostaria de estar com ela. Ele só não tá com ela porque tá comigo, né? Mas é assim que funciona. As mulheres pensam assim, né? Porque eu sei, porque eu vejo a minha irmã, né? “Ai, coitado! Tá preso com a baranga dele! E eu aqui, ó!”, sabe? A minha irmã é assim.

Terapeuta: (risos)

Maria: Tá presa com a baranga. É essa a idéia que tem, né? E às vezes, quando o Fernando – que nem aconteceu no aniversário, do Fernando ligar, apesar de que a guria tava cagando e andando pra ele, né – que nem a filha da Luisa, por exemplo, que é um jaburu, se sente melhor do que eu. E eu não admito isso. É isso que eu não suporto, a idéia de um troço achar que o Fernando gostaria de ficar com ela e não comigo!

Terapeuta: O problema não é ela achar, porque a gente não sabe o que ela acha. O

problema é tu achar o que ela acha!

Maria: É verdade!

Terapeuta: Porque o que ela acha a gente não sabe! O problema é o que tu acha da situação. Porque tu acha que ele tá contigo porque não tá com outra, entendeu?

Fernando: É, eu não sei, cara. Eu vejo de uma forma tão diferente isso... Tu viu que tem uma mulher me cuidando? Olha pro meu lado, olha pra ela e te sente, né?

Maria: Não... Aí tu fica cuidando ela. Eu me sinto ridícula.

Terapeuta: Porque tu poderia olhar pra ele e dizer: “É comigo que ele tá. Não é contigo!”. Só que o teu pensamento é o inverso. Tu pensa que ela pensa isso, entendeu? Poderia (.....).

Fernando: Às vezes eu nem fico... Eu não sei nem quem é que tava me olhando porque ela já se enfurece e aí ela vem pra cima de mim. Aí eu digo: “Mas Maria, eu não...”. “É, porque...”. Pô!

Maria: Eu não fico assim! A minha irmã é que se sente. Meu Deus do céu se... Ela faz em dobro, assim. Se uma mulher tá cuidando o marido dela, meu Deus, ela fica... Sai dançando bem louca e bem faceira, fica beijando ele na boca. Mas daí eu fico...

Terapeuta: Mas tua irmã deve pensar: “Eu estou com ele!”. (risos)

Maria: Mas eu fico pensando assim, ó: “Mas daí ele fica cuidando a outra e ela faz papel de ridículo!”.

Terapeuta: Mas como é que tu sabe que ele tá cuidando a outra?

Maria: Sei lá! (.....)

Nestes exemplos percebe-se a forma como a psicoterapia mobiliza uma certa tensão entre as diferentes formas de significar a realidade. O formato do diálogo, a existência de parceiros que assumem diferentes posições no diálogo, e a reedição das vozes presentes no discurso de cada parceiro vão construindo inúmeras alternativas de significação e também desconstroem e desnaturalizam o discurso do outro, na medida em que o deslocam da posição de única leitura possível para os fatos. Na exploração, a repetição é construtiva, pois permite que a cadeia de significação associada a uma visão de mundo seja flexibilizada. Nela, os discursos predominantes, que partem das

referências pessoais dos participantes, são problematizados e, aos poucos, cedem lugar a uma versão construída conjuntamente na psicoterapia. Estabelecem-se núcleos de significação onde são trabalhadas as crenças e que dão sustentação a estas concepções da realidade. Neste momento, abrem-se as possibilidades para construir conjuntamente uma nova versão.

d) Coconstrução de significado

A coconstrução de significado é o quarto padrão de organização que propomos como emergindo nas trocas entre terapeuta e pacientes. Esta forma de organização começa a aparecer na sétima sessão e caracteriza alguns momentos vivenciados no fim do processo psicoterápico. Neste padrão, as trocas assumem uma forma de organização em que há uma construção reflexiva sobre as vivências, ideias e comportamentos vivenciados no passado. Neste padrão, pacientes e terapeuta conseguem articular uma versão da realidade que não substitui as percepções anteriores (algumas delas coexistem), mas estas versões são apresentadas como novas possibilidades de significação da experiência.

- Exemplo 18

Sessão 7

Episódio Temático 3 (Parte dele):

Fernando: E ela já tá ficando bem feliz, tá vendo a barriguinha dela com outros olhos, já, né?

Maria: Ah, continua a mesma, mas... (.....).

Fernando: (.....) se mostrar pra mim. Veio mostrar. Disse: “Olha como é que tá!”. Porque tá bem melhor, né?

Maria: Tá linda! (risos) Mas tá bom!

Terapeuta: Sim, claro que a barriga não vai depois de uma gravidez, depois, né, de ter ganho um peso ela não vai voltar (*) chapadinha de uma hora pra outra, né?

Maria: Ah, e a minha prima, ela também tava bem desesperada, assim, porque ela tava bem gorda, assim, muito gorda. E ela disse: “Mari, não te estressa. Quando chegar lá pelo sexto, sétimo mês é que tu vai notar que começa!”. Porque o da Amanda foi parto normal, né? O parto normal não

fica assim. O parto normal, em um mês, dois meses, no máximo, já tá tudo em ordem, né? Até porque é uma coisa natural, né? E a cesariana, não. A cesariana... Daí ela disse: “Não, então tu vai ver: Quando chegar lá pelo sexto, sétimo mês, tu vai notar a diferença, assim, que tu começou a melhorar!

Terapeuta: Porque primeiro a pele tem que... Acho que , de certo , primeiro a pele tem que se reconstruir aqui do que (.....) depois, né?

Maria: Não, e o médico disse. O médico disse também que toda a musculatura é cortada!

Terapeuta: Claro!

Maria: Né? Toda a pele... Até tudo isso se reconstituir leva um tempo, né? Tem mulheres que levam de um ano a um ano e meio.

Fernando: Todas as vezes que o Ricardo viu falou pra ti, né, que tava otimamente...

Maria: Ah, ele dizia todo dia: “Tu nunca viu uma barriga horrível!”.

Fernando: Ele dizia. Até a cicatriz ele dizia: “Maria, tá ótimo, tá maravilhoso. Tá recuperando superbem!”.

Maria: Ele dava risada: “Tu nunca viu barriga...”.

Fernando: Não teve nenhum probleminha de (.....), tá tudo bonitinho. Uma marquinha, um risquinho. A gente quase... Se não prestar atenção nem percebe. Apesar de ser relativamente comprido o corte, né, relativamente grande, mas é um risquinho.

Terapeuta: (.....) ela diz que a questão de acúmulo de gordura na barriga devia ser considerada como uma característica sexual secundária da mulher, assim como pêlo, como mama, né? Que é da mulher engordar. Engordar e reter mais gordura no quadril e na barriga, né? Claro que a gente tá num lugar, num momento, aí, que não é muito valorizado, né?

Maria: Mas tem o... Até esses dias eu tava ouvindo uma... Lendo uma reportagem sobre isso, que há uns séculos atrás, né, era valorizada a mulher que era mais cheinha.

Fernando: As gordinhas!

Terapeuta: É?

Fernando: É!

Maria: Até os... Aparecia um monte de quadros, assim.

Fernando: É, as pinturas.

Maria: As pinturas! As mulheres tinham um volumezinho na barriga, celulite na perna, assim. Eram (.....), assim. E aquilo era visto como uma beleza da mulher, natural. O sei meio caído, aquela coisa normal. É que não sei, agora criaram essa imagem, assim, de mulher perfeita, que não existe!

(...)

Maria: (...) Então, quer dizer: Ou aceita como é ou então... É por isso que eu falo da minha barriga, assim: Que eu tenho que me aceitar como eu sou. Não posso ficar... Esse era o meu desespero maior, né? Não que eu quisesse que a minha barriga sumisse. Eu entendo que eu tive um filho, que foi uma criança grande, que esticou muito a pele, aquela coisa toda. Mas eu tinha que aprender, de alguma forma, a aceitar a minha barriga. Ainda tá longe, mas eu tô melhor do que tava.

Pai: Isso é, cara. Agora, se tu for fazer uma avaliação da coisa...

Terapeuta: Não só a barriga, mas o processo todo que é um pós-parto, né?

Terapeuta: Sim, a tua barriga pelo menos tem uma história... Duas histórias!

A construção conjunta de significado ocorre quando versões alternativas da realidade trabalhadas na exploração passam a ser potencializadas. Ela é fruto de dois movimentos que ocorrem na exploração. O primeiro, o alargamento do campo semiótico através das temáticas alternativas. O segundo, a problematização das crenças que dão sustentação aos núcleos de significação que se mostram predominantes. Na coconstrução, por exemplo, o discurso da depressão pós-parto ainda existe, o do corpo modificado pela maternidade e fora de um determinado padrão, continua a existir, porém estes passam a ser problematizados e ganham um significado singular.

- Exemplo 19

Sessão 9

Episódio Temático 10

Terapeuta: E como é que tá essa função da gordura?

Maria: Não, eu já perdi um pouco de peso. Não tô estressada com isso. Não tô mais. Ontem ainda no aniversário eu tava olhando. Meu Deus do céu. A mãe da nenezinha aquela. A de preto que tava lá pulando.

Pai: Ah, sim. Eu vi, eu vi, eu vi.

Mãe: Ah, mas assim...

Pai: Era um barrilzinho, né?

Mãe: E ela bem feliz da vida! Assim, aquelas um, dois, três, quatro, cinco, assim. Uma coisa.

(...)

Mãe: E eu tô me aceitando, assim. A minha barriga melhorou muito...

Terapeuta: Sumiu o babado?

Maria: Não, o babado continua ali. Mas agora eu aprendi a prender o...
(risos)

Fernando: (.....) a barriga dela e ela insiste em dizer que tem um babado. Acho que agora não tem...

Terapeuta: Claro, pois é. É isso que eu tava... (.....) sumiu o babado, né?

Fernando: Não é! É onde está a marca do corte que ela acha que tem um babado! É um...

Maria: (.....) aqui assim,ó.

Fernando: É que onde tem a cicatriz, claro, ela fica mais...

Maria: Com gordurinha...

Fernando: Puxa, né?

Terapeuta: Sim, sim!

Fernando: Mas não é um babado. Não tem uma dobra. Ela só tá... A pele tá

pra dentro!

Maria: Não, e assim, ó: Comecei a reparar nas outras mulheres também, assim. Que nem isso aqui assim, ó. É difícil mulher que não tem, assim... Eu não tenho aquilo...

Terapeuta: Tu não tem mesmo.

(...)

Maria: Nem nada. Daí eu comecei a reparar nas outras pessoas, assim.

Fernando: Vai desmanchar, coitada!

Maria: Mas até que não tô tão medonha! Dá pra encarar!

Terapeuta: Que mudança, né, Murilo, pra quem chegou aqui achando que tava com um babado enorme...

Maria: Ah, eu (.....) a barriga bastante, né? Aí a minha prima...

Terapeuta: É, eu acho que tu perdeu bastante peso, mesmo!

Maria: É! Daí a a minha prima ainda... A (.....) ainda tá bem gordinha, né?

Fernando: Tá!

Maria: Ontem eu tava olhando ela de costas, ela tá bem...

Fernando: Tá bem...

Maria: Mas ela disse assim pra mim: “Maria, o período mais crítico é agora, entre , assim, o quinto e o sexto mês, sétimo mês. Depois do sétimo mês é que tu começa realmente a perder aquela barriga e aquela coisa toda. Então não te estressa que isso tudo vai passar!”.

Fernando: Ih, cara, até chegar o verão tu tá chuchu beleza. Quer dizer, já tá. Pra mim já tá.

Maria: Ontem até eu fui assediada por um pai lá da festa. O Fernando nem viu!

Terapeuta: Tá vendo! Eu acho que tu tem que cuidar mais de perto na hora de cuidar!

Maria: É! Te cuida, te cuida. Tô solta agora.

Fernando: Tô preocupado! Sei que tu vai (.....).

Maria: Não, mas é tão engraçado essa coisa, assim, das pessoas. Eu tava parada, assim. O Fernando tava jogando *snookie* com o meu primo e aí eu tava parada na, com o Murilo olhando as crianças na piscina de bolinha, porque é uma piscina de bolinha pequena, e tinha só criança pequena, assim, um aninho, dois. E aí tinha um alemãozinho encapeteado, assim, né? (.....) no meio das bolinhas. Aí chegou um cara do meu lado!

Fernando: Que por acaso era o marido da...

Maria: Da nariguda!

Fernando: A que tava com doze dando tiro pra tudo quanto era lado.

Maria: Olhando pra tudo que era homem. A coisa mais séria! Aí ele parou do meu lado! Eu nem olhei, assim. Tava olhando pras crianças, continuei olhando pras crianças. Ele disse assim pra mim: “Ah, é tão bom quando eles são desse tamanho, né?”. Daí eu olhei pra ele e disse: “Ah, é bom!”. Daí eu disse: “Cada fase tem as suas vantagens, né?”. Daí ele: “Ah, esse capeta aí, ó, é meu. Há dois meses atrás tava no hospital com traumatismo craniano. Agora tá aí, aí, ó! Não pára um minuto!”. Mas o guri realmente terrível. Alemãozinho, a coisa mais linda. Tá, e aí a criança brincando. Daí ele meio que começou a puxar muito assunto. Meu Deus, meu Deus. Olhei pra um lado, olhei pro outro, disfarcei e saí dali, né? Não vai o Fernando achar que eu tô olhando pra esse homem, né? Ninguém merece! Mas ele era bem bonito, até.

Fernando: Mas ele era bem bonito, ó!

Terapeuta: Tá vendo como a coisa se inverte?

Maria: Daí eu peguei, peguei a aniversariante depois, quando já tava mais no fim da festa, né? Aí ele veio pra volta de novo. Ah, meu Deus. Daí

começou a puxar assunto e brincar com a Júlia e: “Ai , que bonita!”, e “Que bonita festa, não sei o quê...”. Eu digo: “Ah, meu Deus do céu!”. Daí também dei uma disfarçada e saí dali. Aí digo: “Vê, assim, como é engraçado. Quando a gente pára de se preocupar...”. Eu parei... Larguei o Fernando, assim. O Fernando tava conversando, ali, (.....). O Fernando ia no banheiro... Que Deus o livre. Quando o Fernando ia no banheiro eu ficava olhando. E ele ia e voltava todo o trajeto, (....) olhava pra ninguém. Ontem também ele nem tava nem aí, tava conversando, fazendo as coisas dele, eu as minhas... Eu mudei muito, assim. E não tô fazendo força (...). Bem natural, assim.

Fernando: É que agora tu tá conseguindo ver o que realmente tá acontecendo (.....).

Maria: Não, e eu tô aproveitando!

Fernando: Antes tu via uma coisa e imaginava outras tantas diferentes.

Maria: Não, e eu... (.....) eu fui e aproveitei a festa, né? Brinquei com o Murilo, eu ficava olhando a Amanda fazendo piruetas.

Como afirmamos, na coconstrução não há a superação de uma nova significação ou versão dos fatos que suplante a anterior. A visão de Maria de ter em seu corpo diferenças que não se adequam a determinado padrão estético ainda existe, mas a mudança é que uma nova versão sobre ela permite que “o babado” que ela enxerga em seu corpo deixe de ser o centro da imagem de si e outros elementos entrem: existem outros corpos “piores”, ela pode ser fruto do olhar desejante do outro e é possível encontrar diversão para além do marido.

Uma outra característica é que a predominância de uma nova rede de significados ligados a vivência da realidade, faz com que certos elementos da versão anterior sejam tratados como pertencentes ao passado e se revisite a situação vivenciada com uma nova narrativa e uma abertura para que se projete o futuro:

- Exemplo 20

Sessão 9

Episódio Temático 10 (parte dele)

(...)

Terapeuta: Errada... É que em algum momento a festa devia ser um sofrimento pra ti!

Maria: É!

Fernando: Em algum momento, não. Acho que nem na hora... Na hora de chegar ela... Antes de sair de casa ela já tava sofrendo.

Maria: Era uma coisa que me incomodava, assim, sair. Eu te falei, né? Assim, ir no *shopping* eu tinha verdadeiro pavor. Eu me sentia inferior às outras pessoas, parecia que todo mundo tava olhando pra mim me achando, sei lá eu, feia, maloqueira, gorda, né? E eu não sinto isso mais graças a Deus, se fosse...

Terapeuta: Sim...

Maria: Isso é uma coisa que eu já tinha antes, assim. Não que nem ficou quando eu ganhei o Murilo. Lógico! Nem se compara! Mas eu já tinha, assim, aquela coisa de ciúmes, de... Né? E existem males que vêm para o bem que nem se diz, né? E talvez esse mal que o Murilo me fez, serviu pra mudar o meu jeito, assim, né?

Terapeuta: Claro!

Bebê: grita

Terapeuta: Eu acho que tem várias coisas aí. Vocês tão dizendo: “Como é que pode dois filhos serem tão diferentes?”, né? Eu não sei até que ponto o fato do Murilo ter sido menino e ser um menino agora, se isso não ativou mais ainda isso, né, de ter que pensar como é que ia dar conta de criar um menino!

Maria: É! Ontem, até, a minha prima disse, assim, né, que é bem interessante isso que, h, ter um nenê agora. Eu não quero que ele seja assim. Aquela...

Fernando: Mais um!

Maria: Aquele peso, aquele peso, né, de “eu vou criar mais um cafajeste. Eu vou criar mais um sem-vergonha”, né? Minha responsabilidade, né?

Terapeuta: Uhum...

(Bebê chora)

(...)

Terapeuta: Talvez se o Murilo fosse uma menina isso nem tivesse acontecido!

Maria: Pois é!

Terapeuta: Né? Por isso que a gente diz assim: Vocês são pais, vocês tem dois filhos mas o contexto é muito diferente!

Fernando: É, pode ser, pode ser!

Terapeuta: A gente sempre diz assim, que tem (.....) Murilo, se ele fosse menina, não sei realmente, assim, se tu teria ficado com esse peso: Bom, e agora, como vou educar?

Maria: É!

Terapeuta: Né? Tanto é que tu disse que quando ganhou a Amanda tu não teve nenhum problema maior, assim.

Maria: Não, com a Amanda foi bem tranquilo.

Terapeuta: E aí veio o Murilo, bebê Johnson's, aí, lindo e maravilhoso e dá um susto na mãe. De como é que vai educar agora? Não quer criar outro cafajeste. E aí tem que achar os modelos diferentes.

Fernando Não. A gente vai ensinar ele bem direitinho.

Maria: Ah, ele é tão carinhoso... Ontem ele tava mamando. Ele sempre fica olhando pra mim, faz carinho no meu rosto. É muito carinhoso.

Fernando: Com certeza, assim, ele vai saber respeitar mulher, né, filho?

Maria: É... (risos)

Terapeuta: (risos) (.....) sair em busca de modelos, aí. Pelo visto, na família do Fernando, a família dele tem modelos bem positivos pra dar pro Murilo.

Maria: É melhor. Bem melhor, mesmo. Ainda ontem minha prima disse,né? Que eu disse pra ela que eu só tinha mais duas sessões, né? Daí eu disse que eu ficava meio assim, né, meio insegura de terminar, né? Daí ela disse: “Ai, então pensa bem, né, se tu...”. Eu disse: “Não, mas eu acho que eu já tô segura, assim, já tô me sentindo bem!”.

Terapeuta: Claro, a gente poderia seguir até doze sessões. Mas eu acho, assim, que vocês tiveram uma melhora tão boa, né, e isso vem se mantendo, que eu me sinto tranqüila, né? da gente terminar esse processo, né? E qualquer coisa , porque vocês vão terminar aqui,né? vai ter uma colega minha que vai fazer as entrevistas com vocês de novo. Eu vou tentar que a Milena continue com vocês, (.....) as entrevistas contigo, né? Vamos ver se a gente consegue fechar o horário dela com o de vocês, né, (.....) mais uma colega minha (.....), né, e daqui a seis meses a gente se vê de novo. Né? E de qualquer forma vocês têm meu telefone. Qualquer coisa que aconteça a gente pode marcar um encontro extra (.....) algum problema. A gente não rompe esse vínculo assim. A gente tem esse formato breve porque a gente percebe, assim, que é uma desorganização que acontece em função do nascimento do bebê que algumas coisas se desorganizam, né? E que em poucos meses... Até porque o Murilo tá crescendo. Vocês vão conseguindo se reorganizar. As mudanças nesse período são muito rápidas, né?

Pai: Ah, (.....).

Terapeuta: E claro que dá um medo de terminar, né? Mas eu acho que vocês estão bem, né? Vocês vêm... Quando é que foi? (.....) em que sessão que eu disse que eu achava que... Eu acho que ali pela sexta sessão.

Maria: É...

Terapeuta: Né? Eu já vi que a mudança de vocês já tava...Quando a gente conseguiu mexer nas coisas do teu pai, especialmente, né? Vamos ver como é que isso se reorganiza, como é que isso fica. E dali em diante tu teve um

salto, assim. Tu consegue ir nas festas, tu consegue aproveitar, né? Tu consegue te perceber sendo cuidada pelo Fernando, né? Coisas que não aconteciam antes. E tu também sai pra festa pra se divertir, e não pra ficar vendo quantas pessoas tão lá na volta do Fernando, né?

Maria: Não que não... Que as pessoas... Não que na tenha mulheres que olhem...

Fernando: Já naquele outro dia que a gente saiu pra dançar de noite! Na boa!

Terapeuta: Pois é!

Fernando: Tranquilo mesmo! E olha que a caça era grande. (.....).

Terapeuta: É que na verdade tu já viu que tem que ter uma certa escolha: Ou tu diverte, né, sai e se diverte, ou...

Maria: Não, assim, ó: O que mudou bastante, assim, no meu pensamento – não que eu não achasse que o Fernando não me amava, né, mas eu achava, assim, ah, que ele queria ter outra, né – e hoje eu penso, assim, que ele...

Fernando: Eu já tenho duas! Vou querer mais uma?

Terapeuta: (risos)

Maria: Não, e eu penso, assim, que pra mim tá bem claro, assim, que ele quer ficar comigo, né? Que ele podia ficar com outra se ele quisesse. Ele não tá com outra porque ele não quer, né? Ele optou por ficar comigo. Ele gosta de mim. Ele gosta de mim do jeito que eu sou!

Fernando: Ah, que bom que tu tem consciência disso.

Maria: Pra mim isso, assim, ficou bem claro, assim.

Terapeuta: Não, e eu acho que ele nos dá provas muito concretas disso. Eu digo assim: Tu não imagina a dificuldade de trazer os pais pra terapia!

Maria: É!

Terapeuta: Né? E isso que a gente tem horários de noite. A gente, né, não (.....). Claro, tem horários de trabalho, às vezes, que tu não tem como

negociar. Não têm a flexibilidade que tu tem.

A coconstrução permite olhar para as experiências passadas conferindo-lhe um novo significado. Mesmo o diagnóstico de depressão, usado no início como uma espécie de referência para dar sentido ao sofrimento de Maria, ganha um novo significado, explicado pela forma de Maria significar sua história de vida. Ao chegar na coconstrução, pacientes e terapeuta constroem um conhecimento que lhes permitem ir além de suas versões explicativas individuais e darem voz a uma nova construção que é fruto da relação. Na exploração, versões da realidade são apresentadas, confrontadas, questionadas e reafirmadas. A partir da possibilidade de abreviação que vai, já nas sessões iniciais, sendo construída, os participantes vão abrindo possibilidades novas de significação. Estas possibilidades começam a se tornar versões coconstruídas da realidade que permitem a abertura de novas possibilidades de significação da experiência.

e) Comparando a prevalência dos padrões

Neste tópico discutiremos um pouco a forma como se deu a trajetória da relação. A seguir, apresentamos uma tabela que contém a frequência com que cada padrão de organização se fez presente na relação. Esta comparação é importante porque conta a história da relação de uma forma condensada, do começo ao fim.

Tabela 1. Frequência dos Episódios Temáticos ao longo do processo terapêutico

Sessão	Número de Episódios Temáticos	Estabelecimento de Temática	Estabelecimento seguido de exploração	Exploração de temática	Co-construção de Significado
1	25	4 (16%)	14 (56%)	7 (28%)	-----
2	39	4 (10,26%)	13 (33,33%)	22(56,41%)	-----
3	18	-----	7 (38,89%)	11	-----

				(61, 11%)	
4	8	-----	2 (25%)	6 (75%)	-----
5	12	2 (16,67%)	3 (25%)	7 (58,33%)	-----
6	8	1 (12,50%)	2 (25%)	5 (62,5%)	-----
7	13	1 (7,69%)	6 (46,15%)	3 (23, 08%)	3 (23,08%)
9	14	-----	7 (50%)	3 (21,43%)	4 (28,57%)
10	12	1 (8,33%)	5 (41, 67%)	4 (33,33%)	2 (16,67%)

Uma primeira característica que é notável é o número de episódios temáticos nas sessões. É possível identificar que as duas primeiras sessões possuem um número significativamente maior de episódios temáticos (25, na primeira e 39 na segunda). Isto talvez se dê porque no início da relação os parceiros apresentam uma forma de funcionar em que se estabelece e explora um número maior de temática, sem dar especial atenção a nenhuma em particular. Aos poucos, algumas temáticas passam a oferecer uma maior possibilidade de alternativas a explorar. Isto ocasiona que existam episódios temáticos mais longos, em alguns momentos da sessão. Estes episódios temáticos longos são caracterizados por um número maior de temáticas integrantes.

As tentativas de estabelecimento sem exploração não prevalecem em nenhuma sessão. Acreditamos que isso se dá porque nas trocas entre adultos, a inserção do sujeito no universo sógnico proporciona que existam as potencialidades para que as trocas sejam estabelecidas e logo exploradas. Como afirmamos anteriormente, nas trocas que analisamos o estabelecimento sem exploração se dá apenas em situações em que a atenção dos parceiros para uma temática que não se sustenta, havendo um desengajamento rápido.

O estabelecimento com exploração e a exploração de conteúdos estabelecidos em momento anterior está presente de forma significativa, o que permite a compreensão de que a exploração de temática move a sessão terapêutica e tem papel central para a coconstrução de novos significados. É importante perceber que nas sessões 4,5 e 6 há um predomínio das trocas de exploração de temáticas introduzidas em outros momentos da sessão ou em sessão anterior. Isto permite compreender que no meio do processo psicoterápico inúmeras temáticas já foram estabelecidas e que, a partir de um determinado momento, as trocas passam a ser protagonizada dando voz a temáticas previamente estabelecidas e presentes no repertório abreviado (Lyra, 2011) da relação.

Um outro dado importante é a emergência da coconstrução de significados que só começa a aparecer na 7ª sessão. Este padrão de organização da comunicação só aparece nas sessões finais do processo psicoterápico, e não predomina. Ao longo das últimas sessões as trocas que incluem exploração (seja ligada sequencialmente ao estabelecimento ou não) continuam a prevalecer.

Nossa compreensão deste encaminhamento na trajetória do sistema é que o dinamismo impetrado pela mediação semiótica ocasiona a constante emergência do novo na relação, bem como sua exploração. A coconstrução de significado não se apresenta como um padrão que predomina, mas como insights pontuais que têm por função abreviar com novos sentidos; estes abrem as portas para a inserção e exploração de novas temáticas. O processo psicoterápico instaura uma forma de funcionar, em que novas possibilidades potenciais de trocas estão sempre presentes. Entendemos que esta é a razão porque nas sessões em que há coconstrução, há novamente um predomínio das trocas de estabelecimento seguido de exploração.

8. Conclusão

Após a apresentação e discussão dos resultados, faz-se necessário retomar os objetivos propostos neste trabalho e discutir as conclusões a que chegamos, apontando para possíveis contribuições. Primeiro, gostaríamos de retomar ao nosso objetivo principal que versa sobre a identificação de padrões de organização das trocas estabelecidas numa terapia breve de casal. Entendemos que o grande desafio neste objetivo era o de explorar as trocas a partir de um modelo de comunicação desenvolvido tendo como referência as trocas no início da vida (Fogel & Lyra, 1997), sem perder de vista as particularidades e diferenças do *setting* psicoterápico, mas mantendo em comum com estes estudos o enfoque na relação. Entendemos que este objetivo foi alcançado na medida em que identificamos algumas formas de quase estabilidade que predominam na relação terapêutica, sem descaracterizar o dinamismo que acompanha a

relação psicoterápica.

Identificamos , também, algumas diferenças marcantes entre estas trocas e aquelas que se processam no início da vida. A maior delas é a forma como se dá o estabelecimento das temáticas seguida de exploração, quase que imediata. Esta constatação parece apontar para a forma como as trocas estabelecidas entre sujeitos parcialmente constituídos oferece um repertório de possibilidades de estabelecimento de trocas. O funcionamento simbólico instaura a possibilidade de partilhar e estender as trocas, abrindo um campo de sentidos, movido a partir de negociações e caracterizado por tensões e construções conjuntas.

Outra diferença, decorrente desta primeira é a forma como a cultura coletiva se oferece como fonte de estereótipos sobre diferentes aspectos (a doença de Maria, o papel da terapeuta, o corpo ideal, etc.). Quando as trocas se iniciam, na ausência de um conhecimento mútuo, estes estereótipos parecem servir como referência aos participantes. Posteriormente, há a construção de uma forma particular de relacionar-se que passa a guiar a relação e permitir o predomínio de uma cultura pessoal, em que as repetições deixam de ser, apenas, uma importação de sentidos vindos de matrizes sociais (Valsiner, 2007a; Valsiner, 1997). Com o passar do tempo, a relação terapêutica começa a exibir uma flexibilidade que ocasiona que a trajetória desta relação seja marcada por inúmeras possibilidades de ressignificar a experiência (Valsiner, 2007a,b; Marková, 2006).

Quanto às questões que surgiram como desdobramentos do nosso objetivo foi possível perceber que características compõem os padrões de organização e como este processo vai se organizando e potencializando a emergência de novas formas de significação da experiência, para fora do núcleo de saturação. Este núcleo de saturação gera versões da realidade que estagnam os indivíduos em sua existência e criam uma

rigidez na construção da leitura da realidade que estes utilizam no seu dia-a-dia (Santos & Gonçalves, 2009). Uma ressalva importante é que logo na primeira sessão é possível perceber mudanças pequenas, porém significativas ocorrendo. Estas ocorrem como microprocessos que tiram do centro as narrativas saturadas.

Neste aspecto, entendemos que a novidade de nosso estudo se dá também pela possibilidade de entender como a trajetória da relação retira a relação terapêutica de um lugar prescritivo (em que um paciente recebe um diagnóstico X que passa a rotular sua experiência) para a criação de um campo coconstruído de significado em que as leituras da realidade são problematizadas e trabalhadas, num dinamismo que concentra tensão e conciliação de significados.

No nosso estudo de caso, em particular, o sentido da vivência da *depressão de Maria*, enquanto paciente identificada, deixa de ser a depressão com características descritas nos manuais dos órgãos normatizadores de psicodiagnósticos para ser de fato a depressão de Maria, que encontra sentido em sua história relacional e passa a ser narrada e coconstruída pela tríade terapêutica. Esta coconstrução não prescinde do outro, que exerce seu papel complementar na significação da experiência (Faraco, 2003).

Uma diferença marcante entre nosso estudo e aqueles fundamentados na perspectiva narrativista é a forma de conceber o papel da repetição. Na abordagem narrativa, as repetições são consideradas empecilhos para que novas narrativas possam ganhar espaço e dinamizar a leitura da realidade (Payne, 2000; Grandesso, 2000; Ribeiro & Gonçalves, 2011). Em nosso estudo, as repetições parecem assumir um diferente papel. No início, elas parecem, de fato, impedirem a relação de seguir adiante(percebemos isto na primeira sessão), posteriormente elas se tornam importantes permitirem que as temáticas ganhem novas formas de significação. A terapia se torna,

então, um espaço onde as repetições deixam de ser estagnantes para se tornarem construtivas, na medida em que a partir das temáticas integrantes novos arranjos discursivos são criados.

Neste estudo, percebemos que a relação terapêutica caminha para a abertura e flexibilização de um campo semiótico, dando protagonismo a discursos antes relegados ou ausentes. Os padrões de organização apresentados neste estudo contam a história de uma relação que chega a uma forma de ajustamento, em que os papéis passam a ser intercambiáveis e internalizados para os parceiros, que passam a ter autonomia para apropriar-se da ressignificação da experiência.

Um outro aspecto trabalhado foi a caracterização do *setting terapêutico* como um ambiente suscitador de tensões, ambivalências e ambiguidades que permitem a coexistência de múltiplas leituras da realidade que nunca correspondem entre si.

Nesta concepção, fica clara, a partir de nosso estudo, em seus aspectos empíricos e teóricos, que o *setting terapêutico* enquanto espaço de mudança e transformação não pode ser caracterizado como um ambiente de partilha total da experiência ou comunhão total de ideias. A psicoterapia se mostra um espaço que tem como característica imprescindível a diferença. Entendemos, então que é a ação conjunta que ativa as potencialidades e possibilidades de heterogeneidade e polifonia no discurso dos parceiros.

As trocas em psicoterapia são estabelecidas, exploradas, e abrem caminhos para coconstruções da realidade. Em nosso entendimento isto só é possível a partir da abreviação. A abreviação não se constitui como um padrão de organização das trocas adultas. Ela é primordial na psicoterapia por permitir que no momento presente, elementos da história da relação estejam presentes criando um espaço comum de ação, a

partir do qual a comunicação se processa.

Esta é uma diferença entre as trocas protagonizadas na psicoterapia e aquelas protagonizadas no início da vida. No modelo EEA a abreviação emerge como um padrão de relação. Nas trocas adultas, ela aparece como um mecanismo inerente aos efeitos do tempo sobre a relação, estando presente, não como padrão, mas como característica das trocas.

Entendemos que os discursos saturados prendem o sujeito ao presente desarraigando sua experiência da história prévia que lhe dá sentido, e das possibilidades futuras. Logo, as formas de significação da experiência ficam presas a um discurso que passa a funcionar como a única leitura possível da realidade. Nesta forma de funcionar, os estereótipos culturais servem como maneiras de estruturar as trocas. Isto fica claro no momento inicial da psicoterapia em que o terapeuta funciona como aquele que nomeia o mal estar e lhe dá sentido a partir de uma referência externa (psicodiagnóstico). É só no momento em que o conhecimento mútuo ganha relevância que a relação começa a caminhar para a mudança.

No processo psicoterápico que analisamos, a exploração de temáticas se mostrou como um padrão de comunicação importante para desnaturalizar os discursos predominantes. Estes que se mostravam como leituras da realidade “corretas”, passam a ser problematizados e dinamizados, ocorrendo assim a emergência de temáticas integrantes. No padrão posterior, a co-construção de significado, um dado importante é que este não predomina mas se mostra como um padrão que aparece em forma de *insights* que organizam as possibilidades de significação da realidade que emergiram na exploração, tornando algumas delas predominantes (mas não num caráter monológico). No entanto, temos a percepção de que o formato breve da psicoterapia, pela sua característica de focar numa problemática específica, ocasionou o

encerramento do processo com pouco tempo de predomínio do último padrão.

Entendemos, portanto, que a maior contribuição de nosso estudo está contida nos seguintes pontos:

- Perceber a possibilidade e adequação da metáfora dos sistemas dinâmicos como possibilidade de explicar a relação terapêutica e o dinamismo que lhe é característico;
- Incluir o terapeuta como parte do sistema de relação que compõem o setting psicoterápico, não como alguém que mobiliza a mudança, mas que a constrói em parceria com os participantes;
- Oferecer um olhar microgenético sobre a relação terapêutica considerando os efeitos do tempo histórico na relação terapêutica;
- Oferecer uma visão da psicoterapia que integra a visão dialógica e a visão metafórica dos sistemas dinâmicos.

Entendemos que estas contribuições podem ser estendidas ao estudo de diferentes contextos psicoterápicos. Sem dúvidas é preciso considerar que o presente estudo foi desenvolvido num processo de comunicação em que três pessoas participam presencialmente das trocas, num formato de terapia breve. Porém, é preciso perceber as peculiaridades de outras configurações terapêuticas e de trocas processadas em psicoterapias que funcionam a partir de diferentes quadros teóricos. Uma outra possibilidade de estudo futuro, que nos motiva, é a possibilidade de entender em que momento da relação terapêutica emergem os diferentes tipos de momentos de inovação identificados por Gonçalves, Matos e Santos (2009a).

Enfim, acreditamos que este estudo se constitui como uma apropriação teórico-empírica inicial do tema que nos propomos a estudar, que sem dúvidas abre caminhos

para novas interrogações.

9. Referências

Andersen, T. (1997). *Processos Reflexivos*. Rio de Janeiro: Noos/ITF.

Anderson, H. (1997). *Conversation, language and possibilities: a postmodern approach to therapy*. New York: Basic Books.

Ash, M.G. (1995). *Gestalt psychology in German Culture: 1890-1967*. Cambridge: Cambridge University Press.

Edgerton, E.J (ed.) (1997). *American Psychiatric Glossary*. Washington: American Psychiatric Press.

Bakhtin, M. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski* (2a ed., P. Bezerra, trad.). Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária.

Bakhtin, M.M. (1984). *Problems of Dostoevsky's poetics*. Mineapolis: University of Minnesota Press.

Bakhtin, M. (1986). *Speech Genres and Other Late Essays*. (C.Emerson&M.Holquist, Eds., V. Liapunov, Trans.). Austin:University of Texas Press.

Bakhtin, M. (1993). *Toward a Philosophy of the Act*. (M. Holquist&V. Liapunov, Eds.,Trans.). Austin, TX: University of Texas Press.

Bakhtin, M. (1999). *Toward a Philosophy of Act*. Austin: University of Texas Press.

Bakhtin, M. (2003). *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes.

Bateson, G. (1991). *A Sacred Unity: Further Steps to an Ecology of Mind*. New York: Harper Collins.

Bateson, G. (1986/1979). *Mente e Natureza*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Beck, J. (1995). *Terapia Cognitiva*. Porto Alegre: ArtMed

Bateson, G. (1985/1972). *Steps to an Ecology of mind*. New York: Ballantine Books.

Bateson, G.; Ferreira, A.J.; Jackson, D.D.; Lidz, T.; Weakland, J.; Wynne, L.C. & Zuc, H. (1980). *Interacción Familiar*. Buenos Aires; Ediciones Buenos Aires.

Bertalanffy, L.V. (1977). *Teoria Geral dos Sistemas*. Petropolis: Editora Vozes, 3ª ed.

Bertau, M.C (2010). Developmental Origins of the Dialogical Self: Early Childhood Years. Em H. Hermans & T. Gieser (Eds.). *A Handbook of Dialogical Self Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bertau, M.C. (2004). The theory of the dialogical self and a proposition for modeling. Em M-C. Bertau (ed.). *Aspects of the dialogical Self*. Berlin: Lehmanns Media.

Bertau, M.C. & Gonçalves, M. (2007). Looking at the meaning as Movement in Development: Introductory Reflection on the Developmental Origins of the Dialogical Self. *International Journal for Dialogical Science*, 2(1), 1-13.

Branco, A.U. & Valsiner, J. (eds). (2005). *Metacommunication and Communication in Human Development*. Greenwich, CT: InfoAges Press.

Breunlin, D.C., Schwartz, R.C. & Kune-Karrer (2000). *Metaconceitos- Transcendendo os modelos de Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artmed, 2ª Ed.

Broeckelman, M. A. (2004). *Bakhtin speaking: a dialogic approach for teaching the basic public speaking course*. Thesis submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree Master of Arts. Kansas State University.

Buhler, K. (1990). *Theory of Language: The representational function of language*. Amsterdam: John Benjamin.

Caballo, V.E. (2003). *Tratamento Cognitivo-comportamental dos Transtornos Psicológicos*. São Paulo: Editora Santos.

Clark, K. & Holquist, M. (2008). *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva.

Chaves, M.M. (1984). *Saúde e sistemas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Chaves, E. C.S. (2004). *O sistema de comunicação Mãe-bebê: O Estudo das Dimensões que compõem as Trocas mediadas por Objetos*. Dissertação de Mestrado. Psicologia, CFCH, Universidade Federal de Pernambuco.

Chaves, E.C.S. (2010). *Autismo e troca social: contribuições de uma abordagem microgenética*. Tese de Doutorado Não Publicada. Recife: Departamento de Psicologia, Curso de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, UFPE.

Clark, K. & Holquist, M. (2003) *Mikhail Bakhtin*. São Paulo: Perspectiva.

Cordioli, A.V.(1998). *Psicoterapias- Abordagens Atuais*. Porto Alegre: Artmed, 2ª Ed.

Crawford, V.M. & Valsiner, J. (1999). Varieties of Discursive Experience in Psychology: Culture Understood through the Language Used. *Culture & Psychology*, 5(3), 260-269.

Cunha, C. A.C. (2007) Processos Dialógicos de Auto-Organização e Mudança: Um estudo microgenético. *Dissertação de Mestrado*. Universidade do Minho. Braga, Portugal.

De Lemos, C.T.G. (1985). Specularity as a constitutive process in dialogue and language acquisition. Em L. Camaioni & C. De Lemos (Eds.). *Questions and Social Explanation*.

Diriwachter, R. Ideographic Microgenesis: Re-visiting the Experimental Tradition of Aktualgenesis. Em J. Valsiner, P.C.M. Molenaar, M.C.D.P. Lyra & N. Chaudhary. *Dynamic Process Methodology in the Social Developmental Sciences*. (pp. 455-476). New York: Springer.

Faraco, C. A. (2003). *Linguagem e diálogo. As idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar edições.

Faraco, C.A.; Tezza, C. & Castro, G. (2007). *Diálogos com Bakhtin*. Curitiba: Editora UFPR.

Ferreira, C.P. (2007). O *self* externalizado em Winnicott e Dennett. Em B. Bezerra Jr. e F. Ortega (Orgs.). *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará

Freedman, J. & Combs, G. (1996). *Narrative Therapy: The Social Construction of Preferred Realities*. New York: W.W. Norton.

Flores, V.N., Barbisan, L.B., Finato, M. J.B. & Teixeira, M. (2009). *Dicionário de Linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto.

Fogel, A., Garvey, A.P., Hsu, H. & West-Stroming, D. (2006). *Change Processes in Relationships: Relational-historical research on dynamic systems of communication*. Cambridge: Cambridge University Press.

Fogel, A. (1993). *Developing through relationships: Origins of Communication, Self and Culture*. Chicago: University of Chicago Press.

Fogel, A. & Lyra, M.C.D.P. (1997). Dynamics of development in relationships. Em F. Masterpasqua & P. Perna (Orgs.). *The Psychological meaning of Chaos; Translating Theory into Practice*, pp. 75-94. Washington: American Psychological Association.

Fogel, A., Lyra, M.C.D.P. & Valsiner, J. (Eds.) (1997). *Dynamics and Indeterminism in Developmental and Social Processes*. Mahwah, N.J.: Lawrence Erlbaum.

Furtado, O. (2002). O psiquismo e a subjetividade social. Em A.M.B Bock, M.G.M. Gonçalves & O.Furtado. *Psicologia Sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.

Gergen, K. & Warhuus, L. (2007). Terapia como Construção Social: Características, Reflexões e Evoluções. Em M. M. Gonçalves & O.F. Gonçalves. *Psicoterapia, Discurso e Narrativa: A Construção Conversacional da Mudança*. Coimbra: Quarteto, 2a Ed.

Gonçalves, M.; Matos, M. & Santos, A. (2009). *Innovative Moments coding system* (Version 7.2). Braga: University of Minho. Available from the Authors.

Gonçalves, M.M.(no prelo). Momentos de Inovação em psicoterapia: O que podemos aprender com a psicologia do desenvolvimento?. Em A. Garvey, M.C.D.P. Lyra & M. Silva. *Microgênesis: Estudo do Processo da Mudança*. Editora Universitária UFPE.

Gonçalves, M.; Matos, M. & Santos, A. (2009 b). Narrative Therapy and the Nature of ``Innovative Moments`` in the Construction of Changes. *Journal of Constructivist Psychology*, 22(1).

Gonçalves, M.M., Mendes, I., Ribeiro, A., Angus, L. & Greenberg, L. (2009). *Innovative Moments and Change in emotion-focused Therapy: The case of Lisa*. Manuscript submitted for publication.

Gonçalves, M.M. & Gonçalves, O.F. (2007). A Psicoterapia como Construção

Conversacional. Em M.M. Gonçalves & O.F. Gonçalves. *Psicoterapia, Discurso e Narrativa: A Construção Conversacional da Mudança*. Coimbra: Quarteto, 2a Ed.

Gonçalves, M.M. & Cunha, C. (2006). Re-autoria, imaginação e Mudança. *Psychologica*, 41, pp.151-167.

Gonçalves, M.M. & Gilfoyle, M. (2006). Dialogism in Psychoterapy: Therapists and clients beliefs supporting Monologism. *Journal of constructivist Psychology*, 19, pp. 251-271.

Guanaes, C. & Japur, M. (2003). Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de *self*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 19(2).

Grannot, N. & Parziale, J. (2002). Microdevelopment: A process-oriented perspective for studying development and learning. Em N. Granott & J. Paeziale (Eds.). *Microdevelopment: Transition Processes in Development and Learning*. Pp1-28. Cambridge: Cambridge University Press.

Hermans, H.J.M. (1996). Voicing the Self: From information processing to Dialogical Interchange. *Psychological Bulletin*. 119(1): 31-50.

Hermans, H.J.M. (2001). The Dialogic Self: Toward a Theory of Personal and Cultural Positioning. *Culture and Psychology*. 7(3):329-365.

Hermans, H.J.M. (2002). The dialogical Self as a society of mind. *Theory & Psychology*, 12, 147-160.

Hermans, H.J.M (2007). A Pessoa como Narrador motivado de Histórias. Em M.M. Gonçalves & O.F. Gonçalves. *Psicoterapia, Discurso e Narrativa: A Construção Conversacional da Mudança*. Coimbra: Quarteto, 2a Ed.

Hermans, H. J.M. & Kempen, H.J.G. (1993). *The dialogical Self*. London: Academic Press Inc.

Holquist, M. (1990). *Dialogism: Bakhtin and his world*. London: Routledge.

James, W. (1993/1890). *The Principles of Psychology*. Chicago: Britannic Encyclopedia

Lavelli, M., Pantoja, A.P.F., Hsu, H., Messinger, D. & Fogel, A. (2005). Using microgenetic design to study change processes: A relational-historical approach. Em D.M. Teti (Ed.). *Handbook of Research methods in developmental psychology*. Batimore: Blçackwell Publishers.

Lauro-grotto, R., Salvatore, S., Genaro, A. & Gelo, O. (2009). The Unbearable Dinamicity of Psychological Processes: Highlights of the Psychodynamic Theories. Em J. Valsiner, P.C.M. Molenaar, M.C.D.P. Lyra & N, Chaudhary (Eds.). *Dynamic Process Methodology in the Social and Developmental Sciences* (pp. 1-27).

Leahy, R. (2006). *Técnicas de Terapia Cognitiva- Manual do Terapeuta*. Porto Alegre: ArtMed.

Leitão, S. (2007) Argumentação e desenvolvimento do pensamento reflexivo. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, 20 (3).

Lewin, K. (1935). *A dynamic theory of personality*. Nova York: McGraw-Hill.

Lewin, K. (1936). *Principles of Topological Psychology*. New York: McGraw-Hill.

Lewin, K. (1944/1951). Problems of research in Social Psychology. Em D. Catwright (Org.). *Field Theory in social scienc: Selected theoretical papers by Kurt Lewin*. New York: Harper & Row.

Lewis, M.D. (2000). The promising of dynamic system approaches for an integrative account of human development. *Child Development*, 71(1), 36-43.

Linell, P. (2007). Dialogicality in Languages, Minds and Brains: Is there a convergence between dialogism and neuro-biology?. *Language Sciences*, 29(5), pp. 605-620. Linkoping: Elsevier.

Lyra, M.C.D.P. (2011). Contribution for Modeling the psychotherapeutic Process of change. *Integrative Psychological & Behavioral Science*, Springer.

Lyra (no prelo). Self and Symbol emerging from dialogical Dynamics: Descontinuities and microgenesis and the nature of abstraction in early dialogues. Em M.C. Bertau, M. Gonçalves & P. Ragatt (Eds.). *Dialogical Formations*.

Lyra, M.C.D.P. (2007a). On Abbreviaton: Dialogue in Early Life- Specila Issue. *International Journal of Dialogical Science*, Nijmegen, 2, 15-44.

Lyra, M. C. D. P. (2007b). Modelo EEA: Definições, Unidade de Análise e Possíveis Aplicações. *Psicol. Reflex. Crit.*, 20 (1), 87-95.

Lyra, M.C.D.P. (2006a). O modelo EEA para a Investigação da Emergência e Desenvolvimento da Comunicação e do Self: Bases Conceituais e fundamentos Teórico-Metodológicos. *Estudos de Psicologia*. Natal, 11,25-36.

Lyra, M. C. D. P. (2000). Desenvolvimento como processo de mudança em um sistema de relações historicamente construído: Contribuições do estudo da comunicação no início da vida. *Psicol.Reflex.Crit.*, 13 (2), 257-268.

Lyra, M.C.D.P. (1999). An excursion into the Dynamics of Dialogue. Em *Culture and Psychology*. 5(4), pp. 477-489.

Lyra, M. C. D. P. (1998). Reflectionsonthe dynamics ofmeaningmaking: Communication processatthebeginningoflife. In M. C. D. P. Lyra & J. Valsiner (Eds.), *Constructionofpsychological processes in interpersonal communication: Vol. 4. Advances in childdevelopmentwithinculturallystructuredenvironments*(pp. 225-242). Norwood, NJ: Ablex.

Lyra, M. C. D. P., & Bertau, M. C. (2008). Dialogical Practices as Basis for Self. *StudiaPsychologica*, 8, 173-193.

Lyra, M. C. D. P., & Souza, M. (2003). Dynamics of dialogue andemergenceof self in early communication. In I. Josephs (Ed.), *Dialogicality in development: Vol. 5. Advances in child development culturally structured environments* (pp. 51-68).

Greenwich, CT: Ablex.

Lyra ,M.C.D.P. & Valsiner, J. (2011). Historicity in Development: Abbreviation in mother-infant communication. *Infancia y Aprendizage*, 34(2), 195-203.

Macedo, R.M. (2008). *Terapia Familiar no Brasil na Última Década*. São Paulo: Roca.

Matos, M., Santos, A. , Gonçalves, M. & Martins, C. (2008). Innovative Moments and Change in Narrative. *Psychoterapy Research*, London.

Marková, I. (2006). Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Petrópolis, RJ: Vozes.

Marková, I. (2003). *Dialogicality and Social Representations*. Cambridge:Cambridge University Press.

Marková, I. (2000). the individual and society in psychologicaltheory. *Theory & Psychology*,10(1), 107-116.

Marková, I. (1990) Introduction. Em I. Marková& K. Foppa (Eds.) *The Dynamic of Dialogue*.New York: Springer-Verlag.

Markova, I. (1987). *Human Awareness: Its Social Development*. London: Hutchinson.

Masterpasqua, F. & Perna, P. A. (Orgs.) (1997). *The Psychological Meaning of chaos- Translating theory into practice*. Washington, DC: American Psychological Association.

Martín, A. (2008). *Manual Prático de Psicoterapia Gestalt*. Petropolis: Editora Vozes.

Molina, M.E & Del Rio, M.T. (2009). Dynamics of Psychoterapy Processes. Em J. Valsiner, P.C.M. Molenaar, M.C.D.P. Lyra & N. Chaudhary. *Dyunamic Process Methodology in the Social Developmental Sciences*. (pp. 455-476). New York: Springer.

Minuchin, S. (1990/1974). *Famílias, Funcionamento e Tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Nichols, M. P. & Schwartz, R.C. (2007). *Terapia Familiar: Conceitos e Métodos*. (M. A. V. Veronese, Trad.) 7ª ed.. Porto Alegre: Artmed.

Neymeyer, R., Herrero, O. & Botella, L. (2006). Chaos to Coherence: Psychoterapeutic integration of traumatic loss. *Journal of Constructivist Psychology*, 19, 127-145.

Ponzio, A. (2008). *A Revolução Bakhtiniana*. São Paulo: Contexto.

Pantoja, A.P.F. (1998). *Emotional life Development from a relational-historical approach: The story of one mother-infant dyad*. Tese de Doutorado, apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade de Utah.

Osorio, L.C. , Do Valle, M.E.P. & Cols. (2009). *Manual de Terapia Familiar*. Porto Alegre: ArtMed.

Pantoja, A.P.F. (1996). Relational –Historical Change Processes in Early Mother-Infant Communication: A Qualitative Investigation. *Dissertação de Mestrado*. Departamento de Psicologia, Universidade de Utah, Salt Lake City.

Payne, M. (2000). *Terapia Narrativa- Una introducción para profesionales*. Barcelona: Paidós.

Peirce, C.S. (1975). *Semiótica e Filosofia*. São Paulo: Editora Cultrix.

Pearls, F. (1988). *Gestalt-terapia explicada*. São Paulo: Summus. 10ª Ed. VOL 2.

Ribeiro, A.P & Gonçalves, M.M. (2011). Maintenance and Transformation of Problematic Self-Narratives: A Semiotic-Dialogic Approach. *Integrative Psychological and Behavioral Science*. doi:10.1007/s2124-010-9149-0.

Rogers, C. R. (1997). *Psicoterapia e consulta psicológica*. São Paulo: Martins Fontes.

Rogers, C. R. (1991). *Tornar-se pessoa*. São Paulo: Martins Fontes.

Rogoff, B. (1990). *Apprenticeship in Thinking*. New York: Oxford University Press.

Rommetveit, R. (1992). Outlines of a Dialogically based social-cognitive approach to Human Cognition and Communication. Em A. Wold (Ed.). *The Dialogical Alternative: Toward a Theory of language and Mind*. Oslo: Scandinavian University Press.

Salgado, J. & Valsiner, J. (2010). Dialogism and the External Movement within Communication. *Beyond Universal Pragmatics – Studies in the Philosophy of Communication*. Bern: Peter Lang.

Salvatore, S., Lauro-Grotto, R., Gennaro, A. & Gelo, O. (2009). Grasping the Dynamic Nature of Intersubjectivity. Em J. Valsiner, P.C.M. Molenaar, M.C.D.P. Lyra & N. Chaudhary. *Dynamic Process Methodology in the Social Developmental Sciences*. New York: Springer.

Santos, A. & Gonçalves, M.M. (2009). Innovative Moments and Change Processes in Psychotherapy: An Exercise in New Methodology. . Em J. Valsiner, P.C.M. Molenaar, M.C.D.P. Lyra & N. Chaudhary. *Dynamic Process Methodology in the Social Developmental Sciences*. (pp. 493-526). New York: Springer.

Scorci, L. G. (2009). *A Fala da mãe no processo de diferenciação dos sujeitos*, 2009. 192 f. Tese (Doutorado em Psicologia Cognitiva)- Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Siegler, R.S. & Crowley, K. (1991). The Microgenetic method: A direction means for studying cognitive development. *American Psychology*, 46 (6), 606-620.

Smith, L.B. & Thelen, E. (2003). Development as a Dynamic System. *Trend in Cognitive Sciences*, 7(8), pp.343-348.

Sommer-Flanagan , J. & Sommer-Flanagan, R. (2006/1957). *Teorias de Aconselhamento e Psicoterapia- Contexto e Prática, Habilidade , Estratégias e Técnicas*. Rio de Janeiro: LTC.

Stake, R. (1995). *The art of Case Study Research*. Thousand Oaks: Sage Publicatons.

Sternberg, R.J. (2008). *Psicologia Cognitiva*. Porto Alegre: ArtMed.

Thelen, E. & Corbetta, D. (2002). Microdevelopment and Dynamic Systems: Applications to Infant Motor Development. Em N. Granott & J. Parziale (Eds.). *Microdevelopment: Transition Processes in Development and Learning* (pp. 59-79). Cambridge:Cambrige University Press.

Thelen, E. & Smith, L.B. (1994). *A Dynamic system approach to the development of Cognition and Action*. Cambridge: The MIT Press.

Thelen, E. & Ulrich, B.D. (1991). Hidden Skills: A dynamic Systems analysis of treadmill stepping during the first year. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 56 (1), 223.

Toomela, A. (2008). Commentary: Activity Theory is a dead End for methodological Thinking in Cultural Psychology too. *Culture & Psychology*, 14(3), pp290-303.

Toomela, A. (2009). How Methodology became a Toolbox- And How it Escapes from

that Box. Em J. Valsiner, P.C.M. Molenaar, M.C.D.P. Lyra & N. Chaudhary. *Dynamic Process Methodology in the Social and Development Science*. New York: Springer.

Trzebinska, E. & Gabinska, A. (2008). Inner Multiplicity and Mental Health: A soundness of Internal Voices. *Studia Psychologica*, 8, pp.215-228.

Van Geert, P. (2003). Dynamic Systems Approaches and modeling of developmental processes. Em J. Valsiner e K. Connolly (Eds.). *Handbook of developmental Psychology*, (pp. 640-672). London: Sage.

Valsiner, J. (2007a). *Culture in Minds and Society: Foundations of Cultural Psychology*. New Delhi: Sage Publications.

Valsiner, J. (2007b). The Pleasure of Thinking: A Glimpse into Karl Buhler's Life. Em J. Valsiner (ed.). *Thinking in Psychological Science- Ideas and Their Makers*. New Brunswick: Transaction Publishers, (pp.69-94).

Valsiner, J. (2002). Irreversibility of Time and Ontopotentiality of Signs. *Estudios de Psicologia*, 23(1), 45-59.

Valsiner, J. (2001). Process structure of semiotic mediation in human development. *Human Development*, 44, 84-97.

Valsiner, J. (2000). *Culture and Human Development*. London: Sage Publications.

Valsiner, J. (1997). *Culture and the development of children's action: A Theory of*

Human Development. New York: John Wiley & Sons, Inc.

Dynamic

Process Methodology in the Social and Development Science. New York: Springer.

Vygotsky, L.(1986). *Thought and Language*. Revised Edition. Cambridge: Mass, MIT Press.

Watzlawick, P. Beavin, J.H. & Jackson, D. D.(2007/1973). *Pragmática da Comunicação Humana*. São Paulo: Cultrix.

White, M. (2007). *Maps of Narrative practice*. New York: Norton.

White, M. (1991). Deconstruction and Theraphy. *Dulwich Centre Newsletter*, 3, (pp. 21-40)

Winnicott, D.W. (2005). *Tudo começa em Casa*. São Paulo: Martins Fontes.

Yakubinsky, L. S. (1997/1973). On dialogic speech. Transl. by M. Eskin. *PMLA*, 112, 243-256. (Originally published 1923).

Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos* (3a ed.). Porto Alegre: Bookman.

Zimerman, D.E. (2005). *Psicanálise em Perguntas e Respostas*. Porto Alegre: ArtMed.

Zittoun, T., Valsiner, J., Vedeler, D., Salgado, J., Gonçalves, M.M. & Ferring, D. (2011). *Melodies of living: Developmental Science of Human Life Course*. Cambridge: Cambridge University Press.